



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

CENTRO DE HUMANIDADES – CH

UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE

LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES.

**ENTRE A POLÍTICA E A LITERATURA: JOSÉ AMÉRICO E A CONSTRUÇÃO DE
REPRESENTAÇÕES DE MASCULINIDADES EM A BAGACEIRA (1928)**

CARLOS ANDRÉ MARTINS LOPES

**CAMPINA GRANDE - PB
JUNHO / 2016**

CARLOS ANDRÉ MARTINS LOPES

**ENTRE A POLÍTICA E A LITERATURA: JOSÉ AMÉRICO E A CONSTRUÇÃO DE
REPRESENTAÇÕES DE MASCULINIDADES EM A BAGACEIRA (1928)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande como requisito final para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. PhD Matheus da Cruz e Zica

Linha de Pesquisa: Cultura, Poder e Identidades

CAMPINA GRANDE - PB
JUNHO / 2016
CARLOS ANDRÉ MARTINS LOPES

L864e Lopes, Carlos André Martins.

Entre a política e a literatura: José Américo e a construção de representações de masculinidades em *A bagaceira* (1928) / Carlos André Martins Lopes. – Campina Grande, 2016.

163 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Matheus da Cruz e Zica.

Referências.

1. Crítica e Interpretação Literária. 2. Relações de Gêneros. 3. Representações de Masculinidades. I. Zica, Matheus da Cruz e. II. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB). III. Título.

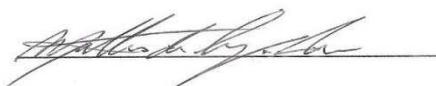
82.09(043)

CDU

**ENTRE A POLÍTICA E A LITERATURA: JOSÉ AMÉRICO E A CONSTRUÇÃO DE
REPRESENTAÇÕES DE MASCULINIDADES EM A BAGACEIRA (1928)**

Dissertação de mestrado avaliada em 06/06/2016, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, pela Comissão Examinadora.

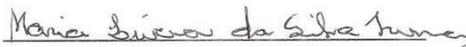
BANCA EXAMINADORA:



Prof. PhD Matheus da Cruz e Zica (Orientador)



Prof. PhD Iranilson Buriti de Oliveira (Examinador Interno)



Profa. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes (Examinadora Externa – UFPB)

Campina Grande, junho de 2016

Agradecimentos

- Agradeço a Deus que, para mim é a força que anima todos os seres.
- À minha querida esposa Meire, pela compreensão, paciência e pelo incentivo, sem os quais, tudo teria sido tão mais difícil.
- Às minhas lindas filhas, Hellen e Maria Clara (Clarinha), sem dúvida, minhas maiores fontes de inspiração.
- Aos meus pais e irmãos.
- Ao meu orientador Matheus da Cruz e Zica pela atenção, cordialidade e disponibilidade.

Resumo

Apesar de existir um volume considerável de pesquisas em torno do romance “A Bagaceira” de José Américo de Almeida, estudos mais extensos sobre a problemática de gênero na obra ainda são escassos. Assim, nos propusemos nessa dissertação a realizar uma análise das representações de masculinidades no romance assinalado. Apesar de “A Bagaceira” ser nossa fonte privilegiada de pesquisa, afim de nos acercarmos com mais acuidade do tema proposto, utilizamos como fontes complementares outros escritos do autor que não necessariamente coincidem com o ano de produção da referida ficção. Por isso situamos a temporalidade da análise na década de 1920, principalmente. Nessa década foram escritos pelo autor tanto seu famoso ensaio intitulado “A Paraíba e seus problemas” (1923), quanto seu romance que o projetou na cena nacional, “A Bagaceira” (1928). Essa década foi ainda marcada pela chegada em Pernambuco dos ideais modernistas de São Paulo ao mesmo tempo em que se processava um revigoramento do pensamento Regionalista e tradicionalista difundido a partir de Recife (Azevedo, 1984). Isso provocou um caloroso debate entre os que defendiam uma arte/literatura alinhada ao Modernismo e os que preconizavam um pensamento voltado para uma sensibilidade Regional. Argumentamos, com base em seus escritos, que José Américo de Almeida, apesar das ambigüidades, parece ter se alinhado mais às propostas modernistas, conforme evidenciam as escolhas que fez em suas representações de masculinidades que povoam a obra. Podemos então ler em “A Bagaceira” as representações que edificou José Américo sobre quais seriam as masculinidades Modernas, desejadas, autênticas. Em nossa investigação abordamos questões como: Quais valores viris estariam envolvidos de conotação positiva através da lógica narrativa do romance? Quais modelos de masculinidade estariam sendo desencorajados no discurso Almeidiano? Nosso referencial teórico principal está ancorado na obra de Roger Chartier (1990), sobretudo na mobilização que fizemos de seu conceito de representação cultural. Procuramos relacionar as representações construídas em seu romance com sua posição política, econômica e intelectual, ao mesmo tempo em que o inserimos nos debates estético-políticos de seu tempo. Procuramos ainda destacar a forma como o autor procurou construir para si uma representação que ressalta determinados valores viris e como a representação que para si procurou elidir deixou marcas de gênero em seu trabalho.

Palavras-chave: “A Bagaceira” – Modernização – Masculinidades.

ABSTRACT

Despite the existence of a considerable amount of research about the novel "A Bagaceira", by José Américo de Almeida, more extensive studies on the challenges of the genre are still scarce. Therefore, we propose in this dissertation to analyze the representation of masculinity found in this novel. Although "A Bagaceira" is our main source of information about the proposed subject, other complementary sources from the same author that are not from the same year of the our main book will be used. For that reason the analysis temporality is going be situated mainly around the 1920's. In this decade the author wrote his famous essay "A Paraíba e seus problemas" (1923) and his novel nationally famous novel, "A Bagaceira" (1928). This decade is also known for the arrival of the modernist ideals from São Paulo to the state of Pernambuco and, at the same time, there was an invigoration of the Regionalist and traditionalist way of thinking that was being spread from Recife (Azevedo, 1984). This resulted in a strong debate between who defended a kind of art/literature aligned with the Modernism and the people who followed an ideal more focused in the Regional sentiment. We argue, based on his work, that José Américo de Almeida, despite the ambiguities, seems to have aligned towards the modernist proposal, according to evidences based on his choices when representing aspects of masculinity in his work. We can then read in "A Bagaceira" the representations created by José Américo in relation to the Modern masculinity: what manly values are involved in positive connotation through the logic narrative of the novel? What models of masculinity are being discouraged by the author's discourse? Our central theoretical framework is linked to Roder Chartier's (1990) work, following his ideas on cultural representation. We tried to relate the representations in his novels with his political, economical and intellectual views, at the same time we incorporate his views in the political esthetics debates from his time. We also tried to highlight how the author built from himself a representation that features specific manly values and how this representation characterized the genre in his work.

Keywords: "A Bagaceira" – Modernization – Masculinities.

SUMÁRIO

Introdução	07
Capítulo I: José Américo: “menino de engenho”, político e romancista	16
1. José Américo e o modernismo.....	27
2. “A Bagaceira”: a leitura pelo viés da seca.....	43
3. José Américo e o Regionalismo.....	48
Capítulo II. Masculinidades elitizadas	62
1. A figura histórica do senhor de engenho.....	62
2. Símbolos do poder masculino.....	65
3. A masculinidade do senhor de engenho e do bacharel.....	68
Capítulo III: masculinidades trabalhadoras	109
1. A masculinidade brejeira.....	109
2. A masculinidade sertaneja.....	132
Conclusão	147
Referências	150

Introdução

Meu interesse pelo romance “A Bagaceira” surgiu não faz muito tempo. O desejo de estudar a obra foi motivado por enunciados presentes no livro que se cruzam com enredos de minha vida experienciados no período da infância.

Fui criado em uma microrregião da Paraíba denominada Cariri, fronteira com o Sertão. Cresci presenciando os gracejos do meu avô, autodenominado sertanejo. Sempre quando se referia ao “brejeiro”, usava termos como “pé de lama”, “tagarela”, “pé de bicho”, “frouxo”. Não entendia o porquê dessa antipatia e às vezes achava que era coisa apenas do meu avô. Mas tarde, quando ingressei no curso de história da Universidade Estadual da Paraíba, ao entrar em contato com a literatura historiográfica que discute gênero, percebi que as assertivas do meu avô aconteciam com base em determinadas concepções do que era ser homem.

No mundo em que fui criado havia masculinidades legitimadas, “legítimas” formas de ser homem. Meu avô fornecia a tônica dessa masculinidade. Acordar às quatro da manhã para “desleitar” as vacas. A partir desse horário, os homens não podiam mais ficar em suas camas. Às sete, os animais deviam estar pastando e o capim na cocheira das vacas que produziam leite. Sete horas era também o horário do café da manhã. Sete e meia todos os homens cuidando da roça. Às onze, hora do retorno. Onze e meia, religiosamente, horário do almoço. Treze horas todos deveriam voltar à roça para só retornar para casa às 17. Não havia possibilidade de homem ficar em casa no horário em que deveria estar na roça. A casa, nesse intervalo de tempo era o espaço exclusivo das mulheres. Divisão sexual das tarefas, é certo. Mas também separação entre o espaço feminino e o masculino.

Apenas em casos extremos de doença eram permitidos ao homem ficar em casa. Contudo, não se perdiam oportunidades de fazer gracejos com o doente: “se ficar mais tempo em casa, vai virar mulher”. Por isso, era comum, mesmo doente, os homens irem à roça. Dizer depois que trabalhou enfermo fazia parte do ritual de afirmação da masculinidade. Causava admiração a homens e mulheres.

Dentro de casa, nos horários específicos, havia o espaço do homem e o da mulher. O masculino devia ocupar a sala, as mulheres, a cozinha. O mais próximo da cozinha que o homem poderia chegar era a “sala de jantar”, como era chamado o espaço onde se faziam as refeições. Aliás, horários de refeições constituíam-se

como ocasiões de afirmação da masculinidade do meu avô. Só podia se alimentar se estivesse no horário por ele determinado. Não havia diálogo a respeito do que já estava decidido.

À noite era comum as famílias fazerem visitas umas as outras. Mais uma ocasião para separar. Os homens na sala, conversando sobre animais, política, inflação. Falavam alto, riam alto. Havia obrigação de todos os homens participarem. As crianças do sexo masculino deviam manter silêncio. Mesmo o homem que não se sentia confortável nesse meio devia estar entre os outros. Na cozinha, as mulheres. A dona da casa cuidava da refeição a ser servida no momento exato. Conversavam – as conversas das mulheres eram classificadas como “fofocas” –, brincavam, mas não podiam descuidar das obrigações. Isso render-lhes-iam censuras dos homens e das “comadres”. Seriam consideradas donas de casa relapsas, descuidadas.

No cotidiano, as mulheres deveriam desempenhar suas funções com competência. Lembro das aflições das mulheres quando elas avistavam o dono da casa e sabiam que, por algum motivo extraordinário, a comida não iria ser servida no horário determinado. Talvez não tivessem medo de agressão física, mas de não serem consideradas “mulheres”, de não estarem cumprindo com seus papéis, suas “obrigações”.

Aos meninos uma educação para reprodução da masculinidade adulta. Sempre deviam acompanhar os homens da casa em suas lides diárias. Deviam sempre mostrar coragem, resistência e disposição para o trabalho. Eram frequentemente desafiados pelos adultos a mostrarem que já eram homens. Eram estimuladas competições onde os meninos deveriam mostrar-se agressivos e prontos para vencer. A cada façanha, um elogio dos adultos, um estímulo a tornar-se cada vez mais homem.

Não eram permitidos sinais de fraqueza. Era proibido chorar. Era também proibido mostrar comportamentos tidos como característicos do sexo feminino. Lembro bem que meu pai mostrava uma agressividade excessiva. Suas reclamações eram sempre seguidas de um olhar de lobo que espreita a presa. Talvez ele procurasse indícios de que suas reclamações e constrangimentos pudessem provocar sinais de emoções tidas como “femininas”.

Percebo hoje que havia nas práticas dos meus familiares toda uma pedagogização eficiente destinada à reprodução de padrões de masculinidade e de feminilidade. Essa pedagogização ocorria por meio da classificação e da marcação

simbólica. Era classificando e atribuindo um valor simbólico aos comportamentos e aos gestos que se constituíam as identidades, seja de homens, seja de mulheres, conforme afirma Woodward, (2009). A marcação simbólica define quem é incluído e quem é excluído. “É por meio da diferenciação social que essas classificações são “vivas” nas relações sociais” (Woodward, 2009, p. 14).

Quando li o romance pela primeira vez fiquei surpreso ao me deparar com as representações das masculinidades brejeiras e sertanejas. Surpreendi-me também porque o autor demonstrava a mesma visão depreciativa que meu avô direcionava aos brejeiros. Decidi assim estudar o romance em seus vários aspectos na tentativa de entender as raízes históricas dessa representação. Porque procurar em um romance a historicidade dessas representações? Em que uma obra literária pode contribuir para o pesquisador das masculinidades? Qual a sua legitimidade enquanto fonte histórica? Será que devemos nos submeter à assertiva do crítico literário Vladimir Nabokov, para quem a literatura não passa de “conto de fadas”?

Nabokov, (2015), afirma em “Lições de literatura”, que ninguém deve ser “ingênuo” a ponto de procurar alguma conexão entre o conteúdo de um romance e o mundo vivido. A obra literária, nessa visão, é auto-referente. Seu sentido encerra-se nela mesma. Não se deve procurar representações de paisagens rurais inglesas em obras de Jane Austen “quando tudo que ela conhecia era a sala de visita de um clérigo” (Nabokov, 2015, p. 38).

Acreditamos, porém, que mais importante do que perguntar o que pode revelar a obra, é saber o que ela pode produzir, que visões de mundo ela, potencialmente, pode legitimar. Através da leitura do texto “Torrentes de emoções”, da autora Lynn Hunt, conhecemos a relação entre consumo de literatura e mudança social. Hunt afirma que os romances franceses do século dezoito criavam uma grande empatia entre leitores e personagens. Tais romances: “apresentavam a idéia de que todas as pessoas são fundamentalmente semelhantes por causa de seus sentimentos íntimos” (Hunt, 2009, p. 39). Em contexto marcado pela rígida divisão social, apresentar personagens sofredores, explorados por padrões carrascos, acrescentando à narrativa um exacerbado conteúdo sentimental, provocava no leitor uma identificação imediata com a personagem. Hunt estabelece assim uma ligação entre a recepção dessa literatura “sentimental” e a emergência da defesa dos direitos fundamentais do ser humano. Mais não é só isso.

Para o crítico literário italiano Ítalo Calvino, a literatura, além de apresentar o potencial de “criar”, “fabricar”, “construir”, o mundo social, deixa entrever concepções de mundo, a maneira como os homens do passado olhavam a si mesmos e aos outros; como esses homens e mulheres atribuíam sentido ao mundo e aos objetos; o modo de pensar e o de não pensar as coisas (Calvino, 2006). A literatura gera ações e reações. Provoca engajamento e resistência. Estabelece o diapasão segundo o qual devemos ver os outros. Podemos até considerar com Foucault, (2014), que a literatura atua como um “aparelho de prescrição moral”.

Em “Masculinidades possíveis: representações de gênero em disputa no século XIX brasileiro”, livro publicado em 2015, Matheus da Cruz e Zica afirma ser a literatura uma “instância cultural” que faz circular “representações culturais” entre um amplo público leitor, sendo por isso dotada de um perfil formativo. Partindo dessa afirmação, a literatura passa a ser pensada não mais só – embora também possa ser pensada por esse viés – como “indícios de uma realidade” temporal e local de onde foi fabricada. A produção literária é tomada como “um veículo de formação” cultural (Zica, 2015, p. 25).

Além disso, afirma Said, (2011), em obra intitulada “Cultura e imperialismo” que:

Os escritores [não são] mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas acho que estão profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus (Said, 2011, p. 24).

Portanto, não se trata de afirmar que os escritores transmitem uma verdade em suas obras, mas de perceber que estão mergulhados em determinados contextos históricos e podem tanto exercer influência sobre ele, quanto serem influenciados pela historicidade da qual fazem parte. A literatura, desta forma, pode ser usada como uma fonte importante para o estudo de um dado recorte histórico. Mas questionamos aqui: qual a importância de estudar as masculinidades e virilidades?

Estudar as masculinidades e virilidades é, em primeiro lugar, reconhecer que estas possuem uma historicidade, isto é, foram fabricadas de diferentes formas em diferentes épocas e lugares. É reconhecer que existe um investimento na produção não só do masculino, mais também do feminino; e que existem relações de poder no

processo de formação de gênero que produzem hierarquias do homem sobre a mulher, e de homens sobre outros homens. Silva, no livro intitulado “A educação da mulher em Lima Barreto”, obra publicada em 2010, fala sobre o investimento num modelo educacional voltado para o desenvolvimento de uma “natureza” passiva na mulher ao mesmo tempo em que se procura fabricar um masculino ativo, indicando que homens e mulheres são formados por meio de processos educacionais, pedagógicos (Silva, 2010). Em outras palavras, não se nasce homem – viril, ativo, agressivo – ou mulher – passiva, recatada, frágil – pois, machos ou fêmeas nos tornamos por meio de processos de subjetivação, configurando-se, assim, a formação de gênero. Louro, (2010), afirma que não é o momento do nascimento nem de sua nomeação que faz desse um corpo masculino ou feminino. A edificação do gênero e da sexualidade ocorre no percurso de toda a vida e é infundável (Louro, 2010). Para Zica, (2011), o processo de formação de gênero não figura como exclusividade de uma geração, pois “faz parte do processo sempre inacabado da construção identitária, abarcando, portanto, infância, juventude, adultez e velhice” (Zica, 2011, p. 20). Assim, a história se propõe trazer à lume os processos de formação de gênero, apontado como histórico aquilo que muitas vezes tem sido concebido como natural.

Nosso primeiro esforço de interpretação da obra “A Bagaceira” ocorreu em 2010, ocasião em que elaborávamos o trabalho de conclusão do curso de licenciatura em história pela Universidade Estadual da Paraíba. A pesquisa foi realizada sob orientação do professor Jomar Ricardo da Silva. Nesse estudo monográfico, procuramos vincular o conteúdo do romance à problemática da seca.

Pretendíamos continuar explorando o tema da seca através do referido livro de José Américo de Almeida na ocasião do mestrado. Intencionávamos ampliar nosso olhar lançando luz no conflito encenado no romance entre sertanejos e brejeiros, conflito que expõe antipatias mútuas e preconceitos de etnia.

Podemos dizer que nosso olhar ampliou-se após as sugestões das professoras Eronildes Câmara e Kyara Almeida numa disciplina que ministraram no curso de Mestrado em História da UFCG. As referidas professoras sugeriram uma concentração do olhar nos aspectos de conflito de gênero e nas representações das masculinidades no romance. Percebi que essas observações confluíam com meus objetivos, pois boa parte das antipatias históricas entre sertanejos e brejeiros estão fundadas em concepções de masculinidade.

Quanto à exploração das fontes, nossa perspectiva de análise ampliou-se após as observações do professor Matheus da Cruz e Zica. Não mais só o romance como fonte de pesquisa. Outros escritos de José Américo se transformaram em fontes de análises para a abordagem do tema. A razão está na afirmação de que os discursos lançados em dados contextos históricos guardam relações entre si, sendo necessário um trabalho de aproximação entre esses vários discursos para a explicitação de seus significados e/ou dos efeitos que eles visam criar ao serem lançados. Conforme Zica (2011):

Isso implica em dizer que todos os discursos – cada qual com sua especificidade – guardam, na realidade, algum tipo de relação com os demais que circulam e produzem o mesmo contexto social no/do qual surgem. As representações culturais só se engendram em um dado discurso por que estão em meio a um confronto, a uma disputa, com outras e é por essa razão que não é possível compreender o sentido de uma representação cultural presente em um discurso específico (Zica, 2011, p. 28).

Assim, a perspectiva de inclusão de outras produções do autor de “A Bagaceira”, produções literárias/ficcionais ou não, textos de jornais ou de livros do e sobre o autor, objetiva cercar com mais acuidade o tema estudado.

Analisar o romance que constituímos como fonte histórica passa pela necessidade de investigar o valor, enquanto bem cultural que ao livro foi conferido. Isso nos permite vislumbrar a força da representação, ou seja, o reconhecimento social da representação inscrita no romance. Essa breve investigação procurará deter-se sobre a apropriação da obra no âmbito intelectual, destacando, sobretudo, a forma como alguns intelectuais se apropriaram do romance, contribuindo para a legitimação da representação inscrita na Bagaceira.

Concentrar o olhar na análise da apropriação do romance não constitui trabalho de pouca importância, tendo em vista que visa sublinhar o processo de construção de sentidos para a obra. Parte do entendimento de que o texto não possui um sentido único, exclusivo, que deve ser identificado pelo “bom” leitor/crítico e explicitado ao público como única verdade. Ao contrário, o termo “apropriação” indica “uma história social das interpretações inscritas nas práticas específicas que as produzem” (Chartier, 1990, p. 26).

A leitura é sempre uma “produção de sentido” (Goulemot, 2011, p. 107).

Ler é dar um sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas sequências. Não é encontrar o sentido desejado pelo autor o que implicaria que o prazer do texto se originasse na coincidência entre o sentido desejado e o sentido percebido, em um tipo de acordo cultural, como algumas vezes se pretendeu, em uma ótica na qual o positivismo e o elitismo não escaparão a ninguém (Goulemot, 2011, p. 108).

Portanto, não pretendemos realizar uma leitura “autorizada” da obra. Isso equivaleria a submergir nas estratégias do autor. Implicaria em lançar-se em uma “caça” – não furtiva – dos sentidos produzidos pelo escritor.

A leitura, afirma Goulemot, (2011), não é uma prática “inocente”. As conjunturas políticas, culturais e econômicas, “a história, aceitemos ou não, orienta mais nossas leituras do que nossas opções políticas” (Goulemot, 2011, p. 110). Sublinhemos apenas que determinadas apropriações, já constituem-se como opções políticas.

Por isso é importante sublinhar a singularidade das análises que foram produzidas sobre a obra. Isso facilita o questionamento das totalizações e põe em relevo uma pluralidade de sentidos, (Certeau, 2007), ao mesmo tempo em que aponta para as relações de poder que perpassam tanto o processo de produção quanto os sentidos que foram produzidos para a obra.

A revisão bibliográfica objetiva mostrar a pluralidade de interpretações, como ao longo do tempo foram construídos diferentes sentidos, por diferentes autores, em diferentes épocas históricas para o conteúdo do romance. Com isso, concordamos com Bourdieu, (1989), quando diz que o sentido do real é definido por meio de batalhas, pela via das relações de forças. Mostrar as variações nas representações é também apontar para a luta institucional pela definição do real, (Bourdieu, 1989), e contribuir para a desnaturalização das representações que são apresentadas como estudos fundamentados apenas na razão (Chartier, 1990).

Procuramos sempre relacionar as ideias do autor à sua posição social, tendo em mente que as ideias remetem a lugares institucionais, a grupos políticos, econômicos ou sociais. Ligar ideais, enunciados e/ou valores a lugares (institucionais, políticos, econômicos, culturais) nos permite perceber a carência de neutralidade dos discursos pronunciados, pois o lugar que os originou mostra sua vinculação a interesses, a projetos de dominação ou desejo de mudança de conjuntura política e social (Chartier, 1990). Para o estudo do lugar social de José Américo de Almeida, nos apropriamos de diversas obras historiográficas, livros de

literatura e de textos originalmente publicados em jornais, mas que posteriormente foram lançados em livros.

Essa dissertação objetiva analisar as representações das masculinidades e virilidades construídas no romance “A Bagaceira”, tentando entender ao mesmo tempo como algumas masculinidades e virilidades são vistas como legítimas ao passo em que outras são percebidas sob o olhar da negatividade.

Nosso trabalho dissertativo apresenta-se dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado “José Américo: “menino de engenho”, político e romancista”, versa sobre aspectos biográficos da vida pessoal, intelectual e política do escritor e político José Américo de Almeida. Procuramos chamar a atenção para a representação que o autor produziu de si, onde são enfatizados certos aspectos viris de sua “personalidade”. Utilizamos como fontes alguns escritos do autor, como livro de crônica e textos por ele produzidos presentes em outras obras. Ainda nesse capítulo nos detemos na pesquisa da fortuna crítica de “A Bagaceira”. O objetivo é refletir sobre os diferentes significados que foram construídos para o romance desde sua publicação. Procuramos sempre historicizar as interpretações construídas para a obra, relacionando-as com problemáticas vigentes nos contextos em que emergiram. Objetivamos, assim, desnaturalizar apropriações consideradas verdadeiras e inquestionáveis, fazendo emergir novos significados, além de refletir sobre as relações de poder que atravessaram cada significado construído para o romance.

No primeiro capítulo ainda procuramos pensar o lugar de José Américo em meio aos debates intelectuais da década de 1920/30, especificamente, aos que dizem respeito ao Modernismo e ao Regionalismo Tradicionalista encabeçado por Recife. Argumentamos, com base em escritos do autor bem como em textos produzidos por intelectuais contemporâneos às disputas intelectuais da época pesquisada, que José Américo adotou uma postura que pendia para os ideais Modernistas. Contudo, procuramos chamar a atenção para as ambigüidades de Almeida, apesar de este estar alinhado aos ideais defendidos pelo Modernismo de São Paulo. Este ponto, qual seja, o de ressaltar as ambigüidades do autor, auxiliou na discussão realizada no capítulo seguinte.

No capítulo II, intitulado “Masculinidades elitizadas”, procedemos a uma interrogação do romance “A Bagaceira”. Analisamos a representação da masculinidade do senhor de engenho e da figura do bacharel. Objetivamos perceber como a masculinidade do senhor de engenho, tida como tradicional, e a

masculinidade do bacharel, concebida como Moderna, são representadas. Questionamos, no tocante à masculinidade: o que é considerado tradicional? O que seria uma masculinidade moderna? As ambigüidades são sugeridas na permanência de valores tradicionais presentes na representação da masculinidade bacharelesca. Na análise do livro, recorreremos à consulta de obras historiográficas porque partimos do pressuposto de que o romancista mantinha no livro um diálogo com a história do Brasil. Essa abordagem do romance nos permitiu acessar a concepção do romancista sobre o que era a história, além de indicar a forma de como ele se apropriava do passado para que sua representação adquirisse reconhecimento.

O último capítulo, intitulado “Masculinidades trabalhadoras” ficou reservado para a discussão em torno das representações sobre os trabalhadores da bagaceira, brejeiros e sertanejos. Procuramos chamar a atenção para os processos narrativos do romance “A Bagaceira” que estabelecem comparações entre as duas masculinidades, estratégia que permitiu, no nosso entender, uma hierarquização das masculinidades brejeira e sertaneja. Objetivamos entender como, a partir de símbolos, a narrativa de “A Bagaceira” estabeleceu um tipo de masculinidade como legítima, ao passo em que outra é representada como desprovida de legitimidade. Quais os valores acionados para que haja uma positivação de determinada masculinidade?

Para pensarmos sobre as questões lançadas acima, recorreremos a uma leitura da obra que prima pela visualização dos diferentes espaços – geográficos, sociais, culturais – apontados e narrados na obra. Isso porque o romance é constituído a partir da diferenciação de espaços. Representa-se na obra o estado da Paraíba subdividido em Sertão e Brejo. Dois espaços considerados pelo autor como portadores de sociabilidades distintas. A partir dessa distinção, o autor vai construir diferentes significados para os homens e mulheres dessas subunidades da Paraíba.

Tendo em vista a temporalidade escolhida, (décadas de 1920 e 1930), privilegiamos as fontes próximas do período histórico em questão. Em relação às fontes complementares, privilegiamos o livro “A Paraíba e seus problemas”, pois ele foi publicado na mesma década em que foi escrito o romance “A Bagaceira”. Além da proximidade temporal, afirmam os pesquisadores que os enunciados dos livros citados guardam entre si muita similaridade, apesar de pertencerem a gêneros diferentes.

Capítulo I: **José Américo: “menino de engenho”, político e romancista**

José Américo de Almeida nasceu na cidade de Areia, estado da Paraíba, em 1887. Seu pai, Inácio Augusto de Almeida era proprietário do engenho Olho-d'Água, localizado no município de Areia. Sua mãe, Josefa Leopoldina Leal de Almeida pertencia à família que comandou a oligarquia política na Paraíba durante a primeira década do século vinte. Apesar de residir na região do Brejo, José Américo de Almeida mantinha contatos freqüentes com o sertão através de viagens sucessivas no período da primeira infância. Órfão de pai aos 11 anos, José Américo passou a residir na cidade de Areia na companhia de seu tio paterno Odilon Benvindo, um sacerdote rigoroso e austero. A esse respeito, José Américo comentou no livro “Eu e Eles”, publicado em 1970, que havia passado de menino de engenho, “com a mobilidade de um pequeno selvagem, à reclusão da casa do tio padre na cidade” (Almeida [1970] 1994, p. 8). A educação que o tio havia lhe dado parece ter influenciado certos aspectos da personalidade do escritor, de acordo com a representação que construiu para si no livro “Eu e Eles”. Afirma José Américo que na ocasião em que se tornou promotor público na Comarca Sousa, contratou uma “cozinheira mulata nova e bonita, com dentes impecáveis”. Porém, após saber que a mulher havia tido um filho com seu antecessor, dispensou-a, por isso, para que ela não pensasse que podia acontecer o mesmo com ele. Após relatar o episódio, o escritor se questiona se havia dispensado a mulher por moralidade, por medo da censura alheia, ou se teria sido estimulado “pelos cochichos espirituais de um pai puritano e de um tio ascético” (Almeida [1970] 1994, p. 14).

O “menino de engenho”, como ele se autodenomina em uma passagem do livro “Eu e Eles”, afirma que viveu uma vida de liberdade e aventura no ambiente do engenho “Olho d'água”. Construindo uma representação de si que acentua uma índole permeada pela coragem, ousadia e disposição para o trabalho desde muito pequeno, José Américo afirma que com menos de sete anos já se oferecia ao pai para cuidar dos bois do engenho. Devido à sua pouca idade, afirma José Américo, o pai correspondia à petição com atitude de “zombaria”. Talvez brincadeiras cheias de

admiração por um “pirralho que com menos de sete anos desejava fazer serviço de adultos” (Almeida, [1970] 1994, p. 8).

Ainda enfatizando sua virilidade, talvez tentando fazer acreditar que com ela havia nascido, José Américo afirma que deixava-se ficar o dia inteiro sobre a almanjarra, “com o chicote em punho e a gritar com os bois, cheio de autoridade”, controlando com sua “voz infantil” animais fortes e ameaçadores, fazendo-os andar ou parar de acordo com o seu comando, tendo em suas mãos toda uma “engrenagem ignorante e preguiçosa”, desenvolvendo em si “um gosto precoce do trabalho e do mando” (Almeida, [1970] 1994, p. 8).

Analisando o livro de crônicas intitulado “Sem me rir, sem chorar”, publicado em 1984 pela Fundação Casa de José Américo, percebemos que o escritor procurou com frequência associar sua imagem à ideia de bravura, impetuosidade e coragem. Na crônica intitulada “Extremos que se tocam”, Almeida relata um episódio no qual se envolveu quando era Secretário de Segurança pública do estado da Paraíba. Nesse posto, se viu obrigado a enfrentar uma revolta¹ no interior desse estado.

Julgando ser necessária sua presença entre as tropas do governo, o Secretário José Américo decidiu partir para o foco da luta, mesmo tendo que enfrentar a resistência do então “presidente” do estado, João Pessoa”, em deixá-lo ir, tendo em vista os perigos aos quais iria se expor. Ao chegar em Juazeirinho², José Américo afirma que tomou conhecimento de um saque praticado pelos rebeldes a Livramento, na época, distrito de Taperoá. De acordo com sua narrativa, o episódio não o intimidou. Além disso, relata que:

Não era só isso que me esperava. Deixei de cair, em seguida, numa emboscada, porque, tendo sabido que o famigerado Severino Árabe, foragido da cadeia, fora preso em Santa Luzia, abandonei a estrada principal, tomando a esquerda, para ir pegá-lo ali e conduzi-lo até patos. O automóvel que passou, no instante em que eu devia transitar pela curva da tocaia, ficou crivado de balas (Almeida, 1984, p. 106-107).

¹ Movimento rebelde liderado por José Pereira Lima, deflagrado no município de Princesa, atual Princesa Isabel (PB), em fevereiro de 1930, em oposição ao governo estadual de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Com a morte de João Pessoa no mês de julho, o movimento perdeu força, e seus líderes entraram em acordo com o governo federal para a pacificação da Paraíba.

² Cidade situada no interior da Paraíba, a aproximadamente 223 quilômetros de distância em relação à capital do estado, João Pessoa.

O autor segue afirmando que vivenciou experiências semelhantes por mais ou menos um trimestre. Sugere-se na narrativa de Almeida uma construção de si permeada por referências de valentia e coragem.

Essa representação ainda é reforçada no livro “Sem me rir, sem chorar”. Na crônica intitulada “Fiz um presidente”, o escritor “rememora” uma trama que protagonizou. Tratava-se de conversações que mantivera com o General Eurico Gaspar Dutra. O texto começa mostrando o perigo ao qual José Américo iria se expor, ao mesmo tempo em que sugere a disposição, a coragem para enfrentar riscos. O romancista inicia o texto afirmando que já “havia [se] aventurado [em] várias empresas delicadas”, (perigosas), mas nenhuma se mostrava igual à que estava para enfrentar (Almeida, 1984, p. 77). Afirma que era “bem mandado” quando se tratava de “salvar a pátria”. Segue dizendo que quando foi convidado a executar a tarefa, mesmo sabendo do risco que correria, não hesitou. O convite era para que o escritor sugerisse ao Ministro da Guerra a retirada de apoio que este fornecera à ditadura do Estado Novo. O autor afirma que, com essa tarefa, corria o risco de ser acusado por conspiração. Destaca-se uma representação onde o autor percebe-se como uma espécie de “salvador”, ao qual seria necessária uma índole saturada de heroísmo e muita coragem.

José Américo formou-se em Direito pela Faculdade de Recife aos 21 anos. De acordo com Faoro, (1997), era uma prática comum entre as famílias de proprietários decadentes, desde finais do século XIX, fazerem seus filhos estudarem em faculdades de direito para que estes pudessem ocupar cargos públicos relevantes na sociedade. Acreditava-se que a formação bacharelesca produziria homens com compreensão superior dos problemas sociais e políticos do Brasil (Faoro, 1997). Analisando as classes médias urbanas na primeira república, Pinheiro, (1997), corrobora esta afirmação quando fala que “no Norte [na época não se fazia distinção entre Norte e Nordeste] as grandes famílias latifundiárias decadentes forneciam grandes contingentes de funcionários públicos”.

A esse respeito e em consonância com o exposto acima, José Américo reflete em “Sem me rir, sem chorar” que “Formara-se em direito com a cabeça cheia de ilusões. O diploma seria a carta de apresentação para todos os seus planos. O anel no dedo próprio mostraria as posições. O mundo era dos bacharéis – estava escrito” (Almeida, 1984, p. 45).

Em 1909, José Américo foi nomeado promotor da comarca de Sousa por João Lopes Machado, então presidente do estado da Paraíba. A nomeação, afirma Luna, (2000), ocorreu por influência do seu tio materno Walfredo Leal. A viagem até a cidade de Sousa foi feita a cavalo e durou sete dias, distância que “seria reduzida” quando mais tarde José Américo veio a se tornar Ministro de Viação e Obras Públicas, como afirma no livro “Eu e Eles”. Em Sousa, o escritor tornou-se “dono de casa e senhor de si e dos seus horários, o que lhe deu uma sensação de plenitude e autonomia” (Almeida [1970] 1994, p. 14).

Também nessa viagem à cidade de Sousa o escritor põe em relevo uma certa noção de virilidade ligada aos perigos e tormentos da trajetória. Na crônica intitulada “Santo também mente”, presente no livro “Sem me rir, sem chorar”, José Américo recorda a viagem feita em 1909. Uma “jornada através de um deserto sem albergues, de cidades fugindo uma das outras... jornada debaixo de sol forte, marcada pela fome, no dorso de um cavalo acostumado a pisar em lama que, no Sertão, tinha que pisar num chão de brasa (Almeida, 1984, p. 89-90). Sugere-se coragem, disposição para enfrentar riscos, resistência viril, atributos sem os quais não teria sido possível o cumprimento da trajetória. Uma narrativa de viagem, portanto, que constitui-se como ocasião privilegiada “em que se procura expressar para o mundo uma identidade viril”, de acordo com Verayne, (2013). Virilidade que também se manifestou em sua atividade de escritor.

José Américo iniciou sua vida literária escrevendo em jornais. De acordo com o jornalista e escritor Nelson Lustosa, Almeida “se destacou sempre na imprensa devido à impetuosidade com que se lançava sobre os opositores, com espírito de liderança agressivo no campo dos debates; contra os opositores, um sol destruidor de mil uma facetas (Lustosa, 1971). A atividade de jornalista foi exercida em paralelo com ocupação de cargos públicos.

O escritor e político ocupou o cargo de promotor na comarca de Sousa por todo o ano de 1909. Por desejar fazer carreira no âmbito jurídico, e por considerar o Alto Sertão paraibano um lugar que opunha restrições a seus objetivos, retornou à capital do estado da Paraíba. Em 1911, foi nomeado para o cargo de Procurador Geral do Estado, função que, na época, tinha hierarquia equiparada a de um desembargador, onde permaneceu por 11 anos. Após deixar a procuradoria geral, o escritor passou a ser consultor jurídico do Estado.

No início do governo de Epitácio Pessoa na presidência da república, Almeida tomou parte na discussão sobre o trajeto das ferrovias a serem construídas no estado da Paraíba. Para ele, a história dos transportes coincidia com o progresso comercial. Argumentava ainda que a estrada de ferro contribuiria para a modernização dos costumes e para a urbanização. Afirmava que cidades que não tinham qualquer desenvolvimento até a instalação das linhas férreas, teriam tido, segundo sua argumentação, a situação revertida quando se instrumentalizaram com os transportes ferroviários. Ampliar as estradas ferroviárias da Paraíba era também, ao mesmo tempo, colonizar os lugares longínquos situados a uma grande distância da capital, oferecendo soluções aos problemas climáticos do interior paraibano. Era também solucionar os problemas de cobrança de impostos que atingia a Paraíba.³

O discurso de José Américo acerca da importância das linhas férreas para o progresso tem origem na Europa em fins do século XVIII com as Luzes, e constituiu-se como um dos grandes assuntos do século XIX (Venayre, 2013). As linhas férreas introduziram a era da prosperidade e da paz e facilitaram o comércio, acreditava-se na Europa do século XIX. Contudo, afirma Verayne, (2013), que o entusiasmo em torno da expansão das linhas ferroviárias expressava outra coisa além do desejo de rápida locomoção. Era o “triunfo da razão”, razão ligada exclusivamente ao masculino segundo uma sensibilidade iluminista; a “submissão da natureza/mulher à vontade humana”. A expansão das linhas férreas estava ainda de acordo com muitas representações de virilidade. Há uma associação direta entre a estrada de ferro e a figura masculina do engenheiro. A estrada ferroviária era a “racional linha reta”, opondo-se às curvas da natureza, sugerindo-se uma representação do mundo fundada na dualidade, onde a retidão e a razão estariam do lado do masculino e as curvas e a exuberância pertenceriam ao feminino (Varayne, 2013, p. 387).

A partir da década de 1930, a atuação política de José Américo deixa transparecer que sua atenção foi concentrada predominantemente em assuntos

³ As redes ferroviárias paraibanas, de acordo com Almeida, (1980), limitavam-se, à época da posse de Epitácio Pessoa, à zona da Borborema, deixando separados capital e interior da Paraíba. Isso fazia com que as cidades sertanejas ficassem sob controle de outros estados. Pelas ferrovias a serem construídas deveriam passar os produtos que antes eram comercializados pelas cidades interioranas diretamente com cidades próximas dos estados que faziam fronteira com a Paraíba, fazendo com que, de acordo com Gurjão, (1994), a economia paraibana ficasse prejudicada, ocasionando grandes prejuízos às contas públicas, pois os tributos de barreira eram sonogados pelas facilidades de contrabando, motivando queixas entre os grupos dominantes decadentes paraibanos contra os que se beneficiavam com o comércio através de Recife (Gurjão, 1994).

relativos aos problemas das secas no Nordeste. O romancista acreditava que o fenômeno climático era o maior responsável pelo retardamento da organização econômica e social do Nordeste (Almeida, [1923] 1980), procurando assim se erigir como protagonista da luta contra os efeitos das estiagens prolongadas nesta porção do espaço brasileiro.

Sobre o IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), órgão criado em 1909 com o objetivo de oferecer soluções para os problemas das estiagens prolongadas no Nordeste, José Américo afirma que as soluções encontradas para as secas na região até o governo de Epitácio Pessoa tinham sido inúteis, pois os maiores proveitos haviam sido usurpados pelos chefes políticos locais que dirigiam as obras, consumindo-se grande parte das verbas 'no interesse' partidário. Com este discurso Almeida parece indicar uma diferença entre a antiga política das obras contra as secas e as ações implantadas no governo de Epitácio Pessoa. José Américo, pelo menos em discurso, denuncia o mau uso dos recursos destinados ao combate aos flagelos da seca, afirmando que além de serem insuficientes, os recursos se dissolviam em aplicações de cunho pessoal, beneficiando alguns poucos, ao invés de contemplar uma maioria.

Para Mello⁴, (1994), porém, as obras contra as secas inspiraram um conhecimento sistemático sobre o Nordeste:

(...) Tal a contribuição de monografias e relatórios preparados por especialistas, sobretudo estrangeiros, em solos, serras, e montanhas, lençóis d'água, regime de chuvas, cartografia, minérios, bacias hidrográficas, etc. (Mello, 1994, p.156).

As representações que são produzidas do espaço nordestino se encontram na origem do "livro básico" sobre o estado da Paraíba escrito por José Américo de Almeida em 1923, intitulado "A Paraíba e seus Problemas" (Mello, 1994). Está na origem do livro, uma petição do governo do estado da Paraíba a José Américo, de um memorial sobre o plano de obras contra as secas iniciado no governo de Epitácio Pessoa, para que não ocorresse a suspensão das verbas destinadas às obras pelo

⁴ Nascido em 1940 em João Pessoa, PB, José Octávio de Arruda e Mello é Jornalista e historiador. Tornou-se membro do IHGP, (Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba) em 1972. Em 1974 ingressou na Academia Paraibana de Letras.

seu sucessor. Esse livro também, de acordo com o próprio José Américo, marcou a sua estréia no mundo literário.

Entretanto, a política de Epiácio Pessoa não deve ser entendida como ruptura em relação às Práticas oligárquicas que vinham sendo praticadas desde o início da primeira república. Souza, (1971), afirma que os Partidos Republicanos Mineiro, (PRM) e o Partido Republicano Paulista, (PRP) se congregaram em torno de Epiácio para a sua eleição, e que este, forçosamente, deveria apoiar-se na política das maiores unidades federativas da união para poder governar a república.

Ao menos em âmbito regional, afirma Gurjão, (1994), no contexto da política de Epiácio Pessoa, os coronéis passaram a auferir altos lucros em intermediações comerciais e nas empreitadas das obras contra as secas, provocando um aprofundamento da concentração de renda e, por conseguinte, um fortalecimento dos grupos hegemônicos locais. Desta forma, não se deve entender a política Epiacista como uma ruptura com a política oligárquica em prática até então.

No entanto, era nova a posição de José Américo ao lado de Epiácio Pessoa, já que em 1915, após cisão do partido republicano conservador entre Walfredistas e Epiacistas, José Américo se posicionara ao lado de Walfredo Leal. Sobre a divisão do partido, o escritor e jornalista Nelson Lustosa, que testemunhou os acontecimentos das eleições de 1915, afirma no prefácio do livro Reflexões de uma cabra que:

(...) Dessa campanha política os arquivos da imprensa abrigam terribilíssimos editoriais que a notabilizaram pelo tom de provocação e agressividade das descomposturas recíprocas: A Vassoura, Dom Bibas, As Beatas do cordão Encarnando e Os Três furúnculos encerram em seus contextos uma pequena amostra do que se escreveu em meu Estado nesses tempos de maldades e intrigas políticas e literárias, de destampatórios injuriosos e de perenes inimizadas (Lustosa, 1971, p. 31).

Os militantes Epiacistas investiam contra os Walfredistas com as crônicas “As Beatas do Cordão Encarnado”, numa referência a batina do Monsenhor Walfredo Leal. De acordo com Lustosa, os embates entre os militantes de ambos os lados atingiam os envolvidos com ataques pessoais, ridicularizando-se costumes e valores. Almeida atuava com suas críticas nas crônicas “A Vassoura”, onde elegia por alvo predileto o Epiacista Castro Pinto. Nas crônicas, o escritor procurava tirar proveito do preconceito que, segundo Luna, (2000), atingia a cidade de Filipéia de

Nossa Senhora das Neves, (João Pessoa) aludindo às visitas de mulheres a Castro Pinto cuja finalidade era manter relações sexuais fora dos padrões esperados na época. Nas crônicas sugeria-se que o dinheiro gasto por Castro Pinto nas visitas que tais mulheres lhe faziam era originário dos cofres públicos (Luna, 2000). Nelson Lustosa afirma que as crônicas de Almeida, assim como de todos os militantes Epitacistas, eram ricas em ironia e levavam ao vexame os alvos dos seus ataques.

Nas eleições que se seguiram todos os candidatos Epitacistas venceram, e a política paraibana ficou sob controle de Epitácio Pessoa pelo menos até 1930 (Gurjão, 1994). A reaproximação entre Walfredistas e Epitacistas só ocorreu em 1918, quando os dois grupos se uniram numa frente única em apoio à candidatura de Epitácio Pessoa à presidência da república (Luna, 2000).

José Américo explicou a reaproximação afirmando que só aderiu ao Epitacismo quando todos os seus superiores já haviam se tornado Epitacistas. A mudança teria implicado na renúncia de “uma posição tranqüila e vantajosa de advogado de partido”, onde ele já trabalhava com causas de diferentes estados do Brasil, inferindo-se daí que estava sendo bem sucedido nesta atividade. De acordo com o próprio José Américo o que motivara tal renúncia também fora “um esquema de reforma política” que iria ser posto em prática na gestão João Pessoa, gestão da qual iria participar o escritor a convite do sobrinho de Epitácio⁵ (Almeida, 1994). Essa fala de José Américo nos remete a uma formulação de Roger Chartier (1989) quando afirma que:

(...) As modalidades do agir e do pensar, como escreve Paul Ricouer, devem ser sempre remetidas para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas de poder (Chartier, 1990, p. 25).

A mutação na forma de agir e pensar pela qual passava José Américo de Almeida estava relacionada a outra mutação: a da estrutura de poder no estado da Paraíba. Um novo grupo hegemônico estava se formando com a mudança da

⁵ A reconciliação com o Epitacismo ocorreu em 1918. José Américo explica os motivos no livro intitulado “Eu e Eles”, publicado em 1971. Os motivos da reconciliação, pelo menos o que diz que sua motivação teria sido um “esquema de reforma que iria ser posto em prática por João Pessoa” figura-se como anacrônica, tendo em vista que João Pessoa só vai assumir o governo do estado em 1928 e os acontecimentos narrados por José Américo situam-se em 1918.

estrutura de poder político. Apesar de João Pessoa pertencer ao grupo Epitacista e, portanto, ser um membro da oligarquia estadual, seu governo, iniciado em 1928, foi caracterizado pela política de combate ao coronelismo. De acordo com Gurjão, (2004), esse combate consistiu na substituição das chefias municipais, eliminação de acúmulo de cargos públicos, reforma tributária – este considerado um ponto capital para o grupo –, entre outras medidas.

Ainda no governo de João Pessoa, José Américo foi nomeado Secretário Geral e, algum tempo depois, Secretário do Interior e Justiça do Governo Estadual. Deixou este cargo com o intuito de concorrer à eleição de 1929 para o cargo de deputado federal. Eleito com vinte e três mil votos, José Américo não tomou posse, sendo obrigado a ceder sua vaga para um candidato que só obtivera três mil votos⁶. Em 1970, Almeida escreveu no livro “Eu e Eles” que o relator da decisão explicou apenas que aquilo eram “coisas da política”, ao que o escritor replicou com uma pergunta resignada: “Que política é essa?” A timidez do protesto pode ser explicada pelo momento político de 1970, o da ditadura militar.

Porém, o impedimento de José Américo pode estar relacionado ao acontecimento que colocou o estado de origem do escritor em oposição ao governo federal. De acordo com Mello, (1994), no processo sucessório ao governo federal, em julho de 1929, o presidente Washington Luiz, rompendo com a aliança que colocava o país sob controle de políticos de origem mineira e paulista, a chamada república café com leite, indicou para a presidência outro paulista, Júlio Prestes, quando, pelo acordo, deveria apoiar um político de origem mineira.

Nesse processo, a Paraíba, na figura do Presidente João Pessoa, pela tradição da república velha deveria apoiar a decisão do governo federal de plantão. João Pessoa, porém, foi instruído por seu tio Epitácio Pessoa a não se posicionar a favor dos mineiros. Tal postura deveria ser mudada apenas se os mineiros apresentassem candidatos de outro estado para a sucessão presidencial.

O presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos, estava articulando a candidatura de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, à sucessão presidencial. Assim, em 29 de julho de 1929, João Pessoa postou-se ao lado de

⁶ Nesse episódio, José Américo foi vitimado por um instrumento político que caracterizou a República velha. Tratava-se da “Comissão Verificadora de Poderes”, órgão encarregado de avaliar a “legitimidade” do candidato antes que se fosse diplomado como deputado ou senador. Esse instrumento servia para excluir a possibilidade de que um candidato opositor ao governo Federal assumisse o mandato. Assim, o Governo evitaria as oposições.

Getúlio Vargas, formando uma união que deu origem a chapa de oposição chamada de Aliança Liberal. Essa chapa, apoiada por Minas Gerais, foi composta por João Pessoa, da Paraíba, disputando a vice-presidência, e Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul concorrendo ao cargo de presidente.

A esses acontecimentos se seguiram as retaliações do governo central. Dívidas contraídas pelo Estado da Paraíba foram logo cobradas, verbas para obras contra as secas foram suspensas. Estas, entre outras medidas, como a que impediu a posse de José Américo na câmara dos deputados, mesmo tendo sido eleito, foram postas em prática para que os Estados rebeldes voltassem à ordem estabelecida (Mello, 1994).

Com a revolução de 1930 que colocou os aliancistas no poder, José Américo foi nomeado interventor da Paraíba e chefe do governo provisório do Norte e Nordeste. Neste posto, sua função entre outras, era a de nomear interventores para os estados das duas regiões citadas. Viajou, assim, junto com Juarez Távora, chefe militar do movimento revolucionário, por toda a região que estava sob seu controle, dando posse aos interventores por ele nomeados.

No governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) Almeida foi nomeado Ministro de Viação e Obras Públicas. Foi desse posto que ele procurou aprofundar a associação da sua imagem à figura de combatente dos problemas das secas no Nordeste. Segundo ele próprio: “Alguém já disse [que eu sou] ‘capaz de negar um copo d’água, mas faço um açude’... [eu] Procurava ser o homem do bem comum... Na assistência às vítimas das secas introduzi novos métodos de proteção” (Almeida, [1970]1994, p. 23).

Deixando o Ministério de Viação em 1934, José Américo foi nomeado embaixador junto ao Vaticano, renunciando, no entanto este cargo, pois, de acordo com o que está escrito em seu livro, *Eu e Eles*, a Paraíba o havia intimado a não partir, elegendo-o senador em 1935 (Almeida, [1970]1994). Sendo eleito “contra sua vontade”, Almeida permaneceu neste cargo por apenas três meses, renunciando em seguida.

As mudanças de posições políticas encontravam, porém, um limite em José Américo. Isso porque “toda a doutrina exposta em [seus] discursos se opunha aos extremismos”, entenda-se por extremismos, mudanças sociais amplas. Era assim que o escritor percebia o “comunismo”, como uma ideologia extremista de um grupo que ameaçava a ‘pátria’. Assim, ele se afasta dos comunistas, repelindo ao mesmo

tempo qualquer ligação que se fizesse entre seus discursos e os discursos provenientes dos militantes desses grupos de esquerda. Aliás, para José Américo, tais afirmações constituíam-se em tentativa de incompatibilizá-lo com as classes conservadoras e com o clero.

O mesmo julgamento era direcionado à Ação Integralista Brasileira (AIB), fundado em outubro de 1932, com o lançamento do “Manifesto de Outubro”. Este movimento compunha-se de uma série de grupos de extrema direita que se aglutinaram em torno de seu principal líder, Plínio Salgado, e do jornal A Razão. Através de alianças políticas e de coligações, os integralistas conseguiram posições de relevo na política nacional. A principal linha de atuação dos integralistas expressa em seu manifesto consistia em: perseguição aos “comunistas”; restrições a organização de trabalhadores; afirmação de uma democracia excludente, da qual ficaria de fora os comunistas e partidos de oposição. De acordo com Gilberto Call, todas essas ideias eram apoiadas integralmente pelos partidos políticos dominantes e pela grande imprensa, mostrando assim que o movimento não se constituía como uma ação de grupos marginais. Mesmo sendo figura proeminente da política local e nacional, sendo membro de partidos expressivos, José Américo não aceitou, segundo sua narrativa, as formulações integralistas. Não aceitava, afirma o escritor, um sistema que pendesse para negação dos direitos do homem (Almeida, [1970]1994).

O ano de 1935 também foi marcado pela publicação de dois novos romances: “O boqueirão” e “Coiteiros”. Para alguns críticos, nestas duas obras José Américo procura, sobretudo, focalizar os problemas sociais do nordeste, centralizando sua análise nos fenômenos do cangaço e da seca, procurando mostrar que o primeiro era uma consequência nefasta do segundo. Aliás, em 1923, no prefácio do livro “A Paraíba e seus problemas”, o escritor já indicava que “o banditismo é o efeito nocivo de um ambiente saneável, e não uma determinação do coeficiente étnico” (Almeida, [1923]1980, p. 46). Com este discurso José Américo defendia uma intervenção mais eficaz no combate aos efeitos das secas no Nordeste.⁷

⁷ Ainda em 1935, foi nomeado ministro do tribunal de contas da união, cargo este vitalício no qual se aposentou. Em 1937 foi lançada a candidatura de Almeida à presidência da república. A não consolidação da candidatura por conta do golpe de Estado protagonizado por Vargas no ano de 1937, fez com que José Américo retornasse ao convívio com os livros e se afastasse da política pelo menos até 1945, quando foi eleito senador. Em 1950 foi eleito presidente do estado da Paraíba. Sua campanha foi intensamente marcada pela música eleita como tema de sua campanha eleitoral,

Sua atuação nos órgãos que visavam intervir no problema da seca no Nordeste, no sentido de atenuar as conseqüências do fenômeno climático na vida dos habitantes desse espaço, fez com que seu nome fosse vinculado ao de um grupo oligárquico que havia se beneficiado dos recursos destinados à realização de obras que amenizariam o impacto das estiagens prolongadas sobre a vida das populações nordestinas. De acordo com Mello, (1994), as obras contra as secas realizadas durante o governo de Epitácio Pessoa na presidência da república haviam beneficiado apenas o grupo dos coronéis do Sertão. Essas obras beneficiara os coronéis porque estes encarregavam-se de agenciar as intermediações comerciais e de realizar as empreitadas para efetivação dos serviços. Os lucros sobrevindos dessas atividades provocaram o agravamento da concentração de renda na região (Mello, 1994).

Concluimos que as posições políticas ao longo da trajetória de José Américo de Almeida penderiam numa resultante em direção ao conservadorismo. Isso pode ser percebido na recusa de ter seu nome associado a posições políticas que achava “extremistas”. Participando de uma nova geração de intelectuais e políticos, José Américo criticava as práticas políticas “tradicionais”, de grupos tradicionais. Mas não desejava mudanças profundas que beneficiasse uma ampla parcela da sociedade, uma mudança mais estrutural. Talvez, por isso, mostrasse desconforto com o termo “romance social”, usado por alguns críticos para definir o romance “A Bagaceira”.

1. José Américo e o modernismo

Em 1912, José Américo passou a ampliar sua participação em jornais e revistas. Data dessa época a divulgação de vários sonetos parnasianos na revista Era Nova. Em uma de suas produções, intitulada “A vida e a morte”, o autor revela, sobretudo, preocupações existenciais, conforme podemos ver nos seguintes versos: “Viemos de um berço rico ou sem recamos / e vamos para os cemitérios ermos / Sem todavia, compreendermos / Nem donde viemos / nem para onde vamos” (Luna, apud Almeida, 2000 p. 18).⁸

“Paraíba masculina” do compositor e cantor Luiz Gonzaga. Aqui, novamente, percebemos José Américo associado ao problema da seca.

⁸ Nessa época a atenção de Almeida era voltada exclusivamente para os autores clássicos, pois o intelectual, nesse período, não tinha reconhecimento entre seus pares se não conhecesse com profundidade autores como Camões, Herculano, Garret, entre outros. O escritor inicia sua vida

Porém, em 1928, o escritor expressa profunda insatisfação com autores clássicos em texto publicado na Revista de Antropofagia de São Paulo nos seguintes termos:

Inventei assim outro systema: ler os clássicos (porque não posso deixar de ler Bernardes, Frei Luis de Sousa, etc.) por cima, como quem está traduzindo, fazendo de conta que é castelhano, procurando apenas o sentido... Mas o diabo é que, além das palavras, não acho nada nos clássicos (Almeida, 1928, P. 3).

Para alguns estudiosos, entretanto, seu “grito de guerra” contra uma arte que para ele não fazia mais sentido ocorreu em 1922, com a publicação de um romance intitulado “Reflexões de uma cabra”, publicado na revista Era Nova. Com este texto, afirma Luna, (2000), o escritor visava contribuir com o Movimento Modernista ocorrido em São Paulo, cujo propósito era romper com padrões artístico/literários tidos pelos militantes do movimento como arcaicos.

A ligação de José Américo com o Modernismo, porém, vai além do romance “Reflexões de uma cabra”, tendo em vista que publicou textos (crônicas e poesias) em revistas como a: “Verde”, de Minas Gerais, “Klaxon” e a Revista de “Antropofagia”, estas últimas de São Paulo. Em uma das tiragens da Revista de “Antropofagia”, o autor afirma que havia se tornado escritor “lendo e pensando no Brasil. Era ver a descrição de uma paisagem caótica, vinham-me à ideia as nossas paisagens” (Almeida, 1928, p. 3). Ele afasta-se assim dos temas especulativos que caracterizava seus primeiros escritos, procurando captar as experiências do cotidiano transformando-as em temas e refletindo sobre elas. Também distancia-se do “Regionalismo”, já que é o país que lhe vem à mente quando escreve, além de prospectar um público muito mais amplo do que o paraibano ou nordestino em sua escrita.

Talvez por isso “A Bagaceira” também tenha sido inscrita no painel da literatura brasileira como iniciadora do romance modernista. É o que afirma Oliveira, (2012), com base em D’andrea (2010). Não há, assim, consenso no tocante ao lugar que o romance ocupa na história da literatura brasileira. Argumentamos, contudo, que o romance se constitui em um esforço de interpretação do Brasil, ao lado de outras

literária então sob influência dos clássicos da literatura citados acima, e outros, como Antônio Vieira, de quem só conseguirá desprender-se na sua “maturidade literária” (Luna, 2000, p. 14). As temáticas dos sonetos publicados em jornais e revistas, cujo exemplar maior era “Vida e Morte”, são perpassadas pela influência que estes autores clássicos exerceram sobre o escritor.

grandes obras – ficcionais e/ou histórico/sociológicas – que foram publicadas antes e depois de 1928, cuja razão de ser constituía-se no propósito de decifrar e/ou construir a identidade do povo brasileiro. Pensando “A Bagaceira” nessa perspectiva, isto é, em conjunto com outros discursos escritos na época, produções tanto artístico/literárias quanto sociológicas, podemos olhar para José Américo simplesmente como um escritor, sem mais adjetivações. Nesses termos, convém menos procurar os elementos que o colocariam em uma ou outra corrente e mais ressaltar suas ambiguidades.

Contudo, importa inserir o autor de “A Bagaceira” nos debates intelectuais que aconteciam em torno do Modernismo paulistano e da retomada da prédica regionalista no Nordeste. Apesar de serem correntes tidas como opostas entre si, percebe-se que muitas das propostas modernistas também estavam presentes no regionalismo nordestino.

Neroaldo Pontes de Azevedo, no livro “Modernismo e Regionalismo; os anos 20 em Pernambuco”, publicado em 1984, afirma que as ideias modernistas chegaram a Pernambuco no momento em que ocorria a retomada da “pregação regionalista”, resultando em intensos confrontos encenados principalmente em jornais e revistas que circulavam na região Norte/Nordeste.

Azevedo reflete sobre o impacto do modernismo em Pernambuco partindo da constatação de que o Norte/Nordeste na década de 1920 apresentava déficits de desenvolvimento em relação ao Sul. São Paulo e Rio de Janeiro, afirma Azevedo, apresentava altos índices de desenvolvimento proporcionado pelo surto de industrialização, pelo fenômeno da imigração e, sobretudo, por uma política de centralização concentrada no eixo Sul e sustentada pela elite agrária da região. O Nordeste, por outro lado, agonizava. Apegada à estruturas arcaicas, sofrendo a decadência da produção do açúcar e atingida pelo desprestígio político, as elites nordestinas clamavam pela restauração de seu antigo prestígio. Os ideais modernistas chegaram a Pernambuco também em momento de campanha política. Estabelece-se, desta forma, uma conexão entre renovação artística e modernização política.

No começo da década de 1920 o governo de Pernambuco era chefiado por José Bezerra, representante de uma velha política relacionada aos interesses rurais. Ao morrer ainda no governo, José Bezerra deixou por herança uma disputa eleitoral marcada pela intolerância, pelo ódio e pelo apelo à violência (Azevedo, 1984).

Formaram-se assim dois grupos políticos: Borbistas e Pessoaístas. O primeiro agregava os partidários do então senador Manoel Borba, ligado ao ex-governador José Bezerra. Manoel Borba declarava apoio ao usineiro Henrique Carneiro da Cunha para o governo de Pernambuco. O segundo agregava os partidários do candidato ligado aos Pessoa de Queiroz. Na Paraíba, como vimos acima, José Américo, a partir de 1918 postara-se ao lado do Pessoaísmo.

Os “Pessoaístas” receberam apoio de Dantas Barreto, Estácio Coimbra e da bancada federal do estado, além da adesão do então presidente da república Epitácio Pessoa. O apoio de Epitácio foi recepcionado como “intromissão” inaceitável do governo federal em Pernambuco pelos Borbistas. Desta forma, montase o palco no qual irão se desenrolar os embates políticos com reflexos nos campo cultural, jornalístico e intelectual (Azevedo, 1984).

Na visão dos Pessoaístas, os Borbistas representavam a tradição, tida como corrupta e ultrapassada. Essa opinião estendia-se para o movimento regionalista. Para os borbistas, os Pessoa de Queiroz representavam a intromissão do Sul em assuntos do Norte/Nordeste, tida pelo “Borbismo” como ofensiva. O grupo dos “Pessoaístas” tendia para o modernismo. Os grandes jornais, como o “Jornal do Commercio” e “O diário de Pernambuco”, argumenta Azevedo, irão desempenhar papel fundamental, pois estarão alinhados a um ou a outro grupo político, a uma ou a outra corrente de ideias.⁹

Qual a ligação entre as disputas políticas e a intelectualidade na década de vinte em Pernambuco? Neroaldo Pontes, (1984), afirma que a consagração de grandes intelectuais, em geral, começava pela atuação em jornais, nos quais adotavam também posições em relação a partidos políticos. Escrever em jornais era uma forma de legitimar sua atuação literária.

Modernismo e Regionalismo ressalta essa conexão apontando a atuação de escritores destacados como José Lins do Rêgo e Joaquim Inojosa. O primeiro, em franco combate ao Pessoaísmo por meio de artigos publicados principalmente no Diário de Pernambuco e no semanário Dom Casmurro; Joaquim Inojosa, em combate ao Borbismo. As pesquisas de Matheus da Cruz e Zica, (2008), sobre as

⁹ Para Azevedo, (1984), o jornalismo do período foi contaminado por paixões políticas irrefreáveis. O Diário de Pernambuco, ligado à oligarquia Borbista, passa a denunciar a atuação do Governo Federal no estado, acusando-o de estar favorecendo a candidatura do grupo adversário. Por sua vez o Jornal do Commercio, de propriedade dos Pessoa de Queiroz, passa a taxar de “subversivos” os que se opunham a atuação do governo.

produções de Bernardo Guimarães no século dezenove parecem mesmo indicar que, se não é verdade que os jornais promoviam a consagração dos intelectuais, pelo menos é notório que consagrados escritores tenham começado suas atividades de escrita por meio de jornais. Na Paraíba, como vimos acima, o jornalismo foi o caminho trilhado também por José Américo. Sua atuação acontecia também pelo viés político, tal como ocorria com intelectuais como Inojosa e José Lins na imprensa pernambucana.

Joaquim Inojosa nasceu em Pernambuco. Coursou direito em Recife, onde foi colega de turma de José Lins do Rêgo. Estreou na vida jornalística em 1917 com artigo no qual tece elogios à revolução russa. A partir de então, passou a se destacar na imprensa da Paraíba e na pernambucana.

De 1921 em diante, Inojosa passou a escrever para o Jornal do Recife mediante a indicação de José Lins. Nesse jornal, escreveu crônicas sociais e políticas, além de estreiar na crítica literária. Em 1922, Inojosa deixou o Jornal do Recife e se tornou redator do Jornal do Commercio. Justificou a mudança pela necessidade de opor-se ao Borbismo. Azevedo, (1984), afirma que no “Jornal do Commercio” Inojosa entregou-se à luta partidária não apenas em artigos, mas também na participação em comícios, em oposição declarada aos partidários de Manoel Borba. Essa nova posição de Inojosa o coloca em conflito aberto com José Lins, tendo em vista que este pertencia ao lado político rival.

Em 1922 aconteceram as preparações de comemoração do Centenário da Independência. Com o propósito de participar do 1º Congresso de Estudantes a realizar-se no Rio de Janeiro, em razão das comemorações do Centenário de Independência do Brasil, partiu de Recife uma comitiva de estudantes cujo secretário foi o jovem Joaquim Inojosa. Azevedo afirma que em 1923, Inojosa refletiria que teria sido um erro, estando no Sul não conhecer São Paulo e sua intelectualidade.

Em São Paulo, Joaquim Inojosa realizou visitas às redações de jornais para conhecer colegas de ofício. No livro “Os Andrades e outros aspectos do Modernismo”, publicado em 1975, Inojosa narra o encontro com um desses intelectuais no capítulo intitulado “O príncipe”, uma referência ao poeta Modernista Guilherme de Almeida. Referindo-se à atuação de Guilherme de Almeida e do seu papel dentro do Modernismo, Inojosa afirma que o poeta “iniciara a marcha da brasilidade na fase construtiva do Modernismo” (Inojosa, 1975, p. 36).

Em visita ao “Correio Paulistano”, Inojosa conheceu Menotti Del Picchia. Azevedo afirma, com base nas palavras de Inojosa que uma conversa de uma hora bastou para que houvesse uma adesão do jovem jornalista aos ideais Modernistas de São Paulo. Ainda na redação do jornal, Inojosa fora apresentado a Oswald de Andrade. Discutiram sobre a literatura, sobre o estatuto da literatura em Pernambuco. Inojosa classificou os intelectuais pernambucanos como passadistas (Azevedo, 1984).

Neroaldo Pontes afirma que o comportamento de Inojosa era o de um convertido, logo escolhido como “apóstolo” para divulgar as “boas novas” em Pernambuco, estado que atuaria como centro catalisador e irradiador das ideias modernistas devido a sua hegemonia na região. A postura de Inojosa, pelo menos entre 1923 e 1925, vai ser a de um iconoclasta, um demolidor de uma arte “nordestina” que para ele era passadista, tradicional, arcaica (Azevedo, 1984). Atua por meio dos jornais e revistas, apresentando os “novos” de São Paulo, escrevendo artigos de apresentação de suas obras. A postura de Inojosa motivou tensões com os “regionalistas”, intelectuais comprometidos com uma arte que, para eles, deveria descrever a região, alérgicos aos intelectuais do Sul. A ação de Inojosa visava, sobretudo, captar adeptos para sua pregação. Configura-se, desta forma, o campo de luta entre Modernistas e regionalistas (Azevedo, 1984).

De um lado os Regionalistas, defendendo a primazia dos motivos – artísticos, geográficos, econômicos, políticos, culturais – da região. No entender dos Regionalistas, havia uma forma de ser regional, algo exclusivo, único da região. Os Regionalistas preconizavam uma nova forma de olhar a espacialidade, novos objetos a serem vistos, novas formas de representar esses objetos, intencionando a construção de uma consciência Regional generalizada e difundida, ligando as várias existências individuais e toda uma coletividade (Albuquerque Júnior, 2011). Os discursos Regionalistas enfatizavam as diferenças entre os espaços/regiões. Assim, buscava-se ressaltar a diversidade identitária, cultural e dos costumes. De outro lado, o Modernismo, difundido a partir de São Paulo, sobrepondo o nacional ao regional. Ambos queriam renovar as artes, a literatura, a política. Queriam entender o que era o Brasil, a identidade brasileira. Em literatura, a proposta do Regionalismo era transformar a região, os costumes, as tradições em motivo literário. Desta forma, pretendia-se explicar o nacional por meio das identidades regionais.

Nesse sentido, o modernismo pouco se diferenciava do regionalismo. Os principais nomes do modernismo da região Sul queriam dizer o que era o Brasil. Para isso, eles pediam apoio aos autores da região. Cada região devia empenhar-se em fazer o apanhado das tradições locais, suas identidades, seus costumes. Havia uma consciência da diversidade cultural, econômica, social da nação brasileira. Sendo assim, devia-se procurar captar essas diversas identidades regionais e transpô-las seja para as produções científicas, seja para as literárias. Assim, quem estaria mais qualificado para explicar a “realidade” nordestina senão o próprio nordestino? Quem, senão o homem do Nordeste estaria melhor aparelhado para “captar” e representar a cultura, os costumes e os problemas sociais do povo dessa região?

Não por acaso, autores como José Américo de Almeida passou a ser reivindicado tanto por Modernistas quanto por autores como Gilberto Freyre, um dos mais ferrenhos defensores do Regionalismo Tradicionalista nordestino. Vale ressaltar, contudo, que em texto publicado em 1978 na vigésima primeira edição de “A Bagaceira”, Gilberto Freyre afirma que José Américo nunca se “recificizou”, isto é, não aderiu às propostas integrais do Regionalismo nos moldes defendidos pelos intelectuais de Recife. Isso demonstra que as semelhanças entre Modernistas e Regionalistas encontravam seu termo.

Debruçando-se sobre extensa documentação que inclui cartas, discursos veiculados em jornais, revistas e depoimentos de intelectuais diretamente envolvidos nas discussões da época, Neroaldo Pontes afirma em “Modernismo e Regionalismo” que uma das diferenças fundamentais entre uma e outra corrente era a atitude em relação ao passado. Os Modernistas dialogavam estreitamente com a história. Entender o Brasil, a identidade do brasileiro, seus costumes era escrever-lhe sua história, olhar para seu passado. Curiosamente os regionalistas também partiam desse pressuposto.

Contudo, para os Modernistas o passado tinha que ser superado. A atitude dos Modernistas é de desapego à tradição e sua conseqüente superação. As formas arcaicas, quer do mundo das artes, da política, da economia deveriam abrir caminho ao que havia de novo. Os Modernistas saudavam com alegria as mudanças. Os Regionalistas Tradicionalistas, por sua vez, mantinham um respeito irrefreável pelo passado. Eles queriam canonizá-lo, eternizá-lo, queriam reviver o passado que, para muitos, representava a glória. Para os Regionalistas passadistas, o Nordeste havia

permanecido puro, livre de influências deletérias da modernidade. Os ideais modernistas representavam para os regionalistas o desmoronamento de tudo que aquele passado por eles preconizado representava de grandioso. Como bem explicitou Azevedo, (1984), e Albuquerque Júnior, (2010), os Regionalistas nordestinos preconizavam a autenticidade da identidade nordestina tendo em vista seu isolamento e conseqüente afastamento de mudanças “descaracterizadoras”. Esta, a nordestina”, era, na visão tradicionalista, a autêntica identidade brasileira, cabendo aos intelectuais fazer-lhes a sua história e lutar para que fosse preservada sua autenticidade através da imunidade às ideias estrangeiras.

A obra “Modernismo e Regionalismo” aponta Gilberto Freyre como um dos grandes opositores do Movimento Modernista. Freyre, assim como os maiores adversários dos ideais Modernistas, afirma Azevedo, (1984), descaracterizam o Modernismo taxando-o de futurismo.

Um ponto crucial nas reflexões de Azevedo discutido em “Modernismo e Regionalismo” é a percepção da ruptura que vai ocorrer no movimento modernista de São Paulo. Azevedo afirma que de 1922 a 1924 o movimento foi marcado pelo entusiasmo e pelo sentimento de que a arte deveria ser renovada. Assim, pela necessidade de renovação, de destruição de valores considerados arcaicos, os modernistas acabaram por imitar valores europeus. De agora em diante – 1924 – a arte tinha que ser brasileira. Uma arte de ação. Devia se afastar da perspectiva idealista de decantar apenas as belezas do Brasil. A literatura não devia, em nome do patriotismo, negar os defeitos do Brasil. A partir desse ponto, cada um poderia dizer o Brasil como bem entendesse. Mas sem Regionalismo ou Nacionalismo “estrito”. Era dessa forma que Mário preconizava o “novo modernismo” em artigo publicado no Jornal do Commercio em 25 de maio de 1925 (Azevedo, apud Andrade, 1984).

Quanto ao Regionalismo, Azevedo situa sua principal linha de pregação ideológica em Oliveira Lima. A importância desse discurso está relacionada à retomada de vários pontos por regionalistas tradicionalistas como Gilberto Freyre e Moraes Coutinho posteriormente. Um dos pontos principias consiste na afirmação de que a base das diferenças regionais está na “verdade” de suas paisagens naturais, o que deve provocar a existência de “letras” regionais. Ainda aparece nesse discurso a afirmação de que o naturalismo – que para Lima era cosmopolita – leva os romancistas a desdenharem da região (Azevedo, 1984). Assim, denuncia-se a

intelectualidade pernambucana, em dívida com seu passado. Os escritores deveriam transformar em literatura as lendas e tradições das matas e dos sertões, o passado opulento da economia açucareira, a vida nos engenhos com a perspectiva de romantização da figura do senhor de engenho, em sua essência, muitas vezes tidos como melhores do que “os patrões das fábricas atuais” (Azevedo, 1984).

Esse passado romantizado aparece no prefácio da primeira edição de “Sobrados e Mucambos” de Gilberto Freyre, publicado em 1936. Constatando a mutação da casa-grande em sobrado – este, urbano, àquela rural – proporcionado pelo processo de industrialização, Freyre parece lamentar a perda de sociabilidades tradicionais ocasionadas por essas mudanças. Escreve que:

A casa patriarcal perdeu, nas cidades e nos sítios, muitas das qualidades antigas: os senhores de sobrado e os negros libertos, ou fugidos, moradores dos Mucambos, foram se tornando extremos antagônicos, bem diversas, as relações entre eles, das que haviam se desenvolvido, entre senhores das casas-grandes e os negros das senzalas, sob o longo patriarcado rural (Freyre, 1936, p. 40).

Com base na citação, é possível perceber a visão idealizada de Freyre. O passado acusava maior integração social, as distâncias entre senhores e escravos eram atenuadas. Uma visão depreciativa das mudanças. Um passadismo. Um canto de lamento contra as transformações que se processavam no Brasil desde fins do século dezanove e que atingiam Recife com mais intensidade a partir da década de vinte. Uma forma de se opor a essas mudanças era apontar a grandeza do passado, apelar para a “glória” perdida.

Não pretendemos nos alongar nesse assunto, considerando que não constitui o objeto de estudo proposto. Acreditamos ter dele falado o suficiente para mostrar as tensões em Pernambuco provocadas pela introdução das ideias Modernistas vindas, sobretudo, de São Paulo. Ressaltamos o papel de Joaquim Inojosa como divulgador do Modernismo em Pernambuco, gerando alinhamentos quer ao Regionalismo, quer ao Modernismo tanto em Pernambuco quanto em outros estados do Nordeste. Mostramos que o Regionalismo não era a única opção de pensamento na década de vinte em Pernambuco e, sobretudo, destacamos um ponto de divergência entre o Modernismo e o Regionalismo: a atitude em relação ao passado. Importa-nos agora saber qual a posição de José Américo nos debates, ferrenhos, que opunham Regionalistas e Modernistas naquela conjuntura histórica.

Antes de tudo, convém perceber que o escritor não escreveu “A Bagaceira” com o intuito de transformá-la em marco do romance Regionalista. São as classificações, os discursos que atribuem identidades, que conferem estatutos aos objetos e pessoas, que estabelecem os lugares de pertença. Mais importante que determinar objetivamente o lugar que José Américo ocupa na literatura é perceber as relações de poder que permeiam as classificações. O olhar regionalizador produz hierarquias que instituem e legitimam espaços privilegiados de produção de discursos (Albuquerque Júnior, 2010). Assumir o caráter regional da obra é diminuí-la, é reduzir a potência e o alcance dos seus enunciados, limitando o seu conteúdo a um espaço diminuto. Por isso, não iremos ler a “A Bagaceira” como romance regional. Iremos nos apropriar da obra tomando-a como uma produção de um escritor brasileiro, portanto, um romance brasileiro.

Para tanto, convém determo-nos nas palavras proferidas pelo romancista. Em “Sem me rir, sem chorar”, José Américo afirma, em referência ao “Regionalismo” representado por José Lins do Rêgo, que este “Extraiu da cana-de-açúcar toda a doçura cheia de nós da expressão que criou”, “de um sabor nativo que não chegava a ser plebeu”. No estilo de José Lins, nas palavras de Almeida, nota-se um:

(...) linguajar do homem comum, a fala da sala e da cozinha, do engenho e da cidade. Se não tem disciplina, se foge, por vezes, ao controle gramatical, à rigidez da sintaxe, é, prodigiosamente, exata. É rica de propriedade e precisão. Trabalhada, não deixa de ser agradável e musical com seu ritmo de vozes soltas, dando a ideia de presença, de alguma coisa que está viva, bolindo, adiante de nós (Almeida, 1984, p. 85).

Após essa representação do estilo de José Lins, José Américo afirma que costumam apontá-lo como o iniciador “dessa corrente literária do Nordeste”. Adiante, diz o autor de “A Bagaceira” que “Não é essa, infelizmente, a filiação”, pois “Tudo meu é pessoal, especialmente, a maneira de escrever” (Almeida, 1984, p. 85).

No prefácio de “A Bagaceira” José Américo insinua sua posição ideológica afirmando que a obra constitui-se como “um livro triste que procura a alegria. A tristeza do povo brasileiro é uma licença poética” (Almeida, 1972, p. 2). Ainda no prefácio, o autor enuncia que “um romance brasileiro sem paisagem seria como Eva expulsa do paraíso” (p. 3) em referência à sua obra. “Romance brasileiro”; “paisagem brasileira”. Inserção da obra em um quadro, diríamos, cosmopolita.

Em carta datada de 10 de novembro de 1925 a Inojosa, José Américo solidariza-se com seu trabalho de divulgador do Modernismo afirmando que:

Já estou enfiado da literatura pela literatura. Estamos em tempo de passarmos do sonho à ação. E, ainda utilizando os padrões do progresso material e cultural de outros povos, devemos construir obra nossa, isto é, atender às exigências de nosso ambiente físico e social, como condição de conformidade e de permanência dessas conquistas (Almeida, 1975).¹⁰

A chamada à ação é a mesma que Mário de Andrade havia feito no artigo publicado no *Jornal do Commercio* em 24 de maio de 1925, já referenciado acima. A arte em ação representa a inscrição do Brasil nas artes/literatura. Sem esconder o que há de feio, o que deve ser criticado. Essa não era a perspectiva regionalista/passadista. Na citação acima, o escritor afirma que a arte deve “atender às exigências de nosso ambiente físico e social”. Esse trecho pode induzir o entendimento de que José Américo estaria fazendo referência ao local, ao regional. Contudo, as afirmações do prefácio já expostas acima afastam esse entendimento. O Brasil é o motivo de seu pensamento. É o que parece pensar Guimarães Rosa, para quem “José Américo... abriu para todos nós [escritores] o caminho para o moderno romance brasileiro”.¹¹ A afirmação de Guimarães Rosa afasta, assim, José Américo do ideário Regionalista.

No prefácio da vigésima terceira edição de “A Bagaceira” Gilberto Freyre também se pronuncia a respeito de uma pretensa “consciência regional”, ou de um “sentimento de nordestinidade” de José Américo. Mencionando os nomes dos maiores entusiastas regionalistas como Odilon Nestor, Moraes Coutinho, Pedro Paranhos, entre outros, incluindo-se ele próprio, Freyre pergunta se José Américo se deixou seduzir pela pregação em torno da “nordestinidade”. Responde que não. “Só implicitamente se pode considerar José Américo um simpatizante dos nordestinos do Recife”.

Não é fácil, contudo, situar o autor de “A Bagaceira”. Muitos são os trabalhos que já o definiram como iniciador do Regionalismo, como já foi apontado acima. As dificuldades se ampliam quando críticos ainda atribuem a José Américo o papel de iniciador do “moderno regionalismo nordestino”. O termo “moderno”, ao lado de “regionalismo”, seria uma forma de dizer o regional a partir de uma perspectiva

¹⁰ Esse fragmento foi reproduzido no livro “Os Andrades e outros aspectos do Modernismo”, do escritor e jornalista Joaquim Inojosa.

¹¹ . Citação reproduzida na orelha da capa da vigésima terceira edição de “A Bagaceira”.

diferente, com recortes e objetos inusitados até então. Sendo assim, o autor ainda não é retirado da grade estreita do regionalismo. Em nossa reflexão sobre a obra do escritor iremos procurar focar as contradições do autor, elementos que o distancia do modernismo, bem como as posições que o aproximam do tradicionalismo. Esse tradicionalismo não deve ser entendido, entretanto, como uma sensibilidade remetida apenas ao Nordeste, pois, como procuraremos demonstrar, formas de apropriação do passado numa perspectiva romantizada e conservadora permeavam escritos de juristas e escritores brasileiros desde finais do século XIX.

O romance “A Bagaceira” foi publicado em 1928. Porém, Joaquim Inojosa, escrevendo em 1975, afirma que “Durante três anos iria José Américo de Almeida aproveitando os vagares profissionais para elaborar sua obra prima” (Inojosa, 1975, p. 2). Essa afirmação de Inojosa, (1975), remete a escrita do romance ao ano de 1925. Todavia, o número 1 do semanário Dom Casmurro anuncia em 1922 para “breve” a publicação da obra (Azevedo, 1984, p. 25). Podemos concluir que o romance já existia, pelo menos enquanto projeto, em 1922 ou mesmo antes. O anúncio da publicação da obra foi feito na Revista de Antropofagia de São Paulo. Essa revista divulgava os ideais modernistas defendidos pelos idealizadores da Semana de Arte Moderna de 1922.

O texto de “A Bagaceira”, a partir da vigésima nona edição é o da edição crítica, lançada em 1989, que reproduz o conteúdo da nona edição revista pelo autor, e incorpora as alterações da décima quinta edição. Esclarece uma nota da Editora José Olympio que na décima quinta edição, lançada em ocasião do jubileu de ouro do romance, foram corrigidos os erros de composição e de tipografia que descaracterizavam significativamente a obra, além de incorporar rigorosamente as alterações feitas pelo autor na revisão do texto da nona edição.

O romance teve quatro edições no mesmo ano em que foi lançado. Após a primeira, ocorrida em 1928 pela Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, foi produzida uma nova edição pela mesma editora. As outras duas saíram pela livraria Castilho, ainda no ano de 1928. As edições sucessivas da obra são lidas pelos críticos como testemunho do sucesso alcançado pelo livro nos primeiros meses de lançamento.

O enredo do romance situa-se entre 1898 e 1915, dois anos de intensas secas na região Nordeste. Conta a história de um grupo de retirantes¹² (Valentim Pedreira, sua filha Soledade, e seu afilhado, Pirunga) que se desloca da região do Bondó, na zona do Sertão, para a região do Brejo, em Areia. Ao chegarem nesta região, encaminham-se para a zona dos engenhos, onde encontra acolhida no engenho Marzagão, de propriedade de Dagoberto Marçau.

Lúcio é um jovem bacharel filho de Dagoberto Marçau. Homem formado em direito pela faculdade do Recife, é representado como a potencial força capaz de modernizar o ambiente dos engenhos. Enquanto Dagoberto é representado como um homem apegado ao passado, homem rústico, tradicional no sentido de ultrapassado, o bacharel é representado como homem de letras, versado nas teorias mais “avançadas” e, portanto, capaz de, supostamente, por em prática o processo de modernização do engenho. Por isso seu nome é Lúcio, luz/cio. Aquele dotado de inteligência (luz) mais vigor, (cio), para mudar o mundo tradicional do Marzagão.

A narrativa é estruturada sobre a tensão provocada pela introdução no espaço do Marzagão da figura do “retirante”. O termo “retirante” era utilizado para designar os grupos de pessoas que se deslocavam do interior (chamado de Sertão) em tempos de seca, para áreas que pudessem acolhê-los. Sertão, historicamente, possui significado de interior. Na narrativa de “A Bagaceira”, o espaço dotado de condições para acolher os sertanejos no estado da Paraíba era o Brejo, devido aos altos índices pluviométricos da região.

Na bagaceira os sertanejos irão encontrar os trabalhadores do engenho. Destacam-se Latomia, João Troçulho e Xiname. Sobre os trabalhadores da bagaceira, a autoridade do feitor Manuel Broca. Eles, sertanejos e brejeiros, irão trabalhar, vivenciarem suas virilidades, alimentarem-se, divertirem-se juntos. Irão expor suas visões de mundo, suas representações sobre o amor. Essa vivência entre os dois grupos que a narrativa sugere serem distintos, desempenha papel fundamental na discussão que estamos fazendo. A figuração da socialização fabricada pelo autor permite ao narrador comparar, classificar, hierarquizar e atribuir

¹² Palavra originada do substantivo feminino “retirada”. Segundo o dicionário “Larousse Cultural” (1999), “retirada” é: 1. Ato ou efeito de retirar-se. 2. Recuo de tropas impossibilitadas de conservar sua posição. O uso do termo para referir-se aos habitantes que abandonam as áreas castigadas pela seca seria, assim, uma metáfora. O pensamento de finais do século XIX e primeiras décadas do século vinte concebia os homens das regiões sujeitas a períodos prolongados de estiagem como estando em constante luta contra “o meio hostil”. A “retirada” seria, assim, uma impossibilidade desse homem continuar no “combate”, de manter sua posição na linha de “batalha”.

sentidos às ações de cada grupo, posicionando-se, as vezes com maior ou menor veemência a favor de um e contra o outro. Na classificação e hierarquização de valores, incluem-se valores masculinos e viris que estão em estreita conexão com concepções sobre etnias ou origens sociais de espaço ou de lugar.

O tema do retirante ainda cria outro tema, qual seja, as consequências morais que, supostamente, seriam resultantes do fenômeno da seca. A narrativa, que para muitos analistas dialoga com outra obra de José Américo intitulada “A Paraíba e seus problemas”, sugere que havia uma frequente exploração sexual por parte dos proprietários rurais em relação às mulheres oriundas das retiradas. A ideia é que os senhores de engenho faziam barganha com mantimentos em troca de favores sexuais.

A narrativa apresenta um triângulo amoroso entre Soledade, Lúcio e Dagoberto Marçau. Esse triângulo vai expor três concepções morais sobre o amor: a de Lúcio, a de Dagoberto e a de Soledade. Essa configuração narrativa chama a atenção para as constantes investidas de Soledade sobre o bacharel, o que provoca um olhar moralizante sobre o comportamento feminino. Uma representação masculinista sobre a mulher, portanto. Diante das investidas de Soledade, com apelo sexual, Lúcio apresenta atitudes de esquiva, prorrogando o contato para um futuro, quem sabe, após o casamento. Lúcio reprova na moça atitudes de sensualidade. Ele ensina como deve se comportar uma mulher.

Esse comportamento do rapaz parece contrapor-se ao do seu oponente, Dagoberto Marçau. Suas investidas sobre Soledade aconteciam sempre longe da visão do seu filho e continha, via de regra, um apelo sexual. Há, na narrativa, implicitamente, uma comparação entre o comportamento do pai e o do filho. Tradição e modernidade. Lúcio só descobre que seu pai cortejava Soledade quando o contato sexual entre Dagoberto e Soledade já tinha sido consumado por meio de um possível estupro.

O “defloramento” de Soledade por Dagoberto Marçau provoca o tema da vingança pela honra ofendida. O sertanejo Valentin Pedreira, pai de Soledade, ao saber que sua filha havia “perdido” a virgindade, julgando ser o ofensor o feitor Manuel Broca, acaba tirando-lhe a vida. Esse episódio provoca a prisão de Valentin Pedreira e a migração de Dagoberto Marçau para o Sertão, já na condição de marido de Soledade.

Narramos brevemente alguns elementos do enredo de “A Bagaceira”. Os assuntos que pusemos em relevo irão orientar nossa discussão adiante. Destacaremos agora alguns aspectos das edições que elegemos para análise. O objetivo é chamar a atenção para elementos – textos introdutórios – que foram adicionados à obra que, no nosso entender, constituem-se como estratégias de disciplinamento da leitura do romance.

As edições da obra cotejadas no nosso trabalho de pesquisa foram a décima primeira, a vigésima terceira e a trigésima sétima edição, todas da editora José Olympio. Compõem a décima primeira edição um texto de Juarez da Gama Batista, uma introdução do crítico literário M. Cavalcante Proença e um texto de Amoroso Lima. O texto de Amoroso Lima foi publicado originalmente em um jornal do Rio de Janeiro. Tornou o romance conhecido em todo o Brasil. A décima primeira edição e a vigésima ainda trazem o discurso de Amoroso Lima proferido na ocasião em que José Américo tomava posse na Academia Brasileira de Letras, intitulado “O criador de um novo estilo”. As três edições incluem um glossário com a definição de termos “regionais”. Esses termos teriam tornado a leitura do romance incompreensível em outras áreas do país.

A vigésima terceira edição, de 1987, marcou as comemorações do centenário de nascimento do escritor. Foram incluídos textos de autores como Gilberto Freyre, datado de 1977, Rachel de Queiroz, (1978), Ivam Cavalcanti Proença, (1968), Leandro Tocantins, (1977), do professor de literatura da Universidade da Paraíba Juarez da Gama Batista, texto datado de 1966, de Ivam Bichara Sobreira, e do ex-governador da Paraíba Tarcísio de Miranda Burity, este datado de 1987. Além dos textos citados, foi incluído também o estudo de M. Cavalcanti Proença, datado de 1968, mas que teve origem em seminário no ano de 1963 na faculdade de filosofia da Universidade da Paraíba. Foram incluídos na obra também o discurso de posse de José Américo na Academia Brasileira de Letras e o discurso de recepção proferido por Amoroso Lima em nome da Academia. Esta edição ainda inclui uma citação do crítico literário Otto Maria Carpeau na orelha da capa. Afirma Carpeau que: “O número de referências bibliográficas não dá idéia suficiente do êxito e da importância d’Abagaceira, romance que abriu nova fase na história literária do Brasil” (Carpeau, 1971).

A vigésima terceira edição inclui fotografias do autor de “A Bagaceira” ao lado de personalidades de relevo da intelectualidade brasileira. Somam-se oito páginas

de fotografias com suas respectivas legendas. Incluem-se desde fotografias dos pais de Jose Américo, da casa no engenho Olho'Água no município de Areia, onde nasceu, até fotografias ao lado de literatos como José Lins do Rêgo e de intelectuais como Paulo Prado e Gilberto Freyre. José Américo também aparece ao lado de Getúlio Vargas, em fotografia de 1932, quando era Ministro de Viação e Obras Públicas.

A trigésima sétima edição do romance também traz a introdução do crítico literário M. Cavalcante Proença. Neste texto, Proença, (1968), retoma a fala de Otto Maria Carpeaux corroborando a idéia de que o romance “abriu nova fase na história literária brasileira”. O texto de Proença é bastante pormenorizado, constituindo-se como uma crítica “global” do romance, pois inclui análise das principais personagens, suas motivações, o local das ações e uma discussão sobre as sensações visuais, táteis, gustativas, olfativas e auditivas que a narrativa “despertaria” no leitor.

Os estudos que foram adicionados às edições que escolhemos são importantes. Entretanto, todos eles foram escritos em períodos bastante afastados da década de publicação do romance. Com exceção do estudo de M. Cavalcante Proença, todos eles apresentam alto grau de generalização. A esse respeito, concordamos com Nabokov, quando afirma que “não há nada errado com o luar da generalização se ele vem depois que as minúcias ensolaradas do livro” (p. 43) foram coletadas. Uma generalização apressada da obra reduz e empobrece significativamente o conteúdo do romance. Nada mais enfadonho do que ler a obra como “o romance da seca”; “o livro do Nordeste”; “o marco do novo regionalismo”. Esses estereótipos cristalizam conceitos, fortalecem preconceitos, retiram da obra o caleidoscópio imprevisível de leituras possíveis que ela contém.

Sendo assim, incluiremos o conteúdo de um ou de outro desses textos apenas para fundamentar uma ou outra reflexão. Exploraremos mais detalhadamente a reflexão exercitada pelo crítico Alceu Amoroso Lima¹³, tendo em vista que ela foi

¹³ Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro em 11 de dezembro de 1893. Adotou o pseudônimo literário de Tristão de Atháide. Filho de Camila da Silva Amoroso Lima e de Manoel Bonfim José de Amoroso Lima, industrial e comerciante, família tradicional e elitista (Cury, 2010), Amoroso Lima ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas em 1909, obtendo sua titulação em direito em 1914. Em 1911 começou a trabalhar no escritório de advocacia cujo proprietário era tio de Manoel Bomfim Bandeira. Na faculdade dirigia uma publicação estudantil denominada “A Época”. Em 1914, já formado, Alceu viajou para a Europa onde fez diversos cursos no Colége de France e na Sorbonne no decorrer de um ano. De volta ao Brasil, continuou a trabalhar no escritório de advocacia. Em 1917, Alceu entrou para a carreira diplomática, trabalhando como adido no Itamaraty. Mostrou-se, contudo

publicada no mesmo ano de lançamento de “A Bagaceira”. O texto de Amoroso Lima consta já na décima primeira edição.

2. A Bagaceira: a leitura pelo viés da seca e outras leituras

As posições de Amoroso Lima¹⁴ eram marcadas pela clareza na exposição de suas explanações sobre a “realidade” existente, e mostrava discordância de posições intelectuais dos que julgavam possível a ocultação dos preceitos éticos e morais daquele que fala. “Não via credibilidade na imparcialidade, assim como assumia uma posição crítica à medida que defendia sua posição ideológica de maneira explícita” (Cury, 2010, p. 13).

Cury, (2010), afirma que Amoroso Lima figura entre os grandes críticos literários do Modernismo brasileiro dos anos 1920. Suas preocupações existenciais e a busca de ampliar seus conhecimentos acerca do homem e suas verdades, o aproximou do ideal católico, ideal que posteriormente “marcará sua produção intelectual num anseio por desvendar o espírito humano” (Cury, 2010, p. 14).

Em 1928, convertido ao catolicismo, com um pensamento influenciado por Jackson de Figueiredo¹⁵, Alceu do Amoroso Lima assumiu o papel de editor da Revista “A Ordem”. O Brasil, bem como o resto do mundo, passava por uma crise que expunha a falência do individualismo liberal ao mesmo tempo em que via grassar o avanço das teses anticapitalistas. Esse movimento de idéias chegava ao Brasil por intermédio de imigrantes socialistas, comunistas e anarquistas. Nesse contexto, a Igreja Católica, aliada aos interesses político-ideológicos do Estado,

insatisfeito com essa ocupação e, com isso, assumiu a diretoria da Fábrica de Tecidos Cometa de propriedade do seu pai. Cury, (2010), afirma que, com a formação e a socialização familiar, Amoroso Lima foi ganhando respeitabilidade intelectual, publicando seu primeiro livro em 1922 sobre Afonso Arinos. Em 1918, Amoroso Lima tornou-se crítico literário de “O Jornal”, passando a exercer grande influência nos meios literários.

¹⁴ Seguindo um hábito da época, mas também motivado pelo interesse em encobrir sua identidade dos que julgavam incompatíveis a prática intelectual de crítico literário com as atividades industriais herdadas de sua família, Amoroso Lima adotou o pseudônimo Tristão de Athayde, (Cury, 2010).

¹⁵ Nascido em Aracaju, Sergipe, em 1891, Jackson de Figueiredo cursou Humanidades no Ateneu desta cidade. Mudou-se para Salvador em 1913, onde concluiu sua formação em Direito. Alinhado ao “livre pensamento”, passou a colaborar com diversos jornais soteropolitanos. Após concluir sua formação, radicou-se no Rio de Janeiro, onde se converteu ao catolicismo. Sua trajetória dentro do catolicismo foi marcada pela conquista sucessiva de posições de liderança no movimento de renovação católica impulsionado por d. Sebastião Leme. Foi o responsável pela fundação e direção do Centro Dom Vital e da Revista A Ordem, onde conquistou a adesão de numeroso grupo de intelectuais como Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde). De acordo com Dom Sebastião Vital Leme, a atuação de Jackson de Figueiredo assegurou à liderança católica uma forte atuação no campo político da época. Jackson de Figueiredo faleceu em 1928 aos 37 anos.

passou a ocupar um lugar de grande relevo no cenário dos debates sociais e educacionais através de personalidades intelectuais da elite brasileira, tendo à frente Alceu Amoroso Lima como figura leiga central dessa “resistência ativa” e difusora da posição católica (Cury, 2010). Esses aspectos da biografia de Tristão de Athayde podem ter motivado José Américo a submeter seu livro à sua leitura.

No tocante ao romance de José Américo, no primeiro parágrafo do texto “Uma revelação”, Tristão de Athayde revela descaso e preconceito com o exemplar da obra que José Américo lhe enviara. “Livro feio, mal impresso, em papel ordinaríssimo”, com uma dedicatória escrita com “letras tremidas, como se fossem de velho ou de doente” (Athayde, 1930). O título, afirma Tristão de Athayde que revelou para si, deveria ser igual ao livro.

No momento seguinte, o crítico literário revela-se “gostosamente” castigado pelo preconceito inicial. De um descaso (pré)conceituoso, passa-se para uma inflação de entusiasmo que, afirma Athayde, (1928), “não seria passageiro”, passando a expressar frases como: “até minutos antes a literatura brasileira estava vazia desse livro”; “de agora em diante já não pode viver sem ele” (Athayde, [1928] 1930). Atente-se para o fato de que o livro estava datado de fevereiro de 1928. Sendo assim, o romance já tinha entrado para “a literatura brasileira” muito antes, na verdade, quando o autor o publicou. Não se tratava, portanto, de “alguns minutos”. Ocorreu em Tristão de Athayde uma afirmação displicente que mostra o quanto o crítico era consciente do poder que tinha em mãos; sua crítica e, mais que isso, sua autoridade enquanto crítico prestigiado.

Para Foucault, (1979), os intelectuais participam de um sistema de poder que os representa como os agentes da consciência das massas, sendo considerados aqueles que captariam e revelariam “a muda verdade de todos”. “São pessoas que se pretendem representativas e que tem como ocupação falar pelos outros” (Foucault, 1979, p. 71-72). O que está por trás da fala de Tristão de Athayde é esse sistema de poder que o torna autorizado a falar. Esse sistema de poder hierárquico, também autoriza, institui a fala de outros sujeitos como legítimas. Assim, Athayde autorizou José Américo a dizer o que, para ele, era o Nordeste. A reflexão de Athayde encerra-se nesse primeiro momento com a frase impactante: o livro participa do ciclo da “literatura da seca”. Amoroso Lima lia no romance a tragédia das secas no Nordeste. Retomaremos esse ponto adiante.

A partir dessa afirmação Athayde sobrecarrega a crítica com adjetivações tais como: “um romance da seca”; “talvez, o grande livro do Nordeste”, por ele tão esperado; “um romance social e de instintos” escrito com tal requinte de psicologia que é capaz de recolher a cada passo, “gotas de verdade” (Athayde, [1928] 1971, p. 2). Para justificar a noção de que o romance seria portador de “verdades profundas” sobre o Nordeste, Athayde retoma vários pontos do prefácio da obra. Cabe-nos perguntar, contudo, por que Tristão de Athayde percebeu no livro “A Bagaceira” a tragédia das secas? Por que, para ele, o romance era o livro do Nordeste?

Tristão de Athayde não conhecia José Américo, tendo em vista os comentários tecidos pelo crítico no texto intitulado “Uma revelação”. Contudo, a história das secas no Nordeste¹⁶ já era conhecida no Sul do país desde a segunda metade do século dezenove. Segundo Albuquerque Júnior, (2007), a seca tornou-se personagem principal de literatura ficcional, jornalística e científica a partir da “grande seca” de 1877-1879. Repercutida amplamente em notícias de jornais com fotografias ilustrativas das consequências do flagelo, a seca causou grande impacto aos espectadores de todo o país. As elites do Norte, então, viram nesse expediente um meio de angariar recursos para a região que viria a se tornar o Nordeste. A literatura passou a ser usada, inclusive, como um instrumento eficiente para se pensar o nacional e o regional, desde a caracterização psicológica, até a questão da miscigenação racial (Albuquerque, 2011).

Nas primeiras décadas do século vinte, a emergência de uma imprensa melhor aparelhada, aliada à “curiosidade nacionalista” levou os principais jornais do país do centro-sul a divulgarem notas de viagem às várias partes do Brasil. Essas notas constituíam-se como “relatos” de viajantes que pretendiam que suas narrativas fossem elevadas ao status de cientificidade. Falando, relatando a partir de estados do Sul/Sudeste, as narrativas representavam o Nordeste sempre com o olhar de estranhamento, ressaltando as bizarras, os costumes estranhos, a miséria e a seca (Albuquerque Júnior, 2011).

Para Albuquerque Júnior, (2011), a ideia de Nordeste já surgiu vinculada à temática da seca, conforme podemos ver na citação a seguir:

O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspeção Federal das Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919.

¹⁶ . A ideia de Nordeste só vai ser delineada nas primeiras décadas do século vinte (Albuquerque Júnior, 2011).

Nesse discurso institucional, o Nordeste surge como a parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público. O Nordeste é, em grande medida filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito desse fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-lo como problema mais importante desta área. Esses discursos, bem como todas as práticas que este fenômeno suscita, paulatinamente instituem-no como um recorte espacial específico no país (Albuquerque Júnior, 2011, p. 81).

“Filho das secas”, o Nordeste seria também fruto de uma determinada forma de olhar, motivada por interesses, por relações de poder. Podemos concluir que o Nordeste que Amoroso Lima percebeu no romance “A Bagaceira” foi o Nordeste da seca, do sofrimento, das consequências resultantes do fenômeno climático.

Para as elites nordestinas, entretanto, o discurso da seca tornou-se um instrumento eficiente para a obtenção de recursos junto ao governo federal (Albuquerque Júnior, 2011). Membro da elite política paraibana, José Américo discorreu amplamente sobre os efeitos da seca especificamente na Paraíba no Ensaio intitulado “A Paraíba e seus problemas”, publicado em 1923. Nessa obra, José Américo afirma que a história das secas na Paraíba ainda estava por ser escrita. No Ceará, já eram bem conhecidas através dos estudos de Rodolpho Teóphilo, estado para o qual foi conferido o estatuto de região mais atingida pelo fenômeno (Almeida, [1923] 1937). No seu estado de origem, afirma José Américo, a história e as consequências do flagelo climático não haviam ainda sido dimensionadas. O autor não contesta as conclusões dos estudiosos que classificaram o Ceará como região mais devastada pela seca, mas diz que a Paraíba sofre tanto quanto seu vizinho de fronteira.¹⁷

Não estando a Paraíba inscrita no quadro dos estados mais devastados, os recursos federais destinados à amenização dos sofrimentos humanos decorrentes do fenômeno estariam mal distribuídos. Privilégio, portanto, dos Estados que proclamariam maior exposição e vulnerabilidade. Reivindicar a primazia de estado mais atingido pela seca era ao mesmo tempo julgar-se merecedor de um volume maior de recursos. Tristão de Athayde, como foi afirmado acima, não conhecia José

¹⁷ Em seus esforços para entender o fenômeno, José Américo afirma que “O afastamento da costa, a posição relativamente dos ventos reinantes, a natureza do solo, a ausência da vegetação e as queimadas” influenciariam na ocorrência da seca na Paraíba (Almeida, [1923] 1980, P. 152). O autor afirma que a natureza e a cultura contribuiriam para a ocorrência do fenômeno. As causas naturais estariam relacionadas aos ventos, ao solo, ao progressivo afastamento do litoral. As culturas estariam contribuindo para a eliminação da cobertura vegetal e em práticas de preparo da terra conhecidas como “queimadas”. Sobre o último ponto, trata-se do ateamento de fogo em determinada área onde se deseja praticar agricultura.

Américo. Porém, conhecedor das narrativas sobre as consequências do fenômeno climático do Nordeste, Tristão de Athayde acionava assim essas imagens cristalizadas para ler o romance. Ao mesmo tempo, o crítico carioca inseria-se em uma relação de poder afirmando a superioridade do Sul “desenvolvido e próspero” em relação ao Norte/Nordeste pobre, atrasado e seco.

Mas ler na obra uma narrativa sobre a seca é, ao mesmo tempo, pensá-la como um discurso sobre o real, uma narrativa sobre a verdade da região, portanto. Sendo assim, a afirmação de Amoroso Lima de que a “cada passo [na obra] são recolhidas gotas de verdade”, insere o romance “A Bagaceira” no quadro do realismo literário. Para Ian Watt (2010), essa perspectiva literária parte do princípio de que existe uma realidade exterior e que é possível acessá-la por meio dos sentidos. O mundo exterior seria, portanto, real, e os sentidos forneceriam uma idéia precisa do que seria este mundo. Assim como as pessoas comuns perceberiam o ambiente em seu entorno, sendo forçadas a dele tirar conclusões, os literatos também o perceberiam e seriam levados a elaborar, a partir de sua experiência, suas conclusões, traduzindo-as em literatura. Essa noção de realismo originária da filosofia (Watt, 2010), presume o estudo do particular da experiência humana por parte de um pesquisador particular, com singular correspondência entre as palavras e a realidade.

Assim, o romance realista visa criar a impressão de realidade nos seus enredos, empenhando-se em “traduzir com fidelidade” a experiência humana. Com base nisso, afirma Watt, (2010), a emergência do romance realista caracterizou-se pelo surgimento de obras literárias marcadas pela formação de enredos com particulares configurações. Os locais das ações da personagem passam a ganhar importância decisiva, levando à necessidade de uma descrição detalhada do espaço no qual os personagens estão inseridos. Além disso, o enredo passa a envolver pessoas específicas com problemas específicos relacionados ao ambiente no qual estão mergulhados. Esses elementos passam a servir ao propósito de “impressão de realidade”, ambição perseguida pelos romancistas realistas. É possível que esse ideal de realismo literário tenha motivado muitos críticos a inserir o escritor dentro do quadro do Regionalismo.

O próprio escritor parece querer ser inserido na teia discursiva do realismo. Em carta enviada a Amoroso Lima juntamente com um exemplar do livro em 1928, o autor afirma que, se não pôde traduzir a realidade da qual trata no romance, ao

menos, pôde senti-la (Luna, apud Almeida, 2000). José Américo procura estabelecer uma coerência entre autor e ambiente. Aquilo que estava narrado no romance era algo visto, vivido, sentido.

Esse desejo de realismo¹⁸ do romancista pode ser percebido ainda no prefácio de “A Bagaceira”, onde afirma que uma “obra de ficção constitui-se como uma das muitas formas de dizer a verdade, talvez a mais persuasiva, por ter a aparência de mentira” (Almeida, [1928] 2004). Prossegue afirmando que: “Se escapar alguma exaltação sentimental, é a tragédia da própria realidade. A paixão só é romântica quando é falsa” (Almeida, [1928] 2004, p. 3). Convites/imposições de sentido ao leitor para entender o romance como uma espécie de ensaio sobre a “realidade”. Esses pontos foram retomados na análise de Tristão de Athayde.

Contudo, o realismo literário ao qual José Américo procura vincular-se, onde os escritores ambicionam valer-se de uma coleta de material (local) à luz da história social ou da observação de campo, afim de fazerem de suas obras verdadeiros documentos sobre a realidade, (Lima, [1954] 2004), pode ser pensado como uma estratégia discursiva. O Realismo é fruto de uma forma específica de ver, de uma determinada sensibilidade. É a eleição de uma posição a partir da qual um objeto deve ser visto, pensado (Albuquerque Júnior, 2011).

3. José Américo e o Regionalismo

“A Bagaceira” é pensada por muitos como obra inaugural do movimento literário denominado ‘romance de trinta’, gênero também chamado de Regionalismo nordestino. Esses estudiosos costumam acionar a fala de outros autores desse movimento para fundamentar tal vinculação. Assim, afirmações como as de Jorge Amado em “Os Velhos Marinheiros”, onde diz que os escritores de ‘trinta’ são seus descendentes; de José Lins do Rêgo, segundo o qual José Américo lhe tornara escritor, costumam ser acionadas por críticos como Fernanda Coutinho, (2008), para quem o autor de “A Bagaceira” não é apenas aquele que influenciou os escritores do “Romance de Trinta”. José Américo seria, segundo a autora citada, o iniciador do

¹⁸ A “ambição realista” de José Américo de Almeida deve ser entendida dentro do quadro mais amplo das preocupações manifestadas pelos modernistas. Conforme foi argumentado acima, entre os idéias modernistas estava a preocupação de transformar o Brasil em motivo de arte, o que implicava na necessidade conhecê-lo “realisticamente”.

novo movimento literário. Este movimento nasceu em 1928, com a publicação do livro “inaugural”, “A Bagaceira” (Coutinho, 2008).

Os autores enquadrados nesse movimento produzem com certa regularidade representações de paisagens e personagens que seriam característicos dessa porção do território nacional. Para Albuquerque Júnior:

O “romance de trinta” institui como “temas regionais”: a decadência da sociedade açucareira; o beatismo contraposto ao cangaço; o coronelismo como seu complemento: o jagunço e a seca com a epopéia da retirada. Esses temas, presentes na literatura popular, nas cantorias e desafios, no discurso político das oligarquias, foram agenciados por essa produção literária, tomando-os como manifestações que revelariam a essência regional (Albuquerque Júnior, 2011, p. 137).

O discurso presente nas obras regionalistas pode ser considerado mesmo como instituinte da idéia de Nordeste ao lado de outras manifestações artísticas (Albuquerque Júnior, 2011). Antes de dizer a “região”, esses discursos participam de sua elaboração.

Os Romances de Trinta tornam-se regimes de verdades sobre a região, ou, pelo menos, é a verdade que se procura quando se lê os romances do período. Por que a vinculação de José Américo ao romance de trinta? Que elementos são acionados para fundamentar tal associação? Seria reflexo das afirmações que fez Tristão de Athayde no texto “Uma revelação”? Consideramos pertinente a vinculação do romance “A Bagaceira” ao tema da seca e, portanto, também, ao romance de trinta como consequência da leitura realizada por Tristão de Athayde. Mas pode ter sido ainda motivada pela representação que o autor produziu de si, quase sempre associada à temática da seca.

No livro “O ciclo revolucionário do Ministério da Viação”, em discurso permeado de retórica e tom salvacionista, José Américo afirma que, caso tivesse fracassado em outras áreas de atuação do Ministério ocupado, bastaria, para redimir-se, evocar “a assistência pessoal que prestei às maiores vítimas das nossas calamidades” (Almeida, [1934] 1982, p. 35). O autor chega ainda a afirmar que, caso houvesse “morrido algum flagelado de fome”, se consideraria o verdadeiro culpado, tomando ainda para si a responsabilidade pelos desastres humanos provocados pelo fenômeno da seca (Almeida, [1934]1982).

No livro de memórias intitulado “Sem me rir, sem chorar”, José Américo enfatiza a mesma ideia de autoridade no assunto seca, conforme podemos ver:

A seca bateu e eu tinha nas minhas mãos a sorte daqueles que deviam tudo esperar de quem, em livros de estudo e ficção, assinalara seus sofrimentos e clamara por soluções salvadoras. Colocado numa posição que me obrigava a servir, seria, enfim, o responsável por todas as devastações de uma natureza desequilibrada e contingente de que desafiava com a mais violenta de suas investidas (Almeida, 1984, p. 129).

A obra intitulada “Sem me rir, sem chorar” é composta por um conjunto de 25 crônicas e foi publicada em 1984. Porém, alguns de seus textos foram publicados originalmente na revista “O Cruzeiro” em 1957. Os textos presentes na obra são memorialísticos. Neles, José Américo narra episódios de diversas fases de sua vida, como memórias de infância, acontecimentos relativos aos anos iniciais de sua vida política e memórias próximas ao tempo em que publicou as crônicas em “O Cruzeiro”. O tom memorialístico das crônicas é confirmado em texto de apresentação da revista “O Cruzeiro”, na edição 37 do mês de junho de 1957:

E’ o romance da vida, aos pedaços, neste Brasil que é uma pilheria, como ele próprio o classificou em carta dirigida ao deputado Pereira Diniz. “São destacados de minha memória por seu tom anedótico. Virão depois, no mesmo tom, perfis, histórias políticas, costumes, tudo que testemunhei nos vários planos de minha vida” (Almeida, 1957, p. 15).

Há uma grande elasticidade temporal entre a publicação dos textos na revista “O Cruzeiro” (1957) e o período que estamos estudando. Porém, de acordo com Wellington Aguiar, membro do Conselho Consultivo da Fundação Casa de José Américo em 1983, pesquisadores como Deusdedit Leitão afirmam que “Sem me rir, sem chorar” seria título de um livro que José Américo desejava escrever. Essa obra já era anunciada como livro de crônicas no número 27 da Revista “Era Nova” em 01-06 de 1922. O número 29 da Revista, publicado em 01-07 de 1922, mostrava o interesse do público pela futura publicação. Na publicação número 30, pedia-se ao público que aguardasse o lançamento de “Sem me rir, sem chorar”, informando, contudo, na seção “livros & Revistas”, que a obra encontrava-se em estágio avançado de composição (Aguiar, 1983). Podemos concluir então que boa parte da produção do livro foi feita no período compreendido entre as décadas de 1920 e a de 1930. Os episódios da juventude do escritor que foram narrados em “Sem me rir,

sem chorar”, possivelmente, foram produzidos no período próximo ao que estamos estudando.

A associação que o escritor fez de si à temática da seca motivou muitas leituras do romance por esse viés. Pesquisadores e pesquisadoras procuraram acionar a fala dos primeiros leitores da obra procurando mostrar como estes percebiam o romance pelo viés da problemática da seca. Um desses pesquisadores foi Nelson Lustosa, que pôs em relevo a leitura de Carlos Dias Fernandes. O texto de Fernandes foi publicado inicialmente no jornal “O Paiz” e, posteriormente, reproduzido por Nelson Lustosa no prefácio da novela “Reflexões de uma cabra”. Nele, o paraibano residente no Rio de Janeiro afirma que o livro constitui-se como:

Um dos mais belos estudos em que se focaliza o Nordeste, com a sua natureza paradoxal entre a verdura e a calcinação dos campos, entre a secas e as inundações que fazem do homem daquelas plagas um Achaverus sético e fatalista... Deu esse livro um justo renome ao seu radioso autor, trazido ulteriormente pelas credenciais de cultura, da sua pugnacidade e do seu alto civismo (Fernandes, 1987, p. 23).¹⁹

O Nordeste aparece nessa leitura como uma terra de natureza paradoxal, terra de extremos (falta de chuvas seguida de inundações), uma terra distante, como se estivesse destacada do restante do país. O homem da região é representado como um ser exótico, estranho, fatalista, passivo, pois incapaz de enfrentar o clima permeado de extremos.

Consideramos, todavia, que a associação do romance “A Bagaceira” ao tema das estiagens prolongadas implica em desdobramentos políticos. Se considerarmos com Albuquerque Júnior, (2011), entre outros que o discurso da seca constitui-se como uma estratégia das elites nordestinas para a obtenção de recursos junto ao Governo Federal, alimentar esse discurso é uma forma de participar desse expediente. Além disso, a vinculação da obra ao tema da seca ainda encerra José Américo dentro da grade do Regionalismo nordestino. Perceber em José Américo um autor “Regionalista” é ainda submergir nas estratégias de disciplinamento de leitura do texto almeidiano. Procurar apenas o fenômeno climático da seca em “A

¹⁹ - Texto reproduzido no prefácio do romance “Reflexões de uma cabra”, edição de 1987.

Bagaceira” é postular, explícita ou implicitamente, que a obra enuncia a verdade sobre o Nordeste, tal qual fez Tristão de Athayde.

Desconsidera-se que o “local” é uma resposta que ressalta a diversidade, que privilegia as diferenças; o discurso Regionalista é produto de uma determinada forma de olhar, de uma escolha perpassada por opções políticas, enfim, um pensamento que elege a soberania das unidades reduzidas face a uma realidade mais ampla (Bourdin, 2001). Em conferências realizadas na década de 1970 e 1980 que posteriormente foram publicadas em livro, Raymond Williams afirma que o regionalismo é uma forma de discriminação, pois estabelece uma região como centro (econômico, cultural, político, entre outros) ao mesmo tempo em que confere o estatuto de periferia às demais regiões. O pensamento regionalizador ainda estabelece a distinção entre campo e cidade, cultura metropolitana, tida como superior, e cultura provincial, vista como menor. O regionalismo é, portanto, uma forma de pensar hierarquicamente as chamadas regiões (Williams, 2014). Insistir no caráter regional de “A Bagaceira”, dizer que é uma obra que trata de assuntos apenas locais, referentes apenas ao Nordeste, é negar o desejo de modernidade universalista do romancista expresso em vários de seus discursos, como os que defendiam a construção de estradas de ferro para a “modernização dos costumes”. Ainda a respeito do regionalismo, Calvino, (2015), afirma que o romance existe na “dimensão da história, não da geografia”: ele é “aventura humana no tempo”. “Os lugares lhe são necessários como imagens concretas do tempo; mas colocar esses lugares, os costumes locais e a “verdadeira face” desta ou daquela cidade ou população como conteúdo do romance é um contrassenso” (Calvino, [1953] 2015, p. 16).

Ao invés de nos inserirmos na teia discursiva que pensa a obra como um tratado sobre a realidade, podemos pensá-la como um discurso perpassado pela “vontade de verdade” (Foucault, 2006). Trata-se de um sistema de exclusão que opera com a divisão entre o verdadeiro e o falso. Afirma Foucault que “a vontade de verdade apóia-se sobre um suporte institucional” e é simultaneamente “reforçada e reconduzida por um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, o sistema dos livros, da edição” (Foucault, 2006, p. 17).

Também devemos explicitar os vínculos sociais, políticos, econômicos e culturais do autor. A preocupação com a verdade no romance precisa ser percebida como uma estratégia para tornar o discurso eficaz no que diz respeito à produção de

um efeito social. Por isso, faz-se necessário questionar a idéia de que o romancista extraía da realidade sua matéria prima. Michel Foucault, (2006), referencia elementos que embaçam a relação entre o mundo vivido e o mundo dito. Podemos sintetizar esse pensamento nos dizeres: “não se pode dizer tudo, de qualquer forma, em qualquer lugar”.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (Foucault, 2006, p. 09).

Existem temas, convenções, formas de percepção do mundo real e modalidades de enunciação que são válidas em determinado tempo e não em outro, que são autorizadas em dados contextos ou espaços, mas não em outros. Existem configurações, conjunturas políticas e institucionais que não permitem a emergência de dados discursos. E mais. Aquilo que é afirmado de uma realidade já é produto de uma escolha. A enunciação do percebido envolve autorizações prévias.

Podemos ainda sublinhar, na ótica de Michel de Certeau, (2007), que as instituições possuem uma importância fundamental na produção de representações. “A instituição torna possível... uma doutrina [uma forma de pensar] e, subrepticamente, a determina” (Certeau, 2007, p. 70). Portanto, os autores da década de vinte estavam envolvidos em uma malha de poderes que não permitia que seus discursos fossem exclusivamente racionais, fundados apenas na razão.

Faz-se mais conveniente tomar o romance “A Bagaceira” como uma “representação”, entendida como “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (Chartier, 1990, p. 17). A força da representação está em que ela organiza o mundo em categorias por meio das quais o social passa a ser apreendido. Entender o romance como uma representação é identificá-lo como:

símbolo [considerando] como simbólicos todos os signos, atos ou objetos, todas as figuras intelectuais ou representações coletivas graças as quais os grupos fornecem uma organização conceptual ao mundo social ou natural, construindo assim a sua realidade apreendida e comunicada (Chartier, 1990, p. 19).

As representações não devem ser lidas como diagnósticos sobre a realidade. Elas devem ser percebidas como produtos elaborados no seio de grupos que partilham de determinados interesses. Como afirma Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (Chartier, 1990, p. 17).

Conforme podemos ler na citação, as representações estabelecem hierarquias, legitimam projetos reformadores, classificam, distinguem, marcam lugares de pertencimento, estando muitas vezes na origem de desigualdades sociais.

Devemos salientar ainda, conforme nos afirma Chartier, (2011), as estratégias do autor para que o leitor do romance realizasse uma “leitura correta” da obra.

Com efeito, podemos definir como relevante à produção de textos as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam a definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor o seu sentido (Chartier, 2011, p. 96).

Assim, as afirmações que o escritor fez no prefácio do livro devem ser entendidas como tentativas de disciplinamento da leitura da obra. Uma prática de imposição de sentido.

Todavia, a leitura pelo viés da temática da seca que, para nós, desemboca numa associação da obra à literatura Regionalista nordestina além de vinculá-la ao ideal de realismo, não foi a única faceta explorada. Saliente-se, entretanto, que apesar dos questionamentos importantes realizados por outros pesquisadores e pesquisadoras, percebemos que existem elementos remanescentes da forma “Regionalista” de entender o romance.

Reflexos da leitura que Tristão de Athayde produziu, a apropriação da obra pelo viés da seca produziu alguns estigmas que devem ser mencionados e questionados para que novos sentidos possam emergir. O termo romance da seca usado pelo crítico literário e apropriado sem reservas por muitos leitores para

classificar a obra deve ser questionado, já que praticamente todo o enredo se desenvolve no Brejo.

Afirmar que o livro constitui-se como “o romance da seca” é ancorar-se em hábito já difundido nos anos de 1930 de pensar a região Nordeste pelo viés da seca, de forma a equiparar o Nordeste a esse fenômeno, região como sinônimo de estiagens prolongadas e suas consequências, prática ainda comum nos dias de hoje (Castro, 1987). Nas palavras de Castro:

[...] a crítica, como o resto do país, estava condicionado ao binômio Nordeste-seca. Então, ignorou o título do romance, unificou as antíteses SERTANEJOS X BREJEIROS e SERTÃO X BREJO, e, por fim, eliminou o segundo termo da antítese em que se confrontam as microrregiões geográficas. Assim, a crítica viu o que estava habituada a ver: o sertão e a seca. Ou o Nordeste estereotipado (CASTRO, 1987, p. 27).

Com base nessa apropriação da obra, críticos como Cavalcante Proença, (1968), utilizaram termos como oásis para caracterizar o Brejo. Destacam-se ainda características como clima suave, verdura perene, flora onde os frutos vigoram perenemente, enfim, um oásis de fartura providencial em meio a um “deserto” marcado pela “desolação”. O termo oásis só é acionado para que se possa superdimensionar o fator seca, generalizando, posteriormente, esse fenômeno climático como sinônimo de toda a região Nordeste. Sem dúvida a temática da irregularidade das chuvas na Paraíba pode ser explorada com base no livro. Contudo, o enredo do romance se desenvolve em uma região do estado onde não faltam chuvas, o Brejo.

Ângela Bezerra de Castro, no livro “Releitura de “A Bagaceira”: uma aprendizagem de desaprender”, fez questionamentos importantes no que diz respeito à apropriação do romance. Um desses pontos faz referência à associação automática do romance à seca. Para desnaturalizar essa associação, a autora chama a atenção para o título de “A Bagaceira” mostrando (o título) como elemento saliente por si só para desassociar o romance do tema das estiagens prolongadas no Nordeste. Bagaceira é um espaço que compõe a paisagem do engenho, áreas que se não estão totalmente livres da seca, pelos menos não são associadas ao tema das estiagens prolongadas.

Seguindo o raciocínio de Castro, (1987), podemos recortar exemplos inúmeros da narrativa que distanciam abissalmente o romance do flagelo citado.

Representando instantes antes de a chuva cair no ambiente do Brejo, o narrador do romance descreve:

Vinha vindo o barulho pluvial – as bâtegas caindo no folheto. E pegaram as chuvas com demasia pânica. Dir-se-ia a ruptura do céu num despejo fragoroso... Os dias lóbrego emendavam com a noite ou, a bem dizer, não havia dias. Eram noites infinitas, dias como noites... A água, tão boa para purificar, lameirava o sítio. Tudo se funda em lama... A enxurrada revolucionária transpunha as represas, inchando, espumando, blatareando... Os córregos mais humildes rompiam o álveo, espalhando-se, esborrotando as levadas, cacheando pelos baixios (Almeida, 2004, p. 88).

Em nada essa citação aproxima o livro do termo “romance da seca”. O trecho citado acima torna complexa, com paisagens múltiplas, climas diversos, a região Nordeste e o próprio estado da Paraíba. O mesmo tema da fartura do Brejo aparece no ensaio intitulado “A Paraíba e seus problemas”, onde o autor afirma que “os Brejos paraibanos são abundantes celeiros do Sertão para os tempos normais e para as épocas de crise” (Almeida, [1923] 1980, p. 164).

O livro intitulado “No limiar do século” da Editora Universitária da UFPB, por sua vez, reúne depoimentos sobre o escritor e homem público José Américo de Almeida. A obra foi lançada com o propósito declarado de homenagear o escritor por ocasião do seu nonagésimo aniversário. A obra reúne depoimentos publicados em jornais no ano de 1977, ano que marca efetivamente o seu nonagésimo aniversário.

No texto “Um livro com cheiro de terra”, de Rolando Morel Pinto, publicado no jornal “O Estado de São Paulo”, presente no livro mencionado acima, o autor afirma que o romance constitui-se como um marco histórico de nossa literatura, cuja narrativa é fundada na dicotomia brejo/sertão, espaços tidos pelo crítico como antagônicos entre si. O comentário sobre a obra reproduz a mesma visão que o autor produziu no romance, qual seja, a existência de uma cultura brejeira e uma cultura sertaneja. Esse ponto de vista cristaliza visões naturalistas que consistem em atribuir características físicas, psíquicas e até culturais a determinado grupo em função do meio no qual está inserido. Constitui-se como determinismo geográfico.

Contudo, o romance “A Bagaceira” foi pensado por outros vieses. Elaine Aparecida Lima, em sua dissertação de mestrado defendida em 2007 e apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina, afirma estar fazendo “uma leitura das leituras” do romance, procurando dissolver vários estereótipos ligados à obra. Romance da seca; obra com linguagem

(excessivamente) direta, realismo primário; alta dose de pitoresco; personagens sem humanidade, personagens divididos “abissalmente” entre bons e maus, são clichês que, segundo a autora, revelam uma leitura distanciada do conteúdo do romance. Em nossas leituras sobre as leituras da obra obtivemos a mesma sensação. Mas o curioso é que, após a autora citada elaborar um conjunto de reflexões sobre “A Bagaceira”, aproximando-a, desta forma, do Modernismo gestado em São Paulo, permanece classificando o autor como pertencente à geração de trinta. Consideramos este o rótulo maior para a obra. Desse rótulo, ao que parece, surgem os demais. Romance Regionalista, com problemas do Nordeste, região desconhecida pelo Sul/Sudeste, de onde vem seu caráter pitoresco.

Para Lima, (2007), “A Bagaceira” constitui-se ainda como “um testemunho das desconsiderações políticas em relação à população nordestina” (Lima, 2007, p. 53). Ressaltamos, contudo, que este não é o sentido único que a autora constrói para a obra. Todavia, perceber o romance como um “testemunho”, é aproximar-se excessivamente do ideal de realismo já mencionado acima.

Luís Costa Lima, em “A literatura no Brasil”, obra publicada em 1955, dedica pouco mais de duas páginas ao romance “A Bagaceira” com breves incursões sobre outras obras do autor. Lima, ([1955] 2004), afirma que é preciso realizar um grande esforço mental para a reconstituição do momento histórico no qual foi publicada “A Bagaceira”. Com isso, o autor citado marca o lugar do romance no sistema geral da literatura brasileira como obra de caráter histórico e não estético. Considera que José Américo iniciou e terminou sua carreira de ficcionista com o romance “A Bagaceira”, tendo em vista não ter havido entusiasmo na recepção das outras obras ficcionais, quais sejam, “O boqueirão” e “Coiteiros”, tal qual o verificado quando da publicação de “A Bagaceira”. O crítico literário insere o romance no quadro de crise da república velha, tomando-o como uma espécie de manifesto contra o sistema político apoiado nos latifundiários, marcado por práticas corruptas e de exclusão social. Conforme Lima:

O livro de José Américo de Almeida surge no momento em que a república Velha, apoiada nos tradicionais setores dos proprietários de terras, entrava em crise e era assolada pelo entusiasmo corajoso mas desnortado de jovens políticos e oficiais. O livro de José Américo refletia e atacava o velho sistema da concentração latifundiária no Nordeste, que lhe aparecia como uma das vigas da miséria da região (Lima, [1955] 2004, p. 338).

Apesar de apresentar a obra do escritor paraibano como o marco do romance Regionalista nordestino, Lima, ([1955] 2004), insere a obra em contexto mais amplo, o da primeira república brasileira. Desta forma, o crítico literário entende que o escritor paraibano realizou um esforço de interpretação do Brasil, tal como acontecia em campos como o do ensaísmo sócio-histórico com Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, dentre outros.

Em “História concisa da literatura brasileira”, obra publicada em 1970, o crítico literário Alfredo Bosi afirma que em “A Bagaceira” José Américo não superou “o nível de expressividade” dos prosadores nordestinos anteriores. Em termos estéticos, a obra “A Bagaceira” apresentaria elevada carga de excentricidade, com personagens sobrecarregados de conteúdo sentimental, resultando em desperdício de uma situação “exemplar”, a saber, “o encontro de uma retirante (Soledade) com um senhorzinho bacharel (Lúcio)” (Bosi, [1970] 2006, p. 395). O breve comentário de Bosi sobre “A Bagaceira” não faz referência direta a problemática da seca. Contudo, parece, Bosi ainda procura traços de Regionalismo no romance ao chamar a atenção para a figura do retirante e do senhor de engenho. Além disso, os termos “pitoresco” e excentricidade”, remete a um olhar de estranhamento. Um olhar sulista, dotado de noções preconcebidas sobre o Nordeste.

Nilvanda Dantas Brandão, em sua tese intitulada “Trajetória intelectual de José Américo de Almeida: contribuições para o pensamento social brasileiro”, analisa a atuação de José Américo entre os anos de 1920 e 1960, período caracterizado por profundas transformações artístico/políticas e pela formação do pensamento social brasileiro. Detendo-se na produção intelectual do escritor como cartas, romances, memórias, entre outros, Nilvanda conclui que José Américo contribuiu para a formação do pensamento social brasileiro com a proposta de uma “antropossociologia” através da qual defende aspectos positivos na miscigenação no Brasil bem como a dissociação entre miscigenação e atraso social.

A dissertação de Guaracy Medeiros de Assis intitulada “A Paraíba pequenina e doida: José Américo e a revolução de 30”, centra sua discussão, como sugere o título, em torno da atuação de José Américo na chamada Revolução de 1930. O trabalho foi apresentado ao Curso de Mestrado em História do Nordeste do Brasil da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2005. Guaracy lembra que José Américo foi contemporâneo dos intelectuais brasileiros que escreviam, na época,

motivados pela preocupação em modernizar o Brasil. Tendo produzido as principais obras como “A Paraíba e seus problemas”, de 1923, “A Bagaceira”, de 1928, “O boqueirão” e “Coiteiros”, ambos em 1935, nas décadas de 20 e 30, contemporaneamente a outros estudiosos, como Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, afirma Guaracy que José Américo teria expressado as mesmas preocupações desses autores no que diz respeito à modernização do Brasil. Sendo assim, José Américo não estaria encerrado na grade do Regionalismo. Seu pensamento assumiria então uma dimensão universalista.

Reconhecemos a importância das leituras elencadas acima. Contudo, consideramos que a obra “A Bagaceira” está aberta a outras apropriações, e que pode fornecer suporte para pensar outros temas a partir de sua “releitura”. Assim, nos propomos a pesquisar na obra as tensões de gênero, as concepções de masculinidade, de honra, de virilidade. A hierarquização das masculinidades, ou seja, aquilo que é apresentado pela narrativa como sendo formas de ser homem associadas ao “normal” em contraposição àquilo que seriam tipos de masculinidade fora da norma, além da representação construída para o gênero feminino, simplesmente não estão presentes, ou aparecem como preocupações marginais nas análises críticas dos autores que referenciamos acima.

Um exemplo de abordagem secundária do problema encontra-se no artigo de Cavalcante Proença:

Sob iluminação diferente, eram postos em confronto, em *A Bagaceira* os nordestinos do Brejo e os do Sertão. Brejeiros e sertanejos, submissão e liberdade, eram examinados com uma visão realista, se bem que, no registro das virtudes sertanejas, possa notar-se, vez por outra, certo favorecimento (não intencional) (Proença, [1968] 2004).

Notamos uma hierarquização na fala de Proença: brejeiros representam a submissão; sertanejos, a liberdade. Ainda com base na citação, Proença afirma que o escritor, “sob iluminação diferente”, põe lado a lado sertanejos e brejeiros, exaltando, contudo, “não intencionalmente”, as virtudes sertanejas. Podemos entender esse “não intencionalmente” como uma configuração histórica que naturalizava determinada forma de pensar. Assim, a inferiorização de determinado grupo social constituía-se como normal. Sobre esse ponto iremos discorrer mais detidamente ao longo do trabalho. Mas o interprete do romance fala em registro das virtudes sertanejas. É certo que o autor lança mão desse recurso, mas também

adota a estratégia da comparação. Sertanejos e brejeiros em um mesmo ambiente, o Brejo. Ambos em seu “viver cotidiano”. Quais as características dos brejeiros? O autor pronuncia-se e Proença ecoa sua fala: “Palavra de brejeiro não vale nada”, brejeiro é covarde. Sobre o sertanejo é afirmado que: “Sertão é franqueza, lealdade, rigoroso respeito mútuo” (Proença, 1968).

A narrativa deixa margem para elaborações de problemas de gênero, pois constrói sentidos para as formas de uso do corpo. Hierarquiza maneiras de se portar, gestos e atitudes. Proença, mais uma vez reforça as representações do autor:

Entre os cabras do eito, os sertanejos se distinguem em tudo. Para cavar a terra, Valentin “não precisava anzolar-se como os outros”. Até no carregar da enxada são diferentes: levam-na, os brejeiros, ao ombro, como uma cruz, instrumento de suplício; e eles, sobraçada como se fosse vara de ferrão, instrumento de mando, lança de cavaleiro (Proença, [1968] 2004).

Destaca-se na crítica uma definição de masculinidade naturalizada que aproxima-se da analisada por Corbin, (2013), surgida na França no século dezoito e generalizada no mundo Ocidental. Segundo Corbin, o “retrato” do masculino autêntico, de acordo com a definição naturalizada, deve incluir uma “natureza” orientada para o exterior. “Sua energia e seu vigor predispõem ao esforço. Sujeito à imposição de agir, dotado de ambição, possuidor do senso de iniciativa” e “demonstrar coragem e firmeza no trabalho” (Corbin, 2013, p. 20). A representação do brejeiro na obra de José Américo exclui todos esses atributos desses personagens.

As definições de masculinidade na obra parecem ser recepcionadas pelos leitores do romance como naturais, concepção que permeia o pensamento do próprio autor. Essa forma de entender o gênero acaba legitimando práticas consideradas “legítimas”, ao lado de formas de vivenciar o corpo, a sexualidade e a masculinidade consideradas “anormais”. Além disso, os conflitos de gênero estendem-se na obra por questões étnicas.

Nosso olhar voltado para a problemática de gênero, o que inclui uma sensibilidade aos discursos sobre o corpo, torna-se relevante tendo em vista que este adquiriu centralidade na cultura ocidental a ponto de definirmos os indivíduos pelo corpo (Louro, 2000).

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambigüidades nem inconstância. Aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de “marcas” biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados (Louro, 2000, p. 8).

Também pensamos que as marcas de gênero e sexualidade não possuem origem biológica, mas nas práticas de produção de corpos e identidades. Nas representações que convocam os sujeitos a assumirem determinadas posições. Temos que buscar na história as definições de identidade, a fim de apontar o caráter contingente dessas definições. A fabricação de identidade representa um investimento nos corpos de homens e de mulheres com as mais diversas imposições culturais, modos de adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos e morais dos grupos a que pertencemos (Louro, 2000).

O próximo capítulo irá tratar de determinadas formas de exercício das masculinidades; a do senhor de engenho, representado por Dagoberto Marçau, e a do bacharel, figurada no personagem Lúcio. Iremos abordar o assunto procurando mostrar como se constituíram, historicamente, a representação da masculinidade desses personagens históricos. Procuraremos abordar também as representações masculinistas fabricadas para a mulher, tendo em vista que o discurso do homem sobre o feminino já inclui certa noção de virilidade. Iniciaremos a discussão retomando o pensamento do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, tendo em vista sua vasta produção sobre o assunto bem como os sentidos que elaborou sobre o significado de ser homem para essas figuras históricas. A escolha de algumas obras de Freyre em nossa discussão justifica-se na constatação de que os significados elaborados pelo sociólogo para a personagem do senhor de engenho e a do bacharel diferem consideravelmente do significado construído por José Américo no romance “A Bagaceira”.

Capítulo II

Masculinidades elitizadas

1. A figura histórica do senhor de engenho

A figura histórica do senhor de engenho “descrita” e admirada por Freyre no livro “Casa-Grande & Senzala”, obra publicada em 1933, é saturada de nobreza, impetuosidade, valentia, coragem, heroísmo. Homens sisudos, habitando suas casas-grandes, protegidos por índios e por negros armados de arco e flechas e arcabuzes. Donos de terras, de escravos, donos da própria vontade e das vontades alheias, que costumavam contestar as ordens do próprio rei de Portugal (Freyre, [1933] 2006).

O homem descrito e admirado por Freyre foi o responsável pela “desvirginização” (Freyre, [1937] 2004) da mata Atlântica da ainda colônia portuguesa. Devastando matas, animais, homens, a fogo, os primeiros colonizadores do Brasil prepararam a terra para as primeiras plantações de cana-de-açúcar. Apropriando-se de vastos espaços, terras, rios, animais e também de corpos humanos, os portugueses que deram origem a figura do senhor de engenho também emprenhavam mulheres, faziam filhos em atividade que, de acordo com Freyre, tanto tinha de individual, quanto de ação política e econômica (Freyre, [1933] 2006).

A colonização de uma terra virgem, selvagem, plena de perigos, de ameaças terríveis foi “obra de esforço heróico individual” (Freyre, [1933], 2006, p. 80). A participação do Estado português foi mínima, para não dizer quase inexistente. Os homens que desbravaram essa terra, heroicamente, constituíram as primeiras famílias, formando assim uma aristocracia rural. Freyre esforça-se por mostrar – superdimensionando o fator virilidade na colonização – que não houve participação de nenhuma companhia de comércio nem do Estado no processo colonizador do Brasil. A sociedade colonial formou-se sob o poder patriarcal. Freyre procura legitimar a existência do patriarcalismo referenciando a ausência de instituições políticas e sociais capazes de atingir todas as distâncias que os territórios coloniais impunham, demandando assim a experiência cotidiana do patriarcado afim de que

as populações de colonos (brancos, mestiços, ameríndios e escravos africanos) se submetessem ao mesmo poder colonial.

A sociedade colonial incorporou uma lógica bélica (Lugarinho, 2013). As identidades masculinas eram caracterizadas pela proteção ao grupo familiar e pela defesa dos interesses da coletividade. Individualmente, ela também se expressa pela defesa da honra masculina, honra entendida aqui como o grau de comprometimento do indivíduo com algum ideal validado pela sociedade na qual se situa (Lugarinho, 2013).

O aparato econômico, como instalação de engenhos, compra de escravos, animais de tração, ferramentas, eram custeados pelos próprios colonos, acarretando em desdobramentos políticos com a consequente formação “da aristocracia mais poderosa das Américas” (Freyre, [1933] 2006, p. 81). A aventura dos primeiros tempos de colonização era sempre a promessa da experiência plena da virilidade em meio a uma vida livre, no meio de muitas mulheres nuas, aventuras inimagináveis, o que talvez levasse os primeiros colonos a sentirem-se os “garanhões desbragados” (Freyre, [1933] 2006, p. 83).

A eliminação dos animais silvestres como serpentes – muitas vezes mortas por asfixia – temidos por homens, mulheres e crianças à época da colonização (Andrade, 2004) chama a atenção para a índole guerreira, máscula e viril dessa personagem histórica. Albuquerque Júnior, (2003), descreve o senhor de engenho como: “Tipo fisicamente constituído e forte...verdadeiro pai-d’égua; gritando muito e decompondo como o capitão de um navio; homem bravo; homem de gênio forte; falando sempre em mulheres” (Albuquerque júnior, 2003, p. 19).

Freyre mobiliza palavras como virgindade, fecundar, entre outras para se referir à colonização do Brasil. Com essas palavras ele pode associar a natureza, a terra – esta pensada como uma virgem – a uma mulher. O europeu (português) é percebido como o homem viril, másculo, todo poderoso, que veio deflorar a virgem (terra, natureza) lançando sobre ela sua semente (que originou os extensos canaviais) e fecundar, fazendo-a produzir o elemento gerador de uma das maiores riquezas do mundo moderno. Esse homem viril fez com que a natureza deixasse de ser um todo harmonioso e nela se desenvolvessem relações de dependência e de extrema subordinação: do escravo ao senhor, da mulher ao homem, da mata a cana-de-açúcar (Freyre, [1937] 2004, p. 81).

A ação desse homem foi violenta. Aliás, Freyre percebe esse fator como determinante no processo de colonização do Brasil. As atitudes violentas que caracterizaram as ações dos colonos e parecem ser celebradas por Gilberto Freyre como único remédio possível para a sociedade da época, foram recursos para que os homens pudessem construir identidades potentes, capazes de fazê-los sentirem-se viris (Nolasco, 2003). A estratégia de Freyre era atribuir um sentido à violência, agregando crenças e valores, papéis sociais que, no caso dos senhores de engenho, era o de defender a ordem colonial instaurada, desta forma afastando as atitudes do personagem da associação à barbárie, meios primitivos de se resolver conflitos.

Sem a violência arbitrária, sem a arrogância dos colonos dos primeiros séculos da colonização, a civilização dos trópicos não teria sido possível (Freyre, [1937] 2004). A violência, associada ao fator masculinidade e virilidade, que para Freyre era igual a homem branco e europeu, são percebidas por este autor como legitimadoras da conduta todo-poderosa dos donos de engenhos. Homens que de suas casas-grandes comandavam, aos gritos, os homens das senzalas. Que reservavam o chicote para os que ousassem desobedecer.

Contudo, a “representação” da sociedade colonial na obra de Freyre é carente de imparcialidade e de embasamento fundado apenas na razão. As percepções do mundo social não são neutras. Elas legitimam hierarquias, estabelecem lugares de pertencimento, apresentam uma dominação como natural, ocultando sua historicidade (Chartier, 1990). Freyre procura naturalizar a hierarquia do homem branco europeu sobre os homens e mulheres a ele submetidos. A representação da identidade máscula (européia) por Freyre, ao lado da representação do negro (submetido) define socialmente os lugares de cada um: o de mando para o senhor; o de subserviência para o negro.

Para Albuquerque Júnior, (2013), o que Freyre procura fazer é eternizar a sociedade brasileira dos tempos coloniais. Sociedade marcada pelo poder masculino e pela violência de gênero. Pelo arbítrio do homem sobre a mulher, do homem branco sobre o homem de cor. A legitimidade do poder da etnia branca sobre a negra, inclusive, é buscada na associação do homem negro ao gênero feminino. Albuquerque júnior, (2013), afirma que na obra de Gilberto Freire está presente a idéia de que a raça negra seria feminina, como podemos ver adiante:

Ele chega a endossar a idéia, que atribui a alguns sociólogos, de que a raça negra é a raça mulher. Uma raça afetiva, sentimental, pouco racional, passiva, masoquista, que marcaria com estes elementos a cultura brasileira (Albuquerque Júnior, 2013, p. 34).

Em uma sociedade em que o feminino é inferiorizado, ocupando lugares desvalorizados socialmente, a associação do homem de cor com a mulher implica em uma imposição para que este ocupe lugares desprestigiados, para que aceite a hierarquia – com todas as suas implicações – estabelecida pelo homem branco. A afetividade, o fator sentimento, “característicos” dos povos de cor, opõem esses grupos étnicos aos europeus, estes dotados de razão, portadores, por isso, de uma natureza capaz de por ordem ao mundo natural e social, enfim, capazes de formar e conduzir uma civilização.

2. Símbolos do poder masculino

Durante o período colonial, os símbolos do poder viril desses homens estavam por toda parte. O cavalo, animal que remete a ideia de potência, poder, virilidade, vigor e resistência (O’Connell, 2010), fazia parte da rotina dos engenhos. Freyre afirma que sem o cavalo a “figura do senhor de engenho teria ficado incompleta na sua dignidade” (Freyre, [1937] 2004, p. 97). Existia o homem com, ou no cavalo, e o homem sem cavalo. O primeiro, com ares e mística de fidalgo, com gestos de mando, de galanteio e de rompantes guerreiros. Era do alto do dorso desse animal que o senhor falava, que dava suas ordens sempre falando grosso ao homem sem cavalo. Outra forma de ostentar sua masculinidade era a condução de carroças ou cabriolés, sempre puxadas por cavalos de raças nobres. Segurando as rédeas, fazendo os animais obedecerem a seus comandos, guiando, chicoteando, fazendo subir poeira, “espancando moleques e os animais, fazendo com que carroças, cavalos, moleques, escravos e mulheres os obedecessem com a mesma docilidade” (Freyre, [1937] 2004, p. 100). A carroça ou o dorso dos cavalos os colocavam sempre em posição de superioridade em relação a quem estava a pé, fazendo com que o olhar do senhor fosse direcionado de cima para baixo.

Não por acaso, o cavalo de raça recebia melhor tratamento do que o dispensado ao trabalhador da bagaceira. O amor devotado ao animal era em virtude

da nobreza por ele proporcionada, sempre a completar a figura aristocrata do senhor de engenho. Na hierarquia do engenho, o cavalo ocupava o topo, ficando abaixo dele todos os outros animais, como os de tração e os usados para o alimento. Todavia, os carneiros também recebiam tratamento de destaque, tendo em vista que, para Freyre, (2004), eram animais que auxiliavam na formação nobre, máscula, viril e aristocrata do filho do dono de engenho, à medida que eram usados como montaria, desenvolvendo nesses as habilidades necessárias para a formação de cavaleiros virtuosos. Podemos assim afirmar com Louro, (2010), que havia um intenso investimento na fabricação do modelo de masculinidade representada na figura do senhor de engenho por meio de processos pedagógicos específicos.

De acordo com Lugarinho, (2013), o colonizador português submeteu as populações locais e as seqüestradas da África e escravizadas no Brasil baseado em concepções próprias de humanidade e de masculinidade. Estabelecendo o homem europeu como superior, pois dotado de humanidade, a lógica colonial determinava que a população submetida, se não desprovida de todo da humanidade, não comportava a autêntica masculinidade, sendo por isso considerada feminilizada, justificando-se assim, sua submissão (Lugarinho, 2013). Mesmo após a emergência do Estado nacional, o expediente do patriarcado não foi eliminado, prevalecendo a autoridade masculina, estabelecendo-se o patriarca como representante da ordem jurídica do estado (Lugarinho, 2013). Aqueles que não se enquadravam no padrão masculino, europeu e branco, eram tratados sob o estatuto da subordinação, infantilizados, feminilizados e marginalizados. A superioridade do homem sobre a mulher e do homem branco europeu por sobre todos os homens não brancos e não europeus ficou garantida, instituindo-se as exceções a partir de um conjunto de oposições (Lugarinho, 2013).

Contudo, a masculinidade viril, potente, brutal, teve que abrir espaço a novas formas de exercício da masculinidade. Gilberto Freyre trata desse assunto no livro intitulado “Sobrados e Mucambos”, publicado em 1936, remetendo o processo de decadência dos donos de engenho a um período recuado da história do Brasil. O sociólogo pernambucano afirma que desde o século dezoito mudanças ricas em conseqüências foram se processando no que diz respeito ao tratamento da coroa portuguesa com a aristocracia rural. Ainda nesse século, o Estado português passou a marcar uma atuação maior na colônia, conforme podemos ver na citação de Freyre:

Os capitães mandados para as Minas era como se viessem para terras que acabassem de ser conquistadas: arrogantes, dominadores, seu olhar duro fiscalizando tudo, até as libertinagens dos frades. A própria tradição dos grandes proprietários açoitarem criminoso em suas fazendas, dentro da porteira, tabu dos seus engenhos, é quebrada em Minas em pleno século XVIII (Freyre, [1936] 2000, p.16)

O Estado português, através de seus agentes põe termos à violência, ao poder sem freios dos antigos senhores de engenho. Em uma época em que a masculinidade e a virilidade eram sinônimas de violência, em que ser homem era ser dominador, não ter senhor, os limites de seu poder arrogante eram lidos por Freyre como desvirilizadores. A citação acima deixa entrever que Gilberto Freyre por vezes parece legitimar o poder sem limite dos senhores de engenho. Talvez porque considerasse esses personagens como os desbravadores da terra. Isso lhes daria o direito de viverem sob as leis por eles ditadas. Qualquer outra autoridade, mesmo do Estado, era percebida como ilegítima, arrogante.

Para Gilberto Freyre, o rei não mostrava mais a mesma indulgência com dívidas em atraso que havia mostrado tempos antes. Os senhores rurais foram ficando em segundo plano. Esse processo foi acentuado com a vinda da família real para o Brasil em 1808.

Os engenhos, lugares santos donde outrora ninguém se aproximava senão na ponta dos pés e para pedir alguma coisa – pedir asilo, pedir voto, pedir moça em casamento, pedir esmola para festa de igreja, pedir comida, pedir um coco de água para beber – deram para ser invadidos por agentes de cobrança, representantes de uma instituição arrogante da cidade – o banco – quase tão desprestigiadora da majestade casa-grande quanto a polícia (Freyre, 2000, p. 17-18).

O sociólogo mostra-se explicitamente solidário aos senhores de engenho. Lamenta seu declínio e a perda dos privilégios de casta aristocrática. Freyre põe a decadência da sociedade patriarcal na conta dos mascates. Para ele, a ascensão da classe dos mascates (comerciantes) ocorreu às custas do nobre aristocrata do engenho.

Se para Freyre o declínio do senhor de engenho representa a perda de um passado feliz, nobre, aristocrático, para José Américo o desaparecimento dessa

figura é visto como positivo dentro do horizonte de emergência de um mundo novo, “moderno”.

3. A masculinidade do senhor de engenho e do bacharel

Na obra de José Américo, em particular “A Bagaceira”, como a masculinidade é percebida? Que representação sobre o senhor de engenho figura no romance? Como a mulher é representada na obra? Quais tipos de masculinidades são percebidas pelo autor de “A Bagaceira” como sendo as almeçadas? Para responder a essas perguntas vamos nos deter na representação da figura do dono de engenho tal como ele é representado no romance.

Eis Lúcio perdido em devaneios, pensando as formas mais grosseiras da natureza do Marzagão. Uma “natureza arbitrária”. Sem árbitro, sem senhor, portanto, virgem de cultura. A selva “bruta” apresenta-se para o jovem como um conflito que devia ser apaziguado, arbitrado pela cultura. Como estava era uma natureza feia, com árvores sobre árvores, vegetais “corcundas” com copas irregulares, cipós matadores enroscando-se em outros vegetais veneráveis, aproveitando-se de sua seiva, de sua vitalidade. Arbustos rasteiros conformando-se com sua condição (inferior) em troca da sombra acolhedora das árvores altas. Plantas frágeis insurgindo-se timidamente em meio às árvores de troncos ameaçadores que monopoliza a luz do sol e os nutrientes da terra. Plantas ordinárias condenadas a viver com as sobras.

A representação sugere uma “negação da solidariedade vegetal”. Uma natureza aristocrática, hierárquica, cruel. Uma natureza ainda livre de cultura, da exploração racional, da exploração mecânica. Uma natureza virgem. O devaneio de Lúcio pode ser uma metáfora para pensar as relações sociais e o estatuto do Marzagão enquanto unidade de produção. Um engenho em que a natureza é representada como uma personagem que exerce protagonismo seria um lugar em que o homem não conseguiu impor sua dominação. Um lugar onde o homem deixou prevalecer a impotência. Um ambiente em que o humano deixou-se vencer pela natureza. Em sociedade em que o homem é instado a exercer poder, a dominar seja a natureza, seja a mulher, seja a outros homens, perder seu protagonismo é o mesmo que negar sua virilidade. O devaneio de Lúcio sugere uma relação entre natureza, cultura e masculinidade viril. A natureza virgem no Marzagão era a mostra

da falta de virilidade de Dagoberto, seu pai, sendo este, por isso, um tipo de masculinidade desvirilizada, impotente, incapaz.

Keith Thomas, (2010), afirma que a humanidade desenvolveu a ideia de que havia uma “diferença fundamental, em gênero, entre o homem e outras formas de vida (Thomas, 2010)”. A justificativa para essa ideia remonta aos antigos gregos. Para Aristóteles, a alma seria formada por três elementos: “alma nutritiva, compartilhada por homens e vegetais; a alma sensível, dos homens e animais; e a alma racional ou intelectual, esta, exclusiva do homem” (Thomas, 2010, p. 40). Mais tarde, no Ocidente cristão, essa ideia seria retomada pelos pensadores escolásticos, sendo a ela acrescentada a crença judaico-cristã de que o homem teria sido feito a imagem e semelhança de Deus. Assim, o homem não seria mais só um animal superior, pois dotado de razão, tal como concebiam os gregos. O pensamento escolástico o eleva à categoria de ser situado entre o animal e os seres celestes angelicais (Thomas, 2010).

Esse pensamento afastou os escrúpulos humanos no trato com outros seres viventes. Aristóteles, de acordo com Thomas, (2010), afirmou que as plantas existiam para o bem dos animais; estes para o bem do homem. Os estoicos defenderam a mesma coisa (Thomas, 2010). O pensamento cristão preconiza o direito do homem sobre outras espécies, animais e vegetais, pois o homem ocuparia lugar central na criação divina onde “todas as coisas teriam para ele sido feitas; o homem, para si mesmo” e, “as criaturas foram feitas principalmente para o benefício e prazer do homem”, afirma Keith Thomas, comentando os teólogos ingleses Jeremiah Burroughes e Richard Bentley, respectivamente. A natureza, após o “pecado original”, teria se transformado em um lugar desordenado, bruto, cruel, que deveria ser controlado pelo homem, adaptado para a satisfação de suas necessidades ou mesmo para seu mero prazer.

Mas a ciência Moderna, ainda influenciada pelo pensamento religioso, também forneceu as bases para a conduta humana em relação à natureza (Thomas, 2010). “O fim da ciência era devolver ao homem o domínio sobre a criação que ele perdera em parte com o pecado original”, teria comentado o pensador inglês Bacon no século XVII, afirma Keith Thomas (2010, p. 35). O controle do homem sobre outras espécies era o ideal “conscientemente proclamado dos primeiros cientistas modernos” (Thomas, 2010, p. 36-37). O Iluminismo europeu do século XVIII, afirma Thomas, (2010), tornou popular uma história que enfatiza veementemente a vitória

do homem sobre a natureza. O controle sobre a natureza parece ser percebido como uma espécie de redenção humana.

O pensamento Moderno parece estabelecer a ideia de que Modernidade é sinônimo de domínio sobre a natureza. Esta, sem a atuação do homem, seria uma barbárie. Parece ser essa lógica acionada na narrativa de “A Bagaceira”, quando representa o Marzagão ainda sob o império da natureza. Parece ainda ser essa lógica que representa Dagoberto Marçau como um homem (ou tipo) social “brutificado” pelo trato “semibárbaro” do engenho. Ele não havia exercitado uma vontade potente e viril para transformar o Marzagão.

Homem rude, que dava coice no vento, Dagoberto Marçau não é dotado da aristocracia que Freyre atribuíra ao senhor de engenho na obra Casa-Grande & Senzala. Desprovido de nobreza, de ares de fidalgo, o senhor de engenho do Marzagão não apresenta dignidade histórica nem no presente nem no passado. Dagoberto seria uma síntese do velho sistema de produção, decadente,²⁰ ultrapassado, por isso, um elemento da degradação moral da região do Brejo (Rabello, 1988). O autor de “A Bagaceira”, nesse sentido, não é passadista, saudosista, devotado à tradição. O passado não ensina, não orgulha, não serve ao propósito de marchar rumo ao progresso. O passado precisa ser superado. José Américo distancia-se, dessa forma, de Gilberto Freyre.

A representação de Dagoberto é significativa no ponto em que inclui a visão do passado e que pode remeter à discussão sobre os conceitos de modernidade e de modernização. Presente na Europa no século dezenove, a discussão sobre modernização política, econômica, cultural, identitária e social traz muitas ambigüidades. Berman, (2007), em seu livro “Tudo que é sólido desmancha no ar”, define modernismo como “qualquer tentativa de mulheres e homens” “de se

²⁰ Jacques Le Goff aponta a pluralidade de sentidos que podem envolver o termo “decadência”. Em História de Roma, afirma Le Goff, Tito Lívio relaciona a ideia de decadência ao abrandamento de uma disciplina moral, o que ocasionaria o predomínio dos vícios. Numa perspectiva religiosa, medieval, decadência significaria o afastamento progressivo da igreja em relação aos valores do cristianismo dos primeiros tempos. Em síntese, o uso do termo implica em determinada forma de entender, ao mesmo tempo, o passado, o presente e o futuro. A perspectiva religiosa, bem como suas variantes, ao preconizarem a decadência do presente, tendo em vista seu afastamento em relação ao passado, preconizam um futuro sombrio, obscuro, pois cada vez mais distante de uma “era de ouro”. Os homens do presente devem, partindo desse entendimento, se empenhar em reconstruir os valores da época em que havia a felicidade; ou podem esperar pela redenção, no futuro em que o “mundo mau” será destruído e implantado o reino milenar. Essa visão é tributária da bíblia e encarnada nas doutrinas de diversas vertentes do cristianismo. Porém, o termo “decadência”, pelo viés da “ideologia do progresso”, percebe o presente como decadente, precisamente, porque nele sobreviveria o passado. O passado – que resta total ou parcialmente no presente – passa a ser algo contra o qual se deve lutar; o futuro, o lugar do progresso, da felicidade e da prosperidade humana (Le Goff, 2013).

tornarem não apenas objetos, mas também sujeitos” da transformação do mundo (Berman, 2007, p. 11). Modernidade é a experiência “de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida” (Berman, 2007, p. 24).

Jacques Le Rider, em seu livro intitulado “A modernidade Vienense e as crises de identidade”, mostrou como as discussões em torno das noções de Modernidade e Modernismo foram vivenciadas em Viena em fins do século dezenove e primeiras décadas do século vinte. De um lado, os defensores da tradição. Estes percebiam as mudanças, bem como o desejo de transformação como negativos, sintomas de decadência e morte da cultura autêntica. De outro, os intelectuais, literatos e artistas em geral saudando as mudanças e empenhados em acelerá-las.

O tema da Modernização/Modernidade também incluía a discussão sobre identidade. O processo de mudanças sentidas e provocadas ocasionava o esfacelamento de identidades preservadas do passado. A Modernidade trouxe mudanças nas formas de ser homem, de se sentir homem e/ou mulher, nas formas de sentir e vivenciar a virilidade e a feminilidade. Isso engendrou debates que opunham os “saudosistas”, aqueles que viam nessas transformações o sintoma de doença e de desvirilização; e aqueles que viam nas mudanças uma condição necessária para o progresso e a felicidade humana. Para os saudosistas, a Modernização da masculinidade, com o desenvolvimento de traços que seriam considerados femininos nos homens, significava a feminização da cultura. Era a perda de poder dos homens sobre a sociedade, sobre as mulheres, sobre a cultura. Esses intelectuais queriam barrar o processo de mudanças. Apelavam para a revalidação de masculinidades viris, sensibilidades tradicionais, capazes de por termo ao processo de “feminização da sociedade”.

No Brasil, o debate acerca da Modernização ou Modernidade política, econômica e cultural, que trazia como consequência a inclusão do tema da masculinidade, aconteceu em torno da figura do senhor de engenho e do bacharel. Pelo menos é isso que se depreende ao tomarmos contato com a obra de Gilberto Freyre, um dos principais autores a tratar do assunto. Também a existência de toda uma literatura historiográfica que se debruça sobre o tema confirma o que foi afirmado. Nessa literatura, o senhor de engenho representa uma sensibilidade tradicional, uma virilidade não “moderna”, ligada seja ao passado mais distante, o colonial, seja ao passado mais próximo, o imperial e mesmo ao da primeira

república. O bacharel,²¹ por outro lado, representa uma virilidade e masculinidade harmônica com o projeto moderno e burguês/republicano. Para o autor de “A Bagaceira”, pelo que podemos depreender da leitura, o senhor de engenho representava mesmo a decadência, o homem, a virilidade ultrapassada, superada. Ele era “o último homem” de um sistema de produção degenerado.

Não sem propósito, os símbolos do poder que aparecem em Gilberto Freyre, ou são ausentes, ou são esvaziados do significado atribuído pelo sociólogo pernambucano, no romance “A Bagaceira”. Quase podemos afirmar que onde Freyre pôs um sinal positivo, Almeida colocou um sinal negativo. Praticamente os mesmos símbolos, porém, com sinais opostos. Dagoberto Marçau quase que não é representado montado em cavalo. Só vamos vê-lo cavalgando no Sertão onde, inclusive, o senhor de engenho vai encontrar a morte precisamente em uma cavalgada. No Marzagão, o dono do engenho não queria bicho na terra (Almeida, 2004). Essa fala do narrador é ambígua, pois a despeito da afirmação, vamos encontrar algumas cenas que envolvem cavalos, inclusive, estes figurando como motivadores de ações representativas na estrutura narrativa.

No engenho, o cavalo não era tratado com o cuidado descrito na obra de Freyre. Podemos fazer essa afirmação com base na cena que representa a trágica morte de um cavalo no engenho. Após a estrebaria desabar – o que denota uma instalação precária – sobre o animal, este fica agonizando. Diante do sofrimento, o sertanejo Pirunga pede autorização ao senhor de engenho para aliviar, abreviar sua dor. Após ser autorizado, o sertanejo saca sua arma e dispara na cabeça do animal. Outro cavalo que aparece no romance vai morrer enforcado. Falta de cuidado com este animal que figurava no passado como símbolo de nobreza, como “palanque” de onde se emitiam ordens, se exercitava a autoridade. A partir de então o cavalo que recebe destaque no Marzagão é o levado pelo sertanejo Valentin Pedreira. A

²¹ Essa representação do bacharel como uma figura intelectualizada, moderna e, portanto, capaz de transformar, modernizar a sociedade é explicitamente defendida em “A Bagaceira”. Contudo, autores e autoras existem, a exemplo de Rachel de Queiroz, que percebe o tipo do bacharel pelo viés da negatividade. Em “O Quinze”, romance publicado em 1930, o personagem Vicente, sertanejo, tece comentários nada elogiosos ao seu irmão bacharel Paulo: “Quantas vezes não sentira um sentimento de revolta, quando via o pai mandar aumentar com custo, quase com sacrifício, a mesada do irmão acadêmico, e dar-lhe extraordinários para festas, para sabe lá que bombachatas de estudantes, disfarçadas em livros e matrículas”. Mais adiante, os questionamentos de Vicente: “onde ficava afinal o mérito superior do Paulo”? A narrativa fornece uma descrição pouco simpática do bacharel Paulo: ele havia se tornado “superior”, do ponto de vista de Vicente, em virtude de sua subserviência, habilidade em servir seja ao mestre/professor, seja, já formado, ao juiz. Paulo, na perspectiva de Vicente, seria um homem servil e bajulador, atributos que lhe serviam para o propósito de “promoção pessoal”.

descrição fornecida sobre o animal introduzido no Marzagão não se aproxima nem de longe a dos animais descritos por Freyre. Era um cavalo “desbarrigado, com a crina ratada e a calda murcha e encolhida” (Almeida, 2004, p. 22). Se este animal completava a figura senhorial do dono de engenho, acentuava os traços de virilidade, podemos concluir que em Dagoberto Marçau não havia qualquer traço de aristocracia.

O senhor de engenho, tal como é representado em “A Bagaceira”, era alguém que vivia na fronteira da miséria. O engenho Marzagão era marcado pela mesquinhez, pela nenhuma fartura de víveres alimentícios. Como afirma a citação a seguir: “Lúcio almoçava com o sentido nos retirantes. Escondia côdeas nos bolsos para distribuir com eles, como quem lança migalhas a aves de arribação” (Almeida, [1928] 2004, p. 8). Escassez de comida, tudo parece ser muito diminuto no engenho. Os trabalhadores da bagaceira são antipáticos aos sertanejos que chegam ao Brejo, pois isso representava também competição por comida. A cena que mostra Lúcio distribuindo “côdeas” aos “retirantes” é observada pelos brejeiros que dizem a respeito dos sertanejos: “vem tirar a barriga da miséria” (p. 8).

Os versos transcritos a seguir, atribuídos pelo narrador aos trabalhadores da bagaceira, mostra essa competição por alimentos, raros no engenho:

Eu não vou na sua casa,
 Você não venha na minha,
 Porque tem a boca grande,
 Vem comer minha farinha...
 (Almeida, 2004, p. 9)

Victor Nunes Leal, ([1949] 1997), afirma que o prestígio dos proprietários rurais advinha menos de sua “riqueza” do que de sua condição de donos de latifúndios. Só diante da mais lamentável pobreza, ignorância e abandono dos que vivem nas terras dos grandes proprietários na condição de agregado o fazendeiro é rico. Leal afirma que o mais comum é o fazendeiro apenas “remediado”, gente que possui propriedades e negócios, mas não possui “disponibilidades financeiras” (Leal, 1997). Esses homens possuem um conforto “primário”, apenas em contraste com a extrema miséria do trabalhador de suas terras.

A submissão dos trabalhadores ao “coronel” decorre da situação de abandono ao qual está submetido. Para esses homens, abandonados pelo Estado, o

fazendeiro acaba aparecendo como uma espécie de “bem-feitor”, alguém que fornece trabalho, remédios e um – mesmo que precário – abrigo (Leal [1949] 1997).

Todavia, essa imagem do latifundiário apenas remediado pode representar tão somente um sentimento de autocomiseração. Tendo em vista o momento de polarização política em que foi escrito o romance “A Bagaceira”, marcado por críticas às velhas oligarquias, enfatizar a miséria, mesmo de uma elite, podia representar uma estratégia eficaz para “descaracterizar” os grupos políticos rivais, conforme comentamos em outro ponto do trabalho.

Dagoberto Marçau é representado como uma figura desprovida de glória, de todo e qualquer poder criador, alguém que sobrevive da força e da vitalidade de outro ser vivo, um “cipó matador”. Já o primeiro parágrafo sugere uma de suas atitudes características:

Findo o almoço – podiam ser 9 horas – Dagoberto Marçau correu à janela, que é uma forma de fugir de casa, sem sair fora de portas, como se movesse uma grande curiosidade. Mas, debruçado, apoiou o queixo na mão soerguida e entrefechou os olhos num alheamento de enfado ou displicência (Almeida, 2004, p. 05).

A passagem sugere uma profunda sensação de tédio no personagem. O tédio se manifesta diante da exposição prolongada a uma mesma experiência, atividade ou inatividade. É também uma experiência com o tempo, é não sentir o tempo passar e não saber o que fazer com o tempo que se tem disponível. A experiência com o tempo longo articula-se ainda com a ausência de sentido (Bibaud 2001). O tédio faz com que as pessoas busquem novas formas de se excitar, e costuma também ser caminho direto para compulsões. Podemos notar na citação acima, que o tédio de Dagoberto Marçau era ocasionado pelo ócio. A curiosidade que o movia era uma forma de aliviar a sensação ora sentida. Conforme nos informa Bibaud:

O entediado espera que alguma coisa do exterior venha preencher seu vazio. Ele quer que a distração apareça no sentido de uma aparição feérica de uma alegria intensa, mas, tão logo sobrevém uma distração, o eu entediado vê apenas uma vã recreação, um objeto contrafeito que o desencanta. O objeto da distração não “sustenta” o sujeito, e, mais ainda, o sujeito não faz questão do objeto, não há nada a fazer com ele. O entediado espera do outro um objeto que o deixe sempre insatisfeito. É por isso que ele está no sofrimento de um infinito tempo de espera (Bibaud, 2001, p. 4).

O sentimento de tédio não é um fenômeno típico da modernidade, sendo notado sua existência ainda no período medieval. Todavia, na Idade Média, o tédio era sinônimo de status social, pois, só os que não tinham nada para fazer, os que estavam livres de obrigações infames como as de arar a terra, produzir os meios de subsistência, poderiam manifestar. Esse sentimento não podia ser uma prerrogativa dos trabalhadores da bagaceira, tendo em vista que estes trabalhavam de sol a sol. O tédio sugere uma espécie de “ócio”.

Mas podemos dizer que Dagoberto Marçau não fazia uso do “ócio” para “cuidar de si”, assim como faziam na cultura grega, helenística e romana (Foucault, 2006). Entre as várias modalidades do cuidado de si referidas por Foucault, cuidar de si implicava adotar um conjunto de práticas que conduzissem o sujeito para a felicidade, que liberassem os homens de preocupações infames ou mesmo do medo da morte. Que provocassem o rejuvenescimento da alma, que inclinassem o homem para a sabedoria. Sobretudo, cuidar de si era exercer domínio sobre os pensamentos, sobre os afetos. Era praticar um “poder viril” sobre si.

Em “História da sexualidade”, Foucault afirma que entre os gregos do período clássico existia a noção de “dualidade da alma”. Uma parte nobre, superior, representada pela razão, devia comandar, exercer poder, domínio sobre a outra parte, representada pelos desejos, pelas volúpias. A razão era pensada como a parte ativa da alma. Afetos como os que ocasionavam a violência, o ódio, a submissão irrestrita aos desejos, eram representados como a porção passiva. A atividade da razão representava o masculino no homem. Seu exercício sobre si era o exercício da virilidade. O homem que não se deixava governar pela razão e que, portanto, passava a atender seus desejos sempre que estes lhes faziam apelos, era um homem que não exercia o poder viril sobre si. Era o homem que se deixava comandar pelo que nele havia de feminino. Dagoberto exerceria o poder viril sobre si? Controlaria seus pensamentos? De acordo com o que vimos discutindo, a resposta é negativa.

Esse padrão de masculinidade não se adequava ao modelo moderno burguês/industrial e republicano. Em contexto marcado ao mesmo tempo pelo desejo de industrialização e pela constatação – em José Américo em tom de lamento – de que ainda havia muito por fazer para se atingir um nível satisfatório de modernização no sistema produtivo, esse pensamento grego descreve bem uma moral burguesa desejosa de racionalidade na produção. Racionalidade que requeria

disciplina física e mental. Afinal, tendo como base a moral grega referida por Foucault, ([1984] 2014), é aprendendo a dominar a si, aos próprios pensamentos, aos desejos, aos afetos da alma passiva, que se pode, justificadamente se exercer o domínio sobre os outros, sobre a natureza, sobre a sociedade. Dentro desse contexto não é admissível uma alma desordenada, turbulenta, ociosa. Alma passiva, que se deixa arrastar pelo devaneio, pelas sensações que afastam o homem da racionalidade, da produtividade, que tem como conseqüência o desperdício de energia criativa que deveria ser usada no processo de modernização produtiva, de domínio viril sobre a natureza. O ócio de Dagoberto Marçau é confundido assim com preguiça, esta, um afeto resultante da ausência do poder viril sobre si. Numa visão falocêntrica, conseqüência do predomínio da parte feminina da alma, portanto.

O ócio foi, aliás, sistematicamente descaracterizado no período. No livro “Raízes do Brasil”, publicado em 1935, Sergio Buarque de Holanda mostra uma visão depreciativa do ócio, atribuindo-o ao colonizador hispânico da “América. Para Holanda, ([1935] 1995), esses colonizadores são perpassados por uma repulsa a toda moral fundada no culto ao trabalho” (Holanda, [1935] 1995, p. 38). Essa atitude favoreceu, segundo Holanda, o sentimento de desprezo a toda e qualquer atividade braçal, ao trabalho mecânico ou utilitário, vistos como indignos, pois constituídos como fins exteriores ao homem. O que Sérgio Buarque chama de moderna religião do trabalho jamais encontrou amplo espaço entre o português e o espanhol. A ociosidade, a vida desprovida de qualquer esforço ou preocupação sempre lhes pareceu mais digna, nobre, mais próxima ao ideal senhorial.

A representação da figura do senhor de engenho em “A Bagaceira”, aproxima-se da representação construída por Sergio Buarque de Holanda para os colonizadores hispânicos. Mesmo afirmando no segundo parágrafo do romance “A Bagaceira” que Dagoberto Marçau dividia-se entre trabalheiras e ócio, não percebemos qualquer atividade desenvolvida pelo proprietário do engenho Marzagão que justifique o termo “trabalheira”. Talvez a cena que representa Dagoberto “tisonado” por estar consertando engrenagens do engenho possa ser usada como pretexto para justificar a seguinte afirmação do narrador: “E, acabando de preparar o tampão de estopa com breu, saltou, arremangado, dentro da tacha quente, num pé e noutro. Saiu todo tisonado, soprando as mãos” (Almeida, 2004, p. 88). Todavia, a cena mostra uma exceção na atitude de Dagoberto. Parece que faltava alguém com competência técnica em quem pudesse confiar o conserto e,

diante da urgência do reparo, o senhor de engenho decide confiar a si mesmo a tarefa.

Em Dagoberto Marçau encontram-se, portanto, o ócio e a atitude senhorial e despótica referida por Holanda ([1936]1995). A visão negativa do ócio pode ser atribuída à percepção do “subdesenvolvimento” do Brasil atrelado ao desejo de progresso e modernização no processo de produção (Buriti, 1997). Ainda em relação ao ócio, – que não implicava no cuidado de si – talvez motivado por ele, não raro, o proprietário do engenho é representado em devaneio e em confidências com o feitor Manuel Broca. O narrador descreve um dos momentos de devaneio de Dagoberto despertado por pulsões sexuais:

Era uma inquietação, como a brasa remanescente que procura acender o cinzeiro... Num período de vida em que o homem realiza o que sonhou, ele voltava a sonhar. Amor – pólvora que se acaba com a primeira explosão. Amor que sabe a frutos apodrecidos. Era como o caminheiro que, fatigado da jornada, estuga o passo para chegar antes do anoitecer (Almeida, 2004, p. 10).

Curioso é que esses devaneios acontecem após o senhor de engenho expulsar de sua fazenda um grupo de retirantes. Após o afastamento, Dagoberto retorna à sua introspecção.

Dagoberto era despertado assim por pulsões sexuais. Era “uma brasa que tentava incendiar o cinzeiro”. O termo brasa lembra fogo amortecido, mas não morto. É um fogo que precisa de combustão para despertar, para voltar a incendiar. A narrativa fala em amor e em fogo. Estabelece uma relação entre os dois elementos. Contudo, estabelece outras relações quando fala em “frutos apodrecidos”. Frutos que passaram do tempo de serem consumidos e que, por isso, tornaram-se impróprios para consumo. A narrativa desqualifica assim o amor em condições de velhice. A representação constitui-se dessa forma como normatizadora e moralizadora, percepção que vai ser reforçada com o uso de termos como promiscuidade. O narrador faz um julgamento moral do comportamento de Dagoberto e, ao fazer isso, dialoga com um pensamento que remonta aos antigos gregos que consiste em perceber a vida segmentada em idades. A cada idade, um conjunto de comportamentos que lhe seria natural. De acordo com Foucault, (2006), a segmentação da vida em idades foi questionada por pensadores latinos, a

exemplo de Sêneca, citado pelo pensador francês. Contudo, a narrativa do romance sugere que o comportamento do senhor de engenho é promíscuo quando este decide se relacionar com Soledade, deixando entrever uma visão depreciativa do amor em condições de velhice.

O narrador afirma que Dagoberto estava situado em um período da vida em que “o homem realiza o que sonhou”. Era, portanto, um homem velho. Mas, o que é a velhice para José Américo? Qual deve ser a atitude de homem velho diante da vida?

Foucault afirma no livro “A hermenêutica do sujeito” que entre os antigos a velhice possuía um valor ambíguo:

Velhice é experiência adquirida, mas também incapacidade de estar ativo na vida de todos os dias ou mesmo na vida política. Velhice é possibilidade de dar conselhos, mas é também um estado de fraqueza no qual se depende dos outros: dão-se opiniões, mas são os jovens que defendem a cidade, defendendo, por consequência, os idosos, trabalhando para lhes fornecer do que viver, etc. Portanto, valor tradicionalmente ambíguo ou limitado da velhice (Foucault, p. 134).

Velhice como sinônimo de sabedoria, mas também de fraqueza, de decrepitude. Conta-se a quantidade de anos vividos, traduz-se em experiência acumulada. A velhice entre os gregos antigos, afirma Foucault, (2006), ainda constitui-se como liberdade, libertação de pulsões, de paixões, dos desejos sexuais. Os desejos sexuais aprisionam, submetem, prostram o corpo a outro corpo:

Liberado de todos os desejos físicos, livre de todas as ambições políticas a que agora renunciou, tendo adquirido toda a experiência possível, o idoso será soberano de si mesmo e pode satisfazer-se inteiramente consigo (Foucault, 2006, p. 135).

Como mostra Foucault, a velhice é também a libertação de ambições políticas, é o momento em que cessam conflitos de poder, de domínio, e é o momento em que o sujeito volta-se para si. Talvez por isso Dagoberto tenha sido representado como alguém que não intencionasse realizar melhoras no seu engenho. Talvez resultasse daí sua apatia no que diz respeito à modernização da produção do açúcar.

Ambições políticas ausentes. Uma vontade de poder impotente. Falta de vontade viril. Fraqueza. Tradição. O desejo de modernização de José Américo via o tipo de masculinidade de Marçau como tradicional. Tradição no sentido de

decadência, de apego ao passado e de estruturas arcaicas. Além disso, a moralidade da masculinidade de Dagoberto, que via no sexo uma via exclusiva de prazer se distanciava da desejada pela burguesia. Essas prerrogativas afastavam Marçau do novo modelo de família desejado por grupos que intencionavam dirigir a sociedade.

Talvez, devido à velhice, quando volta a sonhar com o amor, Dagoberto é atravessado por insegurança: desejava o amor, o sexo, mas, talvez, esse desejo, devido a sua idade, não fosse potente o suficiente para fazê-lo dar o passo que o tiraria da solidão. Temia a impotência. Isso o levava a se confidenciar com o feitor Manuel Broca que, em atitude de bajulação afirmava para seu senhor: “Qual o quê! O senhor encruou... Se duvidar, com esse calibre, é capaz de passar a perna em seu Lúcio” (Almeida, 2004, p. 10). O texto deixa margem para notar que Dagoberto manifestava sentimentos autodepreciativos. As conversas com o feitor, com a enunciação de conteúdos íntimos, com confidências e sentimentos de insegurança mostram também uma sociedade em que as hierarquias tradicionais estavam se esfacelando. Homens que antes só tratavam como iguais os homens de mesma hierarquia social, agora tratava feitores como amigos, dignos de escutarem conversas que revelavam fraquezas e medos (Albuquerque Júnior, 2011). Notamos também na fala do feitor que aquilo que o narrador chama de amor é entendido como desejo, e o calibre, associado à ideia de potência, virilidade. O amor é, então, numa perspectiva tradicionalista, relacionado pelo feitor a uma façanha física, ao ato viril de penetração, dissociado, porém, do sentimento e do afeto.

Essa forma de entender o sexo constitui-se como uma fonte perene de ansiedade masculina, de acordo com Corbin, (2013). Falando dos “valores que fundaram a virilidade” no século dezenove no Ocidente, Corbin, (2013), afirma que a força da ereção, de acordo com esses valores, constitui uma prova de virilidade. Uma ereção impotente ocasiona uma transa sem ardor, a marca de um homem pouco viril, pouco disposto a submeter o sexo oposto. Sendo assim, a impotência ou o medo de ser impotente passa a constituir uma fonte de ansiedade e de medo masculina. A impotência passa a ser percebida mesmo como uma espécie de maldição. Seguindo as reflexões de Haroche, (2013), em sociedades patriarcais a valorização extremada da potência viril e da agressividade esconde o medo da impotência. Considerando-se “naturalmente” fortes, procurando sempre expor essa força seja através de histórias que envolvam a exposição da virilidade, seja através

da tentativa de deixar o outro em posição de humilhação, o que se pretende mesmo é esconder a vulnerabilidade, a fraqueza, esse fantasma que sempre ameaça destruir todo o investimento feito na produção do homem viril (Haroche, 2013). Contudo, como vimos argumentando, a narrativa desqualifica esse tipo de masculinidade. O modelo sugerido, como pretendemos mostrar adiante, apela para uma masculinidade com valores que primam por uma atitude mais casta, o que vai ser demarcado no personagem Lúcio.

O sexo parece protagonizar a narrativa quando o foco é Dagoberto Marçau. O primeiro contato (visual) que o dono do Marzagão tem com Soledade mostra a ativação de sentimentos cujo significado só se revelarão no decorrer da narrativa. A acolhida da família de Soledade, inclusive, só aconteceu por influência dessa personagem. Após Dagoberto Marçau negar abrigo e trabalho ao grupo de “retirantes” no Marzagão, enfatizando que “o que já disse estava dito!” (p. 11), sentença proferida diante de uma “insistência muda” da família, desmonta de um cavalo “uma rapariga” que solicita água para matar a sede. Diante da cena, o proprietário do engenho ficou com a “fisionomia suspensa, como quem reconstitui uma visão ou evoca um fato” (Almeida, 2004, p. 11). Pediu para providenciar a água solicitada. Quando o grupo começou a se distanciar novamente, Dagoberto sentenciou outra vez, em ordem direcionada ao feitor: “arranche aquela gente” (p. 11). A cena deixa claro que Dagoberto aceitou a família no Marzagão após esse contato com Soledade, o que vai ser confirmado pelo próprio personagem em outro momento. Dagoberto havia encontrado o que procurava em cada grupo de retirantes que chagava ao engenho.

O próximo encontro entre Soledade e o senhor de engenho caracterizou-se por uma investida de Dagoberto:

O senhor de engenho, tão fechado, passara por ela, sem olhá-la. Baixara-se adiante. Parecia estar a colher as flores marginais. De fato, colhera-as. E, esperando-a, oferecera-lhas – um molho roxo – com um riso arregaçado no focinho insaciável. Aceitara, sem ver, com uma humilde confusão. Mas, reparando, era a florzinha indiscreta – espia-caminho – que as mulheres tanto hostilizavam (Almeida, 2004, p. 35).

A florzinha indiscreta, na percepção dos habitantes da bagaceira, reproduz o formato da genitália feminina (Castro, 1987). Portanto, o gesto de Dagoberto continha, explicitamente, conotação sexual. O “focinho insaciável” pode ser

compreendido, metaforicamente, como o gesto dos touros quando estão em cenas de fecundidade nas fazendas (Castro, 1987).

Dagoberto convida assim a sertaneja para um contato sexual ao mesmo tempo em que sugere o seu vigor, sua potência. Isso seria uma maneira de exercer certo grau de poder, como forma de escapismo de sua provável condição de impotência, como foi apontado acima quando citamos as confidências de Dagoberto ao seu o feitor. O falo aqui é referenciado como protagonista de uma relação. Dentro do sistema ideológico patriarcal, o falo ocupa lugar central, e é o símbolo mais forte e representativo do homem, sendo este o determinador e articulador das hierarquias e relações de poder. O tamanho e a proporção dos órgãos sexuais masculinos nesse sistema são espécies de metáforas relacionadas ao potencial sexual do homem: quanto maior o pênis, mais erótico, lascivo e libidinoso o mesmo será. A aptidão sexual masculina, até nossa contemporaneidade, se manifesta dentro de tal dinâmica de significação, produtora dos chamados fetiches sexuais (Santos 2011).

Mas podemos ver também na narrativa que o sexo figura como conseqüências morais do fenômeno da seca. Há mesmo uma associação entre sexo e seca. Em cena em que Dagoberto despede um grupo de retirantes, o narrador afirma que a seca motivava sentimentos contrastantes em Marçau. Sua falecida mulher era originária de grupos que saíam do sertão em tempos de seca. O interesse de Dagoberto por cada novo grupo de sertanejos e sertanejas que chegava ao Marzagão era a esperança de que outro amor surgisse desse meio. Era uma sertaneja que ele procurava para reacender a brasa.

As estiagens prolongadas ocasionavam uma miséria tal que levava as pessoas a elas submetidas a abandonarem seus valores, suas crenças e costumes. O romance expõe as implicações das migrações periódicas motivadas pelo fenômeno climático por meio do personagem Lúcio:

Lúcio conhecia a história da libertinagem das secas – a exploração bestial da carne magra. O gozo contrastante das mulheres desfeitas, corrompidas pelos fétidos sintomas da fome. O estômago exigia o sacrifício de todo o organismo, até nas suas partes mais melindrosas. Tudo era vendido pela hora da morte, só a virgindade se mercadejava a baixo preço. Meninas impúberes com os corpinhos conspurcados. Deitavam-se a elas nos fundos das bodegas por um rabo de bacalhau ou um brote duro. E a desonra ocasional consumia o último tesouro de um patrimônio soçobrado (Almeida, 2004, p. 38).

A incidência das estiagens prolongadas ocasionava a sujeição de homens a outros homens, e de mulheres a homens que usavam de sua condição social para tirar vantagens sexuais de mulheres que, para não morrer, preferiam entregar seus corpos em troca de alimento. O autor sugere uma lei da oferta e da procura: quanto mais prolongada a seca, mais corpos para explorar nos engenhos. Mais mulheres na região do Brejo, representava baixo preço, corpos que podiam ser comprados por pouco mais que nada. Existe uma denúncia na fala do narrador. Ele explicita uma relação de exploração do homem pelo homem, e da mulher pelo homem. Podemos perceber na citação que Lúcio deplora essa situação. Mas a citação acima ainda deixa entrever concepções de honra e dignidade feminina. O autor entende a virgindade da mulher como sinônimo de honra.

Nilda Câmara Araújo, (2011), em sua tese de doutorado, aponta a existência de valores masculinistas que determinam que o ponto de honra feminino é constituído por meio da manutenção da virgindade. A mulher deve manter-se virgem tanto para preservar sua honra quanto para preservar a honra do pai. Assim, nessa perspectiva, a honra do homem está em garantir que sua filha não “perca” sua virgindade antes do casamento. Casada, a mulher deve manter-se fiel ao seu marido. Uma vez praticada a infidelidade, a mulher “perde” a “honra”, arrastando também o seu marido para uma vida de depreciação social. Desta forma, a honra do corpo masculino é exercida no corpo feminino (Araújo, 2011). Por isso a mulher fica sujeita a uma prática de pedagogização que a prepara para honrar o casamento, instituição que enaltece a mulher como mãe e esposa ao mesmo tempo em que a subordina ao marido quando casada, e ao pai e aos irmãos enquanto solteira ((Araújo, 2011).

Conforme o que vimos discutindo, pode-se dizer que a bagaceira é narrada no romance como um ambiente saturado de sexo? Ou será que Almeida apresenta uma visão depreciativa do sexo, usando como pretexto as escolhas nada morais de Dagoberto? O Marzagão é um ambiente promíscuo? Talvez.

A exploração sexual não era uma prerrogativa apenas da bagaceira. Caulfield, (2000), mostrou que mulheres pobres no Rio de Janeiro entre 1918 e 1940 também estavam expostas as barganhas sexuais. Os códigos morais da época preconizavam uma divisão entre os espaços públicos, estes tidos como plenos de perigos para as mulheres, e os espaços privados, considerados seguros. Afirma Caulfield, (2000), entretanto, que, diante dos abusos cometidos por patrões, muitas

vezes os espaços domésticos, isto é, privados, locais de trabalho, constituam-se como ambientes hostis por conta das agressões ou constantes investidas sexuais feitas às mulheres. A associação do espaço público ao perigo e do privado à segurança poderia ser lida como uma estratégia para reforçar uma educação que enfatizasse o gosto feminino pelo espaço doméstico. Na narrativa almeidiana, iremos perceber, adiante, que o modelo de mulher ideal preconizado no romance é o da mulher “do lar”.

Voltando à questão que vínhamos discutindo, o sexo tornou-se uma grande preocupação do Ocidente em fins do século XIX e primeiras décadas do XX. No livro “O pênis e a desmoralização do Ocidente”, os autores Jean-Paul Aron e Roger Kempf afirmam que a consolidação do capitalismo pós-revolução francesa implicou na produção massiva de discursos sobre o sexo. As produções “científicas” originárias principalmente da medicina empenhavam-se em descaracterizar e depreciar qualquer prática relacionada à atividade sexual. O sexo é desmoralizante e despudorado. É cínico e corrói a virilidade. Os autores mencionados acima concluem que a representação negativa do sexo tem origem em uma burguesia interessada nas energias sexuais despendidas “inutilmente” seja no ato sexual seja em prazeres solitários como os da masturbação. Essas energias seriam bem utilizadas no processo de fabricação de bens que resultariam em lucro.

Foucault afirma no livro “História da sexualidade: a vontade de saber”, obra publicada em 1976, que o Ocidente cristão foi atingido por uma grande explosão de discursos sobre o sexo. O pensador francês percebe na Contrarreforma do século XVI um dos marcos temporais da emergência dessa explosão discursiva. A partir desse ponto, o sexo é posto em discurso com mais intensidade. Não só os atos sexuais, mas os pensamentos sobre sexo. Os desejos. Sonhos envolvendo sexo. Fantasias. Passou a existir uma nova modalidade de prazer: o de escutar as confissões dos sujeitos desejantes. Também o prazer resultante da enunciação. A confissão era outra modalidade de prazer envolvendo o sexo.

A confissão era tornada obrigatória para o sujeito desejante. A escuta era direito da autoridade. Alguém capaz de projetar os desejos, as fantasias e os sonhos para direções úteis – para uma maior produtividade, para uma utilidade, para a salvação da alma. No século dezanove, a autoridade era também conferida à “ciência”. O sexo deveria ser dirigido segundo os padrões de utilidade e de uma moralidade. O sexo devia ser regulado de acordo com princípios de poder.

No Brasil, a preocupação com a questão sexual mobilizava as energias de combatentes juristas desde fins do século dezenove. O debate girava em torno de questões como honra sexual e virgindade feminina. A preocupação excessiva com o hímen, a membrana que é rompida geralmente quando do primeiro ato sexual da mulher, foi nomeada como “himenolatria” (Caulfield, 2000). Os juristas que elaboraram a primeira constituição republicana, inclusive, viam na virgindade feminina e na honra sexual o testemunho do progresso civilizacional de um país (Caulfield, 2000).

Assim, antes de ser uma recusa do sexo, uma desqualificação de atividades ou de comportamentos sexuais, a narrativa almeidiana inclui-se nessa moral de inserção do sexo em discurso. Era preciso falar em sexo, descrever comportamentos sexuais para regular, para apontar atitudes morais “corretas”, para moralizar, para inserir o comportamento sexual em padrão desejado pelo Estado e/ou por grupos que desejavam se fixar no mando da sociedade.

Retomando a confissão de Dagoberto a Manuel Broca, o que há de “imoral” na confissão é a relação invertida de poder. Manuel Broca não era autoridade. Ele não possuía o saber capaz de direcionar as inquietações de Dagoberto para uma atitude produtiva, inscrita na modalidade de poder. A “confissão” de Dagoberto ao feitor, assim, não deixa de ser cômica, ridícula, risível. Foucault afirma que no ritual de dizer a verdade sobre si, o sujeito que empresta os ouvidos deve conferir uma interpretação, estabelecer uma direção aos desejos daquele que confessa. Ele deve julgar. Quem confessa espera também a verdade daquele que escuta/analisa. De Manuel Broca Dagoberto podia então esperar a verdade. Subordinado, Manuel Broca proclamaria aquilo que Dagoberto mais desejava. Ele, Dagoberto, era potente. Seu falo era uma broca.

No romance “A Bagaceira” ainda aparece outro tema caro ao escritor: o de modernização política. Escrevendo em contexto marcado por críticas profundas à República, pelo desejo de uma “nova geração” de se estabelecer no mando do país, a narrativa denuncia as práticas políticas da república oligárquica como ultrapassadas e anacrônicas. Almeida já estava engajado em um projeto reformador ao lado de João Pessoa para materializar “um esquema de reforma política” na gestão da qual iria participar a convite do sobrinho de Epitácio Pessoa. Para Almeida, a modernidade política passava pela necessidade de uma maior intervenção do poder central nas políticas locais, estabelecendo limites aos poderes

de chefes políticos que tornavam precária a existência de municípios, cujos chefes exerciam controle ilimitado sobre a polícia, a justiça e o fisco, utilizando-se dessas prerrogativas para favorecimento pessoal ou como instrumento de retaliação. Notamos esse tema em cena em que o senhor de engenho permite uma festa entre os trabalhadores da bagaceira. No meio da festividade, a polícia, de passagem, percebe o evento e decide invadi-lo. A invasão resulta em agressões brutais aos participantes da festa. O narrador deixa claro que a invasão ocorreu porque:

Dagoberto estava desavindo com o chefe local. E a polícia adversa desplicava-se em seus moradores. Os correligionários do poder mantinham redutos de impunidade inviolável; mas os opositoristas tinham seus domínios expostas às represálias policiais... Era o governo. O governo era essa afirmação de arbitrariedade (Almeida, 2004, p. 49).

A arbitrariedade do poder é referenciada mais adiante em cena que mostra uma invasão ao latifúndio de Dagoberto Marçau, onde o personagem afirma que:

Agora mesmo o vizinho entrou na minha posse. Se botar questão, comem o dinheiro e a terra. Se resistir, vem o chefe político e divide com o beijo, tirando o melhor quinhão. E pago em imposto o que não dou em votos (Almeida, 2004, p. 88).

Referencia-se um poder municipal ao qual estão submetidos a justiça e o poder policial. Nota-se que nesse sistema mais valiam os votos do que os impostos que os indivíduos pagavam. A narrativa representa essa situação como corrompida, anacrônica e causa do subdesenvolvimento.

Mas percebemos também, na esteira de Albuquerque Júnior (2008), que o autor paraibano visualiza a decadência do mandonismo do antigo senhor de engenho. Era um mundo onde o que tinha se apresentado como sólido, se desmanchava.

Os senhores de engenho, antes tão ciosos de seu orgulho de casta, que não obedeciam governo e faziam em seus domínios o que queriam, agora se viam desfeiteados por delegados, juizes e soldados de polícia... (Albuquerque Júnior, 2008, p. 382).

Analisamos até aqui a masculinidade de Dagoberto Marçau. Concluimos que o autor conferiu significado negativo ao tipo de virilidade desse personagem. O

comportamento sexual do proprietário do Marzagão, bem como sua moral sexual constituíam-se como um problema. A narrativa almeidiana apresenta a mentalidade do senhor de engenho como arcaica, anacrônica e incapaz de incorporar práticas modernizadoras de produção. Dagoberto, inclusive, é representado como impotente, incapaz de resguardar as fronteiras de sua propriedade, deixando-se invadir, violar, por um poder estranho.

Mas não existia apenas a masculinidade e virilidade de Dagoberto Marçau. Seu filho é representado como portador de uma sensibilidade diferente, constituindo-se também como um tipo de virilidade que não está em harmonia com a de Dagoberto. Sendo assim, qual o tipo de virilidade que Lúcio representa? Como essa masculinidade e virilidade são representadas?

O personagem do romance é, evidentemente, um ser fictício, não sendo razoável, assim, procurá-lo no mundo real. O personagem é um ser originado da imaginação de um escritor, da capacidade de fantasiar, de fabular.

Contudo, a importância do personagem não estaria na constatação de que ele foi fabricado? Sendo uma criação, produto da imaginação, esse produto não existiria precisamente, porque alguém lhe deu existência, mesmo que fictícia? Não estaria no fato de que foi criado por um escritor específico, construtor dotado de certos aspectos biográficos singulares? O personagem é construído por alguém mergulhado em determinado espaço/tempo. Alguém inserido ou identificado com determinado grupo político, econômico, intelectual. Um ser mergulhado em seu tempo, dialogando com ele, sendo por ele influenciado e atuando ao mesmo tempo para moldar o mundo de acordo com suas visões e convicções.

Esse construtor precisa fabricar algo que faça sentido para sua época. No processo de construção, elementos são escolhidos em detrimento de outros. Os personagens são dotados de características, como formação intelectual, local de formação, entre outros. Ele recebe características psicológicas, são inseridos em ideologias, são “advogados” de valores. Por que os escritores escolhem dotar seus personagens de determinados valores? Por que, ao passo em que uns são representados como portadores de valores depreciados, outros são exaltados através da atribuição de comportamentos, valores e moral desejados no mundo social?

No romance “A Bagaceira” temos o personagem Lúcio. Filho de proprietário de terra “decadente”. Bacharel, formado na faculdade de Direito de Recife, “um intelectual Modernizador”. Por que estas características nesse personagem?

Shwarcz, (1993), afirma que as faculdades de direito no império foram pensadas para formar uma elite de intelectuais cuja responsabilidade seria a de encontrar soluções nacionais para problemas enfrentados pela jovem nação brasileira. Esses intelectuais deviam romper com o pensamento e/ou com as soluções propostas pelo exterior. Dessa forma, se verifica uma idealização, uma mística e erotização em torno da figura do bacharel, pois:

Nas mãos desses juristas, estaria, portanto, parte da responsabilidade de fundar uma nova imagem para o país se mirar, inventar novos modelos para essa nação que acabava de se desvincular do estatuto colonial, com todas as singularidades de um país que se libertava da metrópole mas mantinha no comando um monarca português (Shwarcz, 1993, p. 185).

Os bacharéis passaram a ser representados mesmo como “mestres” de erudição, com responsabilidade de romper com a subserviência do pensamento nacional ao estrangeiro, partisse ele de Portugal ou da França. Deviam romper com toda cultura de dependência e subordinação. Assim, criam-se a partir de decreto posteriormente transformados em leis, duas grandes e emblemáticas faculdades de direito. Uma é alocada em Olinda, Pernambuco. Esta, posteriormente, é transferida para Recife, também em Pernambuco. A outra foi criada em São Paulo. A primeira deveria atender as demandas da região Norte. A faculdade de São Paulo foi pensada para suprir a demanda da região Sul do Brasil. Shwarcz, (1993), afirma que rapidamente essas instituições se converteram em sede das elites rurais de suas respectivas regiões, implicando dizer que, se até então o mando da sociedade havia sido dos senhores rurais, na região do atual Nordeste, dos senhores de engenho, a partir de então, os seus filhos bacharéis passariam a dar as cartas na política brasileira.

Gilberto Freyre situa a emergência da figura do bacharel ainda em fins do período colonial. “Desde os últimos tempos coloniais que o bacharel” vem se constituindo como uma força nova e triunfante. Mas o sociólogo pernambucano fala da ascensão do bacharel ao mesmo tempo em que refere a ascensão social do mulato. Com esse par de conceitos Freyre elabora uma associação que vai além da constatação de que as duas figuras tiveram uma ascensão social paralela. Em

alguns poucos parágrafos da obra “Sobrados e Mucambos” Gilberto Freyre deixa de utilizar os termos bacharel “e” mulato, para usar a expressão bacharel/mulato, quase que tomando um termo pelo outro.

A decadência da sociedade patriarcal, segundo Freyre, se deu também pela ascensão desse personagem: o bacharel/mulato. Formados, inicialmente, na Europa, os filhos de aristocratas rurais passavam por uma europeização. Mudança de costumes, de vestuário, de alimentação, de consumo de bebidas, fazia os bacharéis se enojarem dos costumes “aristocratas” dos seus progenitores. Para Freyre, esses intelectuais eram: “Adolescentes que se europeizaram de tal modo e se sofisticaram de tal maneira que o meio brasileiro, sobretudo o rural – menos europeu, mais bruto, só lhes deu, a princípio, nojo, enjou físico” (Freyre, 2000, p. 577)

O sociólogo pernambucano entende que, com tais prerrogativas, opera-se “uma transferência de poder, ou de uma soma considerável de poder da aristocracia rural”, predominantemente “branca não só para o burguês intelectual – o bacharel ou doutor – às vezes [também] o mulato” (Freyre, 2000, p. 586).

Os bacharéis, apesar de sua pouca idade, o que na argumentação freyreana os tornariam “mais inclinados à libertinagem do corpo e da inteligência”, tornaram-se, contudo, os censores dos homens de idade, reprovando-lhes sua antiga moral sexual e introduzindo costumes mais refinados e comportamentos sexuais adequados aos novos tempos. Gilberto Freyre mostra-se desfavorável à emergência dessa figura histórica, o que pode ser percebido em seu vocabulário sempre depreciativo sobre o bacharel: “A ascensão do bacharel ou doutor – mulato ou não – afrancesado trouxe para a vida brasileira muita fuga da realidade através de leis quase freudianas nas suas raízes ou nos seus verdadeiros motivos” (Freyre, 2000, p. 581).

Para Freyre, (2000), o Brasil dos tempos coloniais sem a presença dos bacharéis teria sido um espaço governado por homens de saberes forjados na prática, homens de bom senso. Esses tempos chegaram a seu termo a partir do momento em que os intelectuais “deslocados”, com sabedoria apenas livresca, afrancesados, introduziram costumes estranhos, noções estranhas de administração em espaço impróprio. Freyre mostra-se assim profundamente passadista. Contudo, a narrativa de “A Bagaceira”, mostra intensa simpatia pela figura do bacharel do engenho.

A simpatia direcionada ao bacharel está em consonância com os valores de finais do século dezenove e primeiras décadas do século vinte. Época “de uma valorização crescente do que era novo e moderno, e um abandono e até desrespeito pelo que era velho e tradicional” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 53). Os jovens bacharéis formados em grandes cidades e até fora do país, passam a demonstrar profundo desprezo pelo mundo “arcaico” e tradicional dos engenhos. Albuquerque Júnior, (2013), em diálogo com Freyre afirma que passa a existir mesmo uma “vergonha crescente” e um processo de “desidentificação” com o mundo rural por parte desses jovens.

O processo de afastamento do mundo tradicional representado pelo império, com suas sensibilidades “arcaicas, tradicionais”, aprofunda-se na década de 1920. Albuquerque Júnior afirma que nessa época:

As gerações mais jovens se mostravam completamente afastadas do império, como também já faziam duras críticas à própria república, por, em grande medida, não ter representado aquela ruptura com as práticas políticas e econômicas do próprio império (Albuquerque Júnior, 2013, p. 54).

Podemos afirmar que o próprio José Américo inseria-se nesse grupo de homens que criticavam a República velha. A República não havia eliminado completamente as velhas práticas políticas, não havia eliminado o atraso econômico perpetuado por uma mentalidade secular. Assim, sinalizamos o significado do personagem Lúcio no romance.

O filho do proprietário do Marzagão é um jovem delicado, fino e educado, que constitui uma imagem que destoa do padrão de masculinidade viril dos outros homens, além de contrastar com a imagem de virilidade, força e impetuosidade.

Lúcio ficou órfão de mãe ainda menino. A orfandade de Lúcio pode ser remetida a uma representação da infância que preconiza uma separação entre o filho e a mãe para que o menino possa adquirir a virilidade adulta. Afirma Corbin, (2013), que em fins do século XIX a aquisição da virilidade também estava relacionada a um processo educacional em que o menino deviria “endurecer-se”, muitas vezes tendo que suportar a ausência da mãe. Sendo um ser frágil, delicado, quase feminino, a criança do sexo masculino precisa enrijecer-se, tornar-se forte, viril. Para isso, deve trilhar caminhos dolorosos, para ele e para os outros. Muito cedo, é estimulada no menino uma relação com a agressividade. Seus brinquedos

são quase sempre réplicas de armas. Em “A Bagaceira”, tendo sido criado sem a mãe, sendo Dagoberto incapaz de educar Lúcio, o personagem é representado como sendo portador de uma “perversidade” natural. Essa representação figura em cena em que Lúcio lembra de sua infância, particularmente de momentos em que infligiu sofrimentos ao seu cãozinho.

Sabemos que Lúcio gosta de ler, não tem amigos e convive com uma permanente solidão. Nos tempos do império, a dedicação aos livros – prática hegemônica entre os bacharéis – sinalizava desvirilização, fragilidade, doença. “Homem de verdade” não se entregava aos livros nos tempos do patriarcado rural. Conforme afirma Albuquerque Júnior:

O bacharelismo era uma forma de desvirilização. Homem que era homem, na sociedade do tempo dos patriarcas rurais, não gostava de livros, apreciava era “uma boa pinga, um bom cavalo, uma boa briga de galo e uma boa mulata”. Muitos haviam abraçado a vida literária e acadêmica como alternativa à debacle econômica da família (Albuquerque Júnior, 2013, p. 57).

A devoção aos livros é, portanto, para uma sensibilidade tradicionalista, contrária àquilo que se esperava de um homem viril. O apego aos livros, por isso, é uma forma de afastamento do mundo tradicional. Os gostos “aristocráticos” dos senhores de engenho que incluíam exibições de virilidade passaram a ser vistos como tradicionais. Essa representação do bacharel harmoniza-se com a assertiva de Corbin, (2013), sobre a emergência no Ocidente de uma sensibilidade surgida após a Primeira Guerra Mundial que preconizava uma maior liberdade para mulheres ao mesmo tempo em que fazia “regredir” os privilégios masculinos, inibindo cenas de exibição de certos tipos de virilidade.

Afirma Corbin, (2013), que “a virilidade é marcada por uma tradição imemorable”, tradição que, contudo, não pode ser condensada numa história imóvel, sem rupturas. Assim, valores mercantis de virilidade não podem reproduzir valores de sociedades militares; os de corte, afirma Corbin, (2013), procuram agregar valores de elegância e graciosidade sem dispensar, entretanto, os comportamentos truculentos dos valores do combate. Essas rupturas embaralhadas com permanências servem ao propósito de manutenção da dominação masculina (Corbin, 2013).

Em conformidade com o pensamento de Corbin, Vigarello, (2013), afirma ter emergido no Ocidente a partir da modernidade um modelo de virilidade ligado ao domínio do livro, um tipo intelectualizado “que é reputado transformar as letras em virtude”, pois “O verdadeiro e principal ornamento do espírito de cada um reside nas letras” (Vigarello, 2013, p. 214). O “domínio das letras”, entretanto, visa a outra modalidade de dominação, esta mais “delicada”, “pautada no poder da palavra, dos gestos, da eloquência, do silêncio, do saber controlar-se” (Vigarello, 2013, p. 214). Os princípios do conhecimento de si são invocados para que haja um exercício mais eficaz do autocontrole, assim como se aciona o conhecimento do outro “para poder encontrar seu ponto fraco”. Assim, o apego de Lúcio aos livros possui um grande valor simbólico. O livro remete à idéia de polidez, educação, conhecimento. Mas, como informa Vigarello, (2013), acaba sendo um instrumento com potencial de possibilitar o exercício de um determinado tipo domínio viril, de controle sobre os outros. Concordamos, desta forma, com Corbin, (2013), quando diz que a masculinidade não pode ser confundida com a virilidade. A virilidade é um elemento da masculinidade. “Muitos indivíduos apresentam falta – de um determinado tipo – de virilidade sem que isso permita colocar em dúvida sua masculinidade” (Corbin, 2013, p. 10).

Em “A Bagaceira”, o bacharel Lúcio, assim como bacharel era o próprio José Américo, era um homem desprovido de certos valores viris tradicionais, mas sua masculinidade não era questionada, pois sua virilidade, sugere a narrativa, estava concentrada no intelecto. Era o novo homem, a nova masculinidade, representante do progresso econômico, político, técnico. Lúcio agregava outro tipo de masculinidade, esta centrada na polidez, na modéstia, na negação da brutalidade. Essa era a virilidade composta pela força moral (Jablonka, 2013).

Não iremos ao extremo de afirmar que Lúcio é “um porta voz do escritor” como fez Proença, (1968), mas existem muitas semelhanças entre o personagem e autor. Ambos eram filhos de donos de engenho e bacharéis em direito, formados pela Faculdade do Recife. Empenhavam-se, os dois, na defesa de ideais modernizadores. Lúcio era o homem do “Saber prático”. Sobre esse ponto, José Américo afirma no livro “Sem me, rir sem chorar”, na crônica “Estréia inacabada”, que, formado em Direito, “a vida prática esperava-o”, isto é, o saber bacharelesco relacionava-se a uma intervenção prática no mundo real.

Lúcio, “Em sua nova sensibilidade tinha uma direção mais útil e um ímpeto criador” (Almeida, [1928] 2004). No romance, como vamos ver adiante, Lúcio torna-se o executor da modernização do engenho e, portanto, a solução para os problemas que, na visão do narrador, eram responsáveis pelo atraso rural.

Todavia, Lúcio não deixa de ser uma ambigüidade no pensamento de José Américo. Em um primeiro momento, o escritor simpatiza com o modelo de homem sertanejo, sugerindo que este poderia, com sua moral, disposição para o trabalho e solidariedade desenvolver a região. Contudo, é Lúcio, com sua sensibilidade de bacharel que contrasta com a masculinidade sertaneja que salva o engenho.

Lúcio foi formado fora do mundo do engenho, por isso não compartilhava da cultura brejeira. É o que expõe o narrador no diálogo a seguir:

O sertanejo saiu precipitadamente e foi tirar Soledade da bagaceira corruptora que lhe derrancava a inocência.
Encontrou Lúcio.
- O senhor, moço, não parece ser daqui...
O estudante comparou a mentalidade do engenho, resíduos da escravaria, os estigmas da senzala, esses costumes estragados com a pureza do Sertão.
E sentia que, com o andar do tempo, se estupidificava nesse meio execrável (Almeida, 2004, p. 60).

Notamos a referência à história no trecho “resíduos da escravaria”. Isso diz respeito ao uso da história para a naturalização de uma identidade (Woodward, 2009). O que “estupidificava” Lúcio? O narrador deixa claro: o contato com o brejeiro, brejeiro que descendia de escravos, que, segundo a narrativa, representa a subserviência, a passividade, a incapacidade de avançar na história, de realizar o progresso. O narrador adota uma posição eminentemente racista, ecoa posições “científicas” eugenistas, na época tão propaladas.

O relacionamento de Dagoberto com Lúcio é permeado por antipatia. As idéias de modernização das técnicas agrícolas são vistas como intromissão inaceitável pelo pai. Dagoberto Marçau representa uma mentalidade para quem o passado constitui-se como o parâmetro para o presente. Ele procura fazer com que o passado seja um contínuo presente. O dono do Marzagão representa as comunidades tradicionais onde os costumes e valores adquirem sentenças de leis. A crença de que o presente deva reproduzir o passado implica um ritmo lento de mudanças históricas (Hobsbawn, 2013). De acordo com o historiador inglês:

O sentido do passado como uma continuidade coletiva de experiências mantêm-se surpreendentemente importante, mesmo para aqueles mais concentrados na inovação e na crença de que novidade é igual a melhorias (Hobsbawn, 2013, p.39).

A concepção de modernidade presente na obra entende que novidade é o mesmo que melhoria. O narrador expõe as concepções agrícolas do bacharel:

Lúcio insistia pela introdução da técnica agrícola. Com os fumos de noções práticas, adquiridas no vale do Paraíba e em usinas de açúcar de Pernambuco, intentava aplicar outros processos de aproveitamento... Sabia que se transformavam terras inférteis em oásis. E via o seu oásis tornar-se sáfaro... Conhecendo que os trechos exaustos já pouco davam de si, indicava uma área mais repousada nas extremas do latifúndio, terrenos lavrados com fome de sementeira... Via a broca como rasgões na paisagem... Observava a queimada coberta de caracarás que tinham a vocação do cinzeiro. E apiedava-se da gleba sofredora levada a ferro e fogo: a enxada e a coivara (Almeida, [1928] 2004, p. 20).

O engenho descrito no romance é um Banguê, movido por tração animal e, portanto, anacrônico para o período representado. Modernização, tomando como base o trecho citado, seria a introdução de outras culturas e a instalação de equipamentos mais modernos no processo produtivo, como as usinas²². O Banguê representava um sistema de produção ultrapassado, decadente mantido pelos produtores de açúcar nordestinos. Como afirma Facó: “sem se renovar durante quatro séculos, [os banguês] não podiam mais sustentar a concorrência da produção estrangeira no mercado internacional” (Facó, p. 2009).²³

²² Manoel Corrêa de Andrade, no livro intitulado “A terra e o homem no Nordeste”, publicado em 1963, afirma que a partir da segunda metade do século XIX, os melhoramentos percebidos no processo de fabricação do açúcar fez surgir a ideia da instalação de engenhos centrais. Esses engenhos, acreditava-se na época, deveriam separar a atividade agrícola da industrial, modernizando assim o parque produtor de açúcar do Nordeste. Os engenhos centrais seriam “maquinismos possantes, capazes de esmagar cana de vários engenhos Bangüês e de fabricar açúcar de melhor qualidade” além de provocar uma divisão do trabalho em agrícola e industrial. Os engenhos centrais (usinas) pertenciam a companhias estrangeiras. Estas eram proibidas de cultivar a cana e também de utilizar o braço escravo no processo de fabricação do açúcar. Como estavam programados para receberem cana de vários engenhos Bangüês, significando que a carga deveria percorrer longas distâncias até chegar ao engenho central, as companhias se comprometeram em construir estradas de ferro para o transporte da matéria prima até o local de sua industrialização. Os carros de boi, elementos integrantes das paisagens das zonas produtoras de açúcar, a partir de então, se limitariam a transportar a cana dos partidos distantes das entradas até os desvios construídos às margens das estradas de ferro (Andrade, [1963] 2005).

²³ A instalação de usinas não resolveu os graves problemas sociais – seculares – verificados no Nordeste nas décadas de 1920 e 1930. Ao contrário. A modernização introduzida com a emergência das usinas ampliou as desigualdades sociais, pois acentuou ainda mais a concentração de terras nas

Esse desejo de modernização deve ser inserido dentro de um quadro mais amplo. Jacques Le Goff, (2013), fala numa “revolução do Moderno no século vinte, verificada, sobretudo, nos países de “terceiro mundo”. Nessa “revolução”, afirma Le Goff, a mecanização e/ou a industrialização tornam-se a pedra de toque de uma mentalidade modernizadora. A racionalização da produção passa a ser vista como signo essencial da modernidade, e o “critério econômico” passa a ser o parâmetro de avaliação do “progresso da mentalidade” (Le Goff, 2013, p. 184). Assim, modernização torna-se sinônimo de mecanização, o que leva ao aumento da produtividade e ocasiona o progresso econômico. Este, por sua vez, parece sugerir a narrativa, tornar-se-ia sintoma de progresso mental.

Mas modernizar era também abrir novas fendas nas matas, era explorar terras do latifúndio até então inexploradas, pois nelas estariam os nutrientes necessários para colheitas mais satisfatórias. Vemos aqui mais do que uma reivindicação de técnicas modernas de produção. Percebe-se a defesa da manutenção da propriedade de latifúndios e, portanto, a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas. Um elemento da tradição, portanto. A representação que preconiza uma modernização atrelada à ideia de posse de grandes extensões de terra revela-se como conservadora²⁴.

Buriti, (1997), nos informa que na Paraíba foram instaladas poucas usinas até a década de 1930. No Brejo, especificamente, a primeira usina foi implantada em 1931. A narrativa almeidiana confirma a afirmação de Buriti, (1997), conforme nos mostra a citação presente no livro “A Bagaceira”: “Lúcio insistia pela introdução da técnica agrícola... [como as de] usinas de açúcar [que haviam sido introduzidas] em Pernambuco...” (Almeida, [1928] 1972, 18). Enquanto a visão de alguns intelectuais

mãos de uma pequena elite. Facó, (2009), chega a afirmar que uma das consequências da instalação de usinas foi a emergência de latifúndios gigantescos no parque produtor de açúcar. De acordo com Facó, “Sua fome de terras [dos latifundiários] não tem limites. Compra os velhos bangüês e os aposenta. O que lhes interessa é a terra” (Facó, 2009, p. 30). No plano político, afirma Faoro (1997), podia-se dizer que os latifundiários estavam bem representados durante toda a república velha, pois a ideologia política do estado republicano era compatível com os interesses dos latifundiários (Faoro, 1997), ficando excluída das políticas oficiais toda a população pobre.

²⁴ Facó, (2009), afirma que o monopólio da terra constituiu-se como fator determinante do atraso econômico no Brasil. Para o autor citado, a concentração de terras é uma herança do período colonial, decorrente do sistema de capitâneas hereditárias e de sesmarias. Esse sistema tornou possível a monocultura e o seu correlato, o trabalho escravo. Este constituiu-se como o maior entrave à implantação do trabalho livre. De acordo com Facó, (2009), mesmo após a emergência do trabalho livre no Brasil, restaram “resquícios” da escravidão em modalidades de trabalho caracterizados pelo autor como semi-servil em propriedades rurais. O sistema latifundiário ainda ocasionou o isolamento das populações rurais nos campos, ocasionando o analfabetismo generalizado e provocando assim o atraso cultural.

como José Lins do Rêgo sobre as usinas era negativa, a narrativa almeidiana apresentava intenso entusiasmo com esse instrumento “modernizador”, chegando mesmo a representá-lo como uma solução para alavancar o desenvolvimento.²⁵

O Banguê de Dagoberto Marçau, para Lúcio, deveria se converter em usina. É isso que o “doutor” Lúcio faz para “modernizar o engenho”:

Só pelo nome se reconhecia o antigo Marzagão. Em vez da monotonia da rotina, vibrava o barulho do progresso mecânico. O silvo das máquinas abafava o grito das cigarras. Desaparecera o borrão das queimadas na verdura perene. A capoeira imprestável dera lugar à opulência dos campos cultivados – não com cana tamanhinha, mas de touceiras que se inclinavam, como se estivessem nadando nos moroiços da folhagem ondeada... Esse oásis representava um molde de prosperidade, um modelo de técnica agrícola, o núcleo eficiente contrastando com a organização primitiva. Os proprietários decadentes explicavam esses valores ativos na área do ramerrão, esfregando os dedos: - Faz tudo isso porque casou com filha de usineiro (Almeida, 2004, p. 136).

A citação mostra claramente que o narrador visualizava o advento da usina como a salvação para a decadência do sistema produtivo²⁶. Porém, de acordo com o que foi argumentado acima, a usina representava uma grande concentração de terras nas mãos de poucos. Sendo assim, José Américo fornece margem para ser percebido como defensor do latifúndio. Membro de elite econômica e política paraibana e filho de dono de engenho, o romancista não toca nesse problema.

Mas a posição de Lúcio, qual seja, a de modernizar sem tocar no problema do latifúndio, está em sintonia com discursos que circulavam no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Um exemplo partia de um grupo de oficiais intitulado “salvacionistas”. Eles desejavam “salvar” a “pureza” das instituições republicanas através da derrubada dos governos locais. Os salvacionistas desejavam enfraquecer o poder das oligarquias locais e reduzir os aspectos mais gritantes das

²⁵ Todavia, os engenhos centrais, ainda na última década do século XIX, constituíram-se em sério fracasso na tentativa de modernização do parque produtor de açúcar nordestino, inclusive no que diz respeito à tentativa de divisão do trabalho entre industrial e agrícola. “As companhias estrangeiras que montaram esses engenhos não estavam, através de seus técnicos, identificadas com as condições naturais e econômicas do meio nordestino”. Além disso, argumenta Andrade, ([1963] 2005), a maquinaria era de má qualidade e em quantidade insuficiente, e os fornecedores de matéria prima costumavam descumprir as cláusulas contratuais, comprometendo assim a plena atividade industrial. Silveira, (2012), referencia ainda que as usinas ampliaram sensivelmente problemas sociais.

²⁶ De acordo com Silveira: “na área canavieira, as usinas iam comendo as terras até de [pequenos] proprietários, convertendo-os em arrendatários submetidos ao grupo usineiro que, controlando os postos políticos municipais, ia fechando um estreito círculo de poder marcado contra os moradores da terra” (Silveira, 2012, p. 18).

desigualdades sociais. Contudo, não criticavam o regime de propriedade latifundiária (Fausto, p. 406). Boris Fausto afirma que muitos militares tinham raízes nos estados onde pretendiam derrubar o poder local, sendo, por isso, um movimento composto por indivíduos que não se diferenciaram muito dos seus opositores. Talvez por isso mesmo o salvacionismo não tenha tocado na questão do regime de propriedade. A posição de José Américo se assemelhava, assim, a dos “salvacionistas”, qual seja, a de equacionar problemas sociais sem tocar no problema do latifúndio.

Como vimos, o latifúndio não foi questionado na narrativa de a “A Bagaceira”, apesar de as relações de trabalho serem consideradas injustas, perversas pelo personagem Lúcio. A masculinidade do bacharel é sensivelmente diferente da dos demais personagens masculinos. Mas cabe perguntar se existiriam elementos de virilidade tradicional em Lúcio. Certamente que sim. A defesa da manutenção do latifúndio pode ser um desses elementos. Mas, além desse, existiriam outros? Quais seriam?

A narrativa de “A Bagaceira” não mostra qualquer simpatia pela cidade. Quando o espaço urbano é narrado – em raros momentos – é de forma sempre depreciativa. Quando Lúcio retorna à cidade de Areia para receber sua herança, antes de chegar à sua propriedade, o bacharel tem primeiro uma experiência com os cidadãos.

Assediava-o a roda inquisitiva da bisbilhotice urbana. E, em troca, contavam-lhe frioleiras íntimas, os podres dos amigos, os nadinhas domésticos da pasmaceira inaturável... Ele refugia a esse meio social intermediário, à vida sem sabor e mexeriqueira das cidades pequenas, onde a gente se enerva, sem a doçura do campo nem a sedução das capitais, como na intimidade de uma grande família desunida (Almeida, 1987, p. 106).

Os cidadãos são representados como gente que só se ocupa da vida alheia. Pessoas ociosas, inativas, improdutivas, cuja ocupação diz respeito apenas a intrigas. O cidadão é representado como “efeminado por uma vida sem exercícios físicos duros, por uma vida ausente de rusticidade, sem resistência viril” (Albuquerque Júnior, 2013). Mas vale salientar que a cidade que ele descaracteriza é a cidade que não é capital. Esta, ao menos possuía “encantos”.

Essa mesma representação sobre a cidade é reproduzida em 1935 no romance “O boqueirão”. As cidades sertanejas representadas nessa obra possuíam “becos mais largos do que ruas”; ruazinhas que acabavam onde começavam; cidades de

uma só rua; ruazinhas mesquinhas adormeciam antes de começar a noite. Os habitantes dessas cidades sentavam-se nas calçadas “carcomidas”, entregues à passividade e a acomodação (Almeida, 1971, p. 105). Percebe-se nessas obras um olhar depreciativo sobre as cidades. Por vezes, até a impressão de que a vida no Nordeste aconteceria em torno do mundo rural.

Contudo, é certo que o olhar de José Américo sobre as cidades não se justifica se atentarmos para produções historiográficas. Na obra intitulada “Política e Parentela na Paraíba”, Linda Lewin, (1993), afirma que ocorreu uma “revolução urbana na Paraíba” antes mesmo do advento da República em 1889. A emergência de centros urbanos no estado ocorreu em torno da produção e distribuição do algodão, e teve como consequência a eclosão de conflitos que passaram a caracterizar a política oligárquica paraibana depois de 1889, conflitos que se estenderam até a década de 1930. Talvez a depreciação da cidade esteja relacionada à origem do romancista bem como à sua filiação a determinados projetos políticos que percebem no latifúndio a solução para problemas econômicos. O silêncio sobre a cidade pode estar relacionado também a uma estratégia de silenciamento acerca da luta das mulheres por conquistas sociais.

Albuquerque Júnior, (2013), fala num “alastramento do feminino” pela sociedade brasileira que estava esfacelando as fronteiras entre as etnias e as raças, o feminino e o masculino desde a abolição e implantação da República. Essa “feminização” era percebida ainda na crescente influência dos comerciantes, dos industriais, da classe média e dos operários. Entre esses grupos emergentes, com crescente poder de influência na sociedade, estavam as mulheres, grupo ligado à crescente urbanização e industrialização do país. Albuquerque Júnior, (2013), afirma que as mulheres passaram a ser vistas como os principais agentes desestabilizadores dos valores e hierarquias – masculinos – tradicionais. Intensificouse, desta forma o medo ao feminino. A apreensão masculina aumenta com o surgimento do movimento Feminista, que passa a lutar por mudanças na condição da mulher. Desta forma, a dissolução do mundo patriarcal passa a ser associada à conquista gradativa de direitos pela mulher (Albuquerque Júnior, 2013).

Sendo na cidade o palco de atuação da luta da mulher por mudanças na sua condição, a urbanização parece ser associada por alguns intelectuais ao processo de ascensão feminina ao mesmo tempo em que é vinculada à perda dos privilégios

patriarcais. Entre esses intelectuais que parecem perceber as cidades com desconfiança estaria José Américo.

Em relação ao campo, a narrativa de “O boqueirão” apresenta outro tom. Os fazendeiros eram a “sua vontade”, felizes de serem os senhores de si, usufruindo de um “individualismo que si bastava”. O Sertão era uma terra feliz que tinha a infelicidade, quando vinha, na conta de uma provocação efêmera. “Terra inocente”, casta, onde o sol que castigava também purificava. Espaço onde o povo só possuía a ambição de ser livre (Almeida, [1935]1971, p. 108).

Os valores expressos na narrativa estão em consonância com valores amplamente apreciados na Europa do século dezenove e primeiras décadas do século vinte. Christelle, (2013), nos informa que durante o processo de colonização argelina pelos franceses, valores como brutalidade, força e virilidade foram amplamente estimulados. Arelados a esses valores estava o estímulo ao apreço pela terra, o amor pela pátria, pelo trabalho e pela família patriarcal. Os cidadãos, tidos como inadaptados à vida rural passaram a ser descaracterizados, considerados moles e, portanto, femininos, incapazes de enfrentar uma vida rústica, viril e aventureira no campo (Christelle, 2013). Lúcio mostrava profunda antipatia pela cidade e veneração pelo campo. É nesse ponto que está concentrado mais um elemento da virilidade do personagem.

Lúcio mostra então que incorporava os valores viris para transformar o campo, afinal, o engenho foi por ele convertido em oásis de prosperidade e fartura. Lúcio implantou o maquinário no engenho com o qual alterou toda a face do Marzagão. A capoeira imprestável dera lugar aos campos cultivados com plantas viçosas e altivas. Criou moradias dignas para seus trabalhadores. Cultivou pomares. Produziu um oásis próspero, um modelo de técnica agrícola, um núcleo eficiente de progresso que contrastava com a organização primitiva (Almeida, 1987, p. 110). Lúcio era um pequeno deus. No âmbito doméstico, Lúcio ensinou seu filho a falar. O novo senhor de engenho afirmava com orgulho: eu criei esse mundo/paraíso.

Lúcio havia casado com a filha de um usineiro²⁷. Qual o seu nome? Não sabemos. A narrativa refere-se a ela apenas como a esposa de Lúcio. O sujeito de

²⁷ Facó, (2009), afirma que os usineiros não empreenderam mudanças significativas nas áreas canavieiras, pois implantaram novos equipamentos no sistema produtivo, mas aproveitaram ao máximo o arcabouço do velho sistema do engenho. Antes da abolição, coexistiam trabalhadores livres na usina ao lado de trabalhadores escravizados no eito. Após a abolição, ocorrida em 1888, afirma Facó, todos se tornaram semi-servos, verificando-se o mesmo atraso nas relações de trabalho

todas as transformações do engenho foi apenas o bacharel. Nem o espaço da casa Lúcio deixou para sua esposa, já que, pelo menos a educação do filho, ficou por conta do herdeiro do Marzagão.

O novo senhor de engenho incorpora, portanto, os valores patriarcais. Um modelo de família que concede protagonismo apenas ao homem na relação. Nesse regime, em geral, a mulher assume papéis irrelevantes. Haroche, (2013), denomina de “Formas insidiosas de dominação masculina” as práticas destinadas a produzir a invisibilidade da mulher. Dialogando com Bourdieu, Haroche, (2013), refere organizações “que funcionam como quase famílias”, onde um patrão, via de regra um homem, exerce uma autoridade paternalista calcada na afetividade. Esse homem toma para si todas as responsabilidades, sobrecarregando-se de trabalho, induzindo assim uma idéia segundo a qual ele seria o bem-feitor de todo um grupo de “dependentes”, fundamentando, desta forma, sua autoridade sobre o conjunto. Esse tipo de dominação não é fundado em prerrogativas de agressividade e força física. Constitui-se como uma “virilidade mental”, isto é, uma virilidade em que o homem passa a exercer em seu proveito a virilidade física do outro (Haroche, 2013). Esse modelo de dominação apela para a racionalidade masculina, para a capacidade e competência, para a predisposição “natural” do homem para exercer domínio. Essa representação está em harmonia com discursos amplamente divulgados na Europa em fins do século XIX e apropriados e disseminados em diversos gêneros discursivos no Brasil em fins do século dezenove e primeiras décadas do século XX. Mas as origens podem remeter ao século XVIII.

Para Michelle Perrot, (2009), a Revolução Francesa procurou construir um novo homem e reformular o cotidiano através de um projeto que pensava um reordenamento do espaço, do tempo e da memória. Contudo, essa remodelagem do mundo social não atingiu a plena realização, tendo em vista a persistência de costumes tradicionais face às mudanças. Elementos da tradição foram embaralhados em meio a mudanças introduzidas, passando a coexistir valores e comportamentos novos com práticas culturais pré-existentes.

Após a Revolução, afirma Perrot, (2009), as relações públicas e privadas passaram a fazer parte do cerne das discussões das teorias políticas. Precisava-se

e a mesma miséria do trabalhador do campo (Facó, 2009). O advento da figura do usineiro não eliminou ainda a figura do senhor de engenho (Facó, 2009). Este continuou existindo à sombra daquele por alguns decênios, porém, em situação “agônica”.

pensar as relações entre o Estado e a sociedade civil, entre o coletivo e o individual. O pensamento político direciona seu interesse para a delimitação de fronteiras entre o público e o privado ao mesmo tempo em que procura apontar quais seriam os interesses e as atitudes do mundo privado, individual.

Nesse contexto, destaca-se a preocupação com a família, que é pensada nesse momento histórico como “célula base”. O doméstico é formulado, assim, como “instância reguladora fundamental” a desempenhar o papel de um “deus oculto” (Perrot, 2009, p. 79). Tal família deveria ser comandada pelo homem, o pai, com seu olhar soberano, senhorial, hierarquicamente, situado logo abaixo de Deus. Para Perrot, (2009), esse pensamento era, sobretudo, cristão-evangélico e/ou utilitarista e não era exclusivo da França pós-revolucionária, estava difundido pela Europa Ocidental.

Para Perrot, (2009), Hegel conferia à família um papel fundamental no Estado. Era com ela que o Estado se relacionava, onde exercia sua soberania, de onde podia emanar seu controle. Sem a família, o Estado seria forçado a se relacionar com uma “massa inorgânica”, impessoal e, portanto, incontrolável. A família era ainda, de acordo com o pensamento de Hegel, afirma Perrot, (2009), “a garantia da moralidade natural”. Tem origem no casamento monogâmico através de acordo mútuo entre homem e mulher. O sentimento deve ser evitado, tendo em vista que uma união deve se fundar em bases racionais e não sentimentais. O chefe da família deve ser o pai. A divisão sexual dos papéis deve ser baseada nos “caracteres naturais” levando-se em consideração a oposição entre ativo e passivo, interior e exterior. Para esse pensamento, “o homem possui sua vida substancial no Estado, na ciência... e também no trabalho e na luta com o mundo e consigo mesmo” (Perrot, 2009, p. 81). À mulher, resta encontrar seu ser na “moralidade objetiva da família”.

De acordo com Perrot, (2009), o pensamento Kantiano conferiria à mulher o mesmo papel atribuído por Hegel. De acordo com a autora, em Kant, a família seria a essência do privado, um privado submetido ao pai, única força capaz de conter os “instintos” femininos, de “domar a mulher” (Perrot, 2009). Essa concepção parte do entendimento de que a mulher portaria uma predisposição “natural” para o vandalismo, que seria um ser em quem imperaria os impulsos, os afetos e os desejos, tidos como prejudiciais à existência de um Estado onde deveria imperar a razão.

No Brasil, desde a emergência da República que se preconizava um redimensionamento de políticas de controle social formatado de acordo com padrões burgueses (Engel, 2013). O parâmetro burguês, afirma Engel, deveria estabelecer o diapasão da ordem social, do progresso, da ideia de modernidade e de civilidade. Soihet, (2013), afirma que a plena instauração da ordem burguesa, verificada entre 1890 e 1920, implicou em um intenso esforço de modernização e de higienização do país. A autora enfatiza que convergiam as preocupações para a formação da família e de uma sólida classe dirigente, respeitosa de normas, costumes, leis, regras e convenções sociais (Soihet, 2013). Da classe trabalhadora, esperava-se uma força organizada e disciplinada.

A sensibilidade republicana considerava a família como uma das mais importantes instituições da sociedade. Contudo, divergia-se a respeito do modelo de família que deveria ser implantada na jovem república. Entre os debates travados em torno do assunto, propunha-se um modelo de família fundamentado no amor e no respeito, em substituição aos modelos arcaicos e autoritários tradicionais.

O ideário burguês primava pela existência da família nuclear, que deveria ser composta pelo homem, este sendo responsável pelo sustento da família, e a mulher, responsável pelo espaço doméstico, incluindo educação das crianças. Diferente da família patriarcal, a família burguesa não incluiria parentes nem agregados. O casamento passou a ser percebido como a exclusiva via de união entre o homem e a mulher. A virgindade, assim como na época do patriarcalismo, constituiu-se ponto de honra feminina, ou seja, a moça deve ser virgem no ato do casamento. Caulfield, (2000), afirma que autoridades públicas, entre as quais os juristas, visualizavam na família nuclear burguesa um sustentáculo da nação ao mesmo tempo que uma espacialidade social geradora de trabalho, dedicação, honestidade e disciplina (Caulfield, 2000). Representação tributária de Hegel e de Kant, portanto.

De acordo com Seann Caulfield, (2000), a primeira constituição republicana brasileira proclamou uma república de cidadãos livres e iguais perante a lei. Contudo, seu texto empregou termos genéricos e masculinos ao referir-se à sociedade, restringindo a participação ativa das mulheres como direito ao voto e ao emprego em cargos públicos. A mulher ficava, assim, sem representação na política e dependente juridicamente do homem. O novo código civil distinguia sujeitos jurídicos “capazes” e “incapazes”. Os esposos foram considerados legalmente capazes, podendo representar a si mesmos, a esposa e seus filhos perante as

instituições públicas e jurídicas. Como responsáveis por si e pelos demais membros da família, os homens, “cabeça do lar”, tem o direito de definir onde, quando e como os seus dependentes devem viver, se devem ou não trabalhar e como administrar os bens da família. A constituição tornava a mulher inativa e incapaz, igualando o gênero feminino aos menores de idade, portanto, sendo sujeita a autoridade do homem. Em paralelo com a exclusão da mulher do protagonismo jurídico, ocorreu um amplo investimento na produção de subjetividades femininas e masculinas.

Silva, (2010), no livro “A educação da mulher em Lima Barreto”, refletindo sobre uma das obras do escritor carioca, “Clara dos Anjos”, aponta a existência de práticas pedagógicas diferenciadas para meninos e meninas. O autor mostra como era produzida a subjetividade da mulher por meio de uma educação voltada para o desenvolvimento do recato, da delicadeza, da preferência pelo espaço doméstico. Esse modelo de educação feminina harmonizava-se com a redefinição do papel da mulher, (Telles, 2013) em fins do século dezenove e primeiras décadas do século XX. A mulher passou a ser percebida como auxiliadora do marido, educadora dos filhos, um ser dotado de virtude, um verdadeiro anjo do lar, sempre maternal, dócil e delicada (Telles, 2013, p. 402). A educação deveria zelar pelo desenvolvimento dessa natureza feminina. No tocante aos papéis sexuais, a mulher das elites burguesas passou a ser:

Considerada base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe de família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, construir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole (D’Incao, 2013, p. 230).

Aos homens, “uma educação descuidada” (Silva, 2010), marcada por práticas pedagógicas destinadas a desenvolver nos meninos uma subjetividade direcionada para o público, formando uma “natureza” ativa, agressiva, viril, diferente daquela estimulada nas mulheres.

A supervalorização da virgindade também constituiu-se como uma das marcas do ideal de família burguesa republicana e manifestou-se em todo um cuidado com a educação e com o comportamento da mulher no que diz respeito à preservação da “pureza” de seus órgãos sexuais. Em “A Bagaceira”, sugere-se essa preocupação em cena em que Lúcio se depara com Soledade “na mais grotesca atitude feminina, de cólcoras, abrindo sulcos num leirão de coentro” (Almeida, [1928] 2004, p. 79). Apesar de a frase ter sido pronunciada pelo narrador, o contexto sugere que o

pensamento era do personagem Lúcio. De “cólcoras (pernas abertas) abrindo sulcos”. Uma associação entre os sulcos abertos na terra e o “sulco” “aberto” do órgão sexual de Soledade. A cena leva Lúcio a fita-la com olhos gulosos, imaginando que naquela posição “grotesca” Soledade estaria abrindo a vala dos “futuros sacrifícios”. Primeiro temos uma prescrição para a mulher. Recato, cuidado com a parte do corpo que representa a pureza, o órgão sexual. Segundo, a ideia de que o sexo é o mesmo que procriação, reforçando-se, desta forma, o papel da mulher enquanto esposa.

No padrão nuclear de família, os comportamentos de homens e de mulheres divergem no ato da conquista. Constitui-se como ponto de honra para a mulher uma atitude passiva. Ela tem que ser conquistada, cortejada. Jamais tomar a iniciativa na conquista. A partir daí, como afirma Araújo:

Esperar que o belo rapaz fosse bem-intencionado, que tomasse a iniciativa da corte e se comportasse de acordo com as regras da moral e dos bons costumes, sob o indispensável consentimento paterno e aos olhos atentos de uma tia ou de uma criada de confiança (de seu pai, naturalmente) (Araújo, 2013, p. 42).

O autor citado descreve o comportamento feminino na época colonial. Contudo, o mesmo comportamento era exigido da mulher no período republicano. O combate ao patriarcalismo manteve pontos essenciais, como a dominação do masculino sobre o feminino, bem como certas prerrogativas (tidas como naturais) da mulher como a passividade, a virgindade, entre outros. Aos homens, a atitude inversa. Devem ter iniciativa. Precisam ser audazes, ativos, persuasivos, convincentes. No ato da conquista, não deve existir apelo sexual, tendo em vista que, pelo menos para mulheres, este só é permitido após o casamento.

Em “A Bagaceira, qual o modelo de mulher ideal no mundo pós-patriarcal? As respostas para essa pergunta, tendo como base o romance em análise, são ambíguas. Atente-se para a descrição da educação de Soledade:

Soledade tornara, pouco a pouco, à desenvoltura de seu natural. Criada, sem brincos de menina, nos folguedos dos irmãos mais velhos, contraíra os mesmos hábitos de liberdade e de audácia rústica. E, não logrando condicionar-se à vida sozinha, fugia ao tédio caseiro, vagueando por vales e grotões, com uma vivacidade de passarinho indoméstico. Recobrava o jeito

das escapadas pelos serrotes e tabuleiros sertanejos, atrás de frutas do mato ou dos cabritos fujões (Almeida, [1928] 2004, p. 65).

A sertaneja Soledade foi criada em plena liberdade, junto com homens e em lides consideradas masculinas. O narrador almeidiano enfatiza que foi uma educação caracterizada mesmo pela liberdade, o que desenvolveu na menina um modo de ser audacioso. A narrativa, inicialmente, representa essa educação com simpatia, o que é sugerido quando afirma que esse modelo não se “acomodava” com o “das raparigas (brejeiras) serranas”. Quando as moças do Brejo encontravam Soledade em lugares onde, nos padrões locais, não podia estar, “entreolhavam-se e ficavam chiando, como morcegos assustados” (Almeida, 2004, p. 66). É nítida a descaracterização das brejeiras face à sertaneja Soledade. Estaria o escritor representando um modelo de mulher ideal na república? Certamente não. A liberdade da qual desfrutava Soledade a descaracterizaria como esposa de Lúcio.

O romance nos sugere uma resposta à questão lançada em cena em que Lúcio tenta persuadir Soledade a desenvolver a “consciência do lar”. Para ilustrar o que deveria ser uma mulher no lar republicano, o rapaz faz referência ao “jenipapeiro, sobrecarregado, sem uma folha: - Olha, aquilo (o jenipapeiro) é como uma mãe de família: despe-se de todos os ornamentos, renuncia a todas as vaidades, para ficar só com os seus frutos” (Almeida, 2004, p. 77).

Essa imagem da mulher nos remete novamente ao pensamento grego apresentado por Foucault em “História da sexualidade”. Em “o uso dos prazeres”, o pensador Frances refere uma moral grega que determinava os papéis da mulher e do homem. Xenofonte, afirma Foucault, (1984), dizia que o “teto” determinaria um espaço exterior e um interior. Fora, seria o lugar reservado ao homem. À mulher caberia o interior. O homem deveria se empenhar em adquirir os mantimentos, zelar pela prosperidade do casal e ampliar o patrimônio familiar. À mulher compete a administração do lar e a educação dos filhos. Essa divisão dos papéis baseada no sexo parece estar presente no Brasil no século dezenove. Zica, (2011), mostra, através da análise da obra de Bernardo Guimarães que o lugar prescrito para a mulher nesse século era o interior. A menina deveria ser educada para tornar-se o que tinha sido sua mãe, isto é, aprender a “ficar em casa”. Nessa moral, os papéis masculino e feminino exerceriam uma espécie de complementaridade.

Essa disposição dos papéis sexuais era baseada na crença de que homens e mulheres haviam sido dotados de traços físicos e psíquicos diferenciados. Os homens deveriam ocupar o exterior porque a natureza lhe forneceu um corpo mais resistente ao frio, ao calor, além de tê-lo dotado de uma agressividade natural. A delicadeza, a doçura, uma menor capacidade de resistir às intempéries, dispunham o feminino para o conforto do espaço interior do lar.

Ao mesmo tempo em que homens e mulheres eram diferentes, também possuíam virtudes diversas. Assim, cada um deveria exercer seu papel, contribuindo, ambos, com suas virtudes. No matrimônio, a moralidade grega preconizava uma “comunidade de bens” e de corpos. Homens e mulheres deveriam ser honestos uns com os outros. Assim como ao marido não caberia apresentar um patrimônio inexistente para sua mulher, a esta também seria vergonhoso enfeitar-se com adornos, pois estes eram embalagens que camuflariam o “produto”. À mulher, bastava ser boa mãe, boa esposa, isto é, bem administrar o patrimônio familiar. Sua beleza advinha dessas virtudes. Este é o conselho que Lúcio fornece a Soledade.

Vemos na fala de Lúcio uma prescrição de modelo de mulher. Esta não pode possuir vaidade, pretensões, e deve desempenhar os papéis de mãe e de esposa. A simpatia que a narrativa direciona a Soledade em primeiro momento serve apenas ao propósito do projeto educacional da mulher na república. Soledade representaria uma matéria “bruta” que devia ser moldada, educada e produzida dentro dos parâmetros burgueses. O ímpeto que é atribuído à sertaneja, em contraposição ao das brejeiras, aponta para a qualidade do “material” a ser utilizado na produção do feminino na república.

A representação da mulher no romance pode ser remetida ainda a uma sensibilidade de finais do século dezoito que preconizava a diferença radical entre os sexos com base na biologia. Sendo diferentes, homens e mulheres só podiam ter destinos diferentes. O útero e os ovários destinavam a mulher à maternidade. Nessa visão de acordo com Badinter, (1993):

Homens e mulheres evoluem em dois mundos distintos e nunca se encontram... fora do período de reprodução. Fortalecida com seu poder de gerar, a mulher reina como senhora absoluta no lar, orienta a educação dos filhos e encarna sem contestação a lei moral que decide sobre os bons costumes. É do homem o resto do mundo. Incumbido da produção, da criação e da política, a esfera pública é seu elemento natural (Badinter, 1993, p. 9).

A liberdade que Soledade possuía era incompatível com esse ideal de mulher. O feminino devia se conformar ao seu papel biológico, procriar, educar as crias e exercer seu poder feminino no espaço doméstico. Ao homem, o mundo dos negócios. Mas esse era o projeto burguês e republicano, conduzido por homens, como vimos argumentando até aqui. A narrativa de “A Bagaceira” reforça esse projeto quando representa um feminino que deve a ele se amoldar. A representação da mulher na obra demonstra que a narrativa tomava partido de um dos lados do debate. No romance, a mulher deveria figurar como espectadora das conquistas do homem. Ela era incapaz de agir, de desempenhar um papel ativo na conquista do progresso. Era um ser que deveria viver à sombra “protetora” do homem. Todavia, essa representação não se sustenta se atentarmos para produções historiográficas que analisam as primeiras décadas do século XX.

As mulheres não aceitaram passivamente sua condição definida na constituição. Como afirma Sueann Caulfield, (2000), no Brasil, nenhuma das disposições e das justificativas constitucionais satisfizeram as feministas, que se mobilizaram para alterar sua condição depois que o código republicano foi aprovado, código que conferia à mulher papel de inferioridade. Além da luta feminina, já referida acima, temos exemplos de mulheres que assumiram a liderança familiar, desempenhando o papel que, na crença masculina, seria do homem.

Na Paraíba, afirma Lewin, (1993), temos incontáveis exemplos de mulheres que assumiram o controle da família desde os tempos do império. Adriana de Oliveira Ledo, nos informa Lewin, tornou-se famosa devido ao poder político exercido em Campina Grande, Paraíba, durante boa parte do século XVIII. A mesma Linda Lewin também afirma que Joana Francisca de Oliveira exerceu hegemonia política no município paraibano de Patos durante as décadas de 1860 e 1870. Maria das Neves de Araújo Oliveira, conhecida como “Dona Iaiá”, constituiu-se como exemplo típico de mulher poderosa e politicamente bem relacionada no município de Alagoa Nova, Paraíba (Lewin, 1993).

“Dona Iaiá”, afirma Lewin, (1993), era dona da mais valorizada propriedade do município de Alagoa Nova, o engenho Geraldo. Por isso, após a morte do marido, em 1909, “Dona Iaiá” passou a ter a última palavra quando o assunto era a política. Ao ascender ao posto de governador da Paraíba em 1928, João Pessoa, de quem

José Américo era aliado à época, participando ativamente do seu governo, queixou-se com frequência ao seu tio, Epitácio Pessoa, a respeito do poder centralizador de “Dona Iaiá”, batizada por João Pessoa de “coronela” (Lewin, 1993). Ninguém fazia frente à autoridade da chefe política de Alagoa Nova, onde ela dispunha das rendas do município da forma que queria e vetava as indicações políticas de candidatos da preferência do governador, afirma Lewin, (1993), citando João Pessoa.

São exemplos bem localizados no tempo. Contudo, talvez se constituam como indícios de que as crenças masculinas sobre “a natureza passiva da mulher” não se justifiquem face aos exemplos das mulheres que chefiavam suas famílias, provocando a insegurança dos “machos” que julgavam ser o seu papel na sociedade o do mando. Compartilhar o poder político parecia não fazer parte dos planos do grupo Epitacista do qual José Américo era membro. Anular a atuação feminina na política, ignorando-a, silenciando-a, parece ser uma estratégia para naturalizar a idéia de que o feminino é passivo, devendo, por isso, ser conduzido pelo masculino.

A narrativa almeidiana era modernizante, mas sua modernização era profundamente moderada. Mostra coerência com sua postura contra as reivindicações de mudanças profundas na sociedade. Conforme foi afirmado acima, José Américo não queria se incompatibilizar com as classes conservadoras. O escritor queria apartar-se da tradição, mas desejava manter elementos de hierarquia de gênero. Ele não queria jogar fora a água junto com a bacia.

Albuquerque Júnior, (2011), afirma que a posição de José Américo a respeito de uma atitude modernizadora que conserve valores tradicionais remete à posição social do romancista. “Como parte de uma intelectualidade bacharelesca”, Almeida empenha-se por fazer desaparecer certos valores tradicionais presentes na política e na cultura. Uma “racionalidade bacharelesca”, se constituiria como um caminho, “uma estratégia de sobrevivência para manter existindo determinadas relações sociais e de poder (Albuquerque Júnior, 2011, p. 158).

Para Albuquerque Júnior, (2011), a tentativa de conciliar valores tradicionais com valores modernos, fez José Américo eleger o Sertão como “espaço modelo”. Era o modelo de homem sertanejo viril, dotado de vigor que, segundo Albuquerque Júnior, (2011), era apresentado como autêntico. Contudo, não podemos esquecer que a mesma narrativa que desqualificou o senhor de engenho brejeiro elegeu o modelo de inteligência no Brejo. Lúcio era o homem “da inteligência prática”, capaz de revolucionar os métodos de produção apesar possuir o vigor físico do sertanejo.

Assim, no Brejo estaria a inteligência capaz de fazer prosperar a agricultura, de pensar novos métodos de produzir riquezas. Mas, e os braços? A força física para executar o trabalho manual? O trabalhador brejeiro, como vamos ver adiante, estaria desqualificado, tendo em vista sua “passividade”, preguiça, pouca disposição para o trabalho. Sendo assim, o vigor e a disposição para o trabalho estariam no sertanejo. Inteligência no Brejo, portanto, trabalho braçal no Sertão, é o que a narrativa parece sugerir.

Discorreremos no próximo capítulo sobre a representação das masculinidades dos trabalhadores da bagaceira, sertanejos e brejeiros. Nos deteremos em questões tais como: qual a representação sobre a masculinidade brejeira? E a sertaneja? Qual o tipo de masculinidade que a narrativa sugere ser a desejada? Quais elementos comporiam as masculinidade e virilidades almejadas? Qual a relação entre o ideal de virilidade e o meio físico/cultural? Objetivamos compreender as questões lançadas analisando a lógica do autor, focalizando seus argumentos e pondo em relevo os processos de classificação e comparação.

Capítulo III

As masculinidades trabalhadoras

1. As masculinidades brejeiras

Os trabalhadores, brejeiros e sertanejos, estão no canavial do Marzagão, na dura rotina do trabalho de sol a sol. De repente, percebe-se “na ondulação verde” da cana uma movimentação estranha. Ninguém entende o que está acontecendo naquele momento, mas a narrativa sugere ser algo apavorante. Nessa cena, os cães presentes, entre os quais um cujo dono era Valentin, querendo isto dizer que esse cão era sertanejo, ficam excitados. São “estumados”, instados a fazer a caça ao ser que andava por entre o canavial. Os “cadelos” brejeiros calaram-se. O cão sertanejo saiu à procura do intruso que se movimentava dentro do canavial. Nesse momento, “ouviu-se um grunhido estranho, um berro de animal dolorido [e] uma onda de frio enregelou toda a bravura mestiça do Marzagão” (Almeida [1928] 1987, p. 16). “Bravura mestiça” é uma referência aos trabalhadores brejeiros. Percebemos que o termo bravura, no contexto, constitui-se como uma ironia. Na verdade, a cena mostra que, diante do ocorrido, os brejeiros, juntamente com os cães, os brejeiros, ficaram aterrorizados. Mais adiante, a cena mostra que o ser que se movimentava no canavial era Xiname. Este havia entrado no Marzagão para “furtar” o aipim que ele mesmo havia plantado, mas impedido de levá-los consigo quando foi expulso por Dagoberto Marçau. Não por acaso, o único humano que se dispôs a capturar o intruso havia sido um sertanejo, Pirunga. Sugere-se na cena a valentia sertaneja em contraposição à “covardia”, “mestiça”, brejeira.

Em outra cena, o Marzagão está em festa organizada pelos trabalhadores. No ponto alto da animação, a polícia invade o engenho. Diante da violência policial, os trabalhadores reagem à agressão praticada. Na luta, o sertanejo Pirunga fez “frente a toda a tropa na confusão do conflito corpo a corpo. Seu olhar fuzilava na treva como um sabre desembainhado” (Almeida [1928] 1987, p. 37). Por fim, na hora de prestar contas a Dagoberto Marçau sobre a confusão no engenho, Latomia apresenta-se. Dagoberto percebe que ele está tremendo. Latomia diz que tremia porque havia se banhado no açude. Mas o narrador afirma que “Se não mentiam as

más-línguas, ao primeiro assalto, ele (Latomia) metera-se no açude com água pelo queixo” (Almeida [1928] 1987, p. 39). Esquivou-se da luta. Faltou-lhe coragem. Foi “covarde”.

A coragem é uma virtude cultuada na civilização Ocidental. Aprecia-se essa virtude em homens e mulheres. Em homens, por vezes, a coragem está associada ao uso da força bruta, e constitui-se como um elemento da virilidade, afirma Maurice Sartre, (2013). Em *Ésquilo*, informa Sartre, (2013), uma “vontade no coração de ferro”, “inflamada” por uma “Andréia²⁸”, pesa “como aquela dos leões portando a guerra em seus olhos” (Sartre, 2013, p. 20). Nessa representação que Sartre, (2013), remete aos antigos gregos, o masculino não é propriamente um homem, mas um “macho”, um ser associado à coragem e à força física para ser usada no campo de batalha. Como não reconhecer esses atributos na representação do sertanejo Pirunga? Sua força física, que permite que ele enfrente toda a tropa do governo, seu olhar de sabre fuzilando na treva semelhante àquele dos “leões portando a guerra”. Pirunga portaria, assim, uma masculinidade que inclui uma virilidade tal como em algum momento da Grécia antiga foi valorizada. Uma virilidade a qual a narrativa de “A Bagaceira” exalta, confere sentido positivo.

Por outro lado, a covardia é considerada uma falta moral grave. É um defeito que pode marcar a fronteira entre o ser e o não “ser “macho”. Numa sociedade que cultua a coragem, a valentia e a disposição para enfrentar o perigo, qual seria o homem a querer ser representado como o foi o brejeiro na narrativa almeidiana? Uma narrativa que desqualifica, que diminui, que atribui significados negativos. A própria narrativa expressa que “o nome de brejeiro [era] cruelmente pejorativo” (Almeida, 1972, p. 6). Afinal, o que é o Brejo? E o brejeiro? Existiria uma verdade sobre esses elementos? Não seria mais adequado falar em representações, imagens múltiplas que se cruzam, se harmonizam e/ou se distanciam umas das outras?

O Brejo é um espaço social e geograficamente construído pela literatura científica e ficcional. Há uma expressão popular muito usada no Brasil que diz, via de regra, quando alguém sofre um prejuízo, que “a vaca foi pro brejo”. Isso quer dizer que a vaca ficou encalhada na lama. O Brejo nessa expressão é sinônimo de

²⁸ Termo associado à coragem física e moral no texto intitulado “Virilidades gregas” de Maurice Sartre”. Afirma Sartre também que na obra de Sófocles, intitulada *Electra*, as mulheres também são insufladas a manifestar sua “Andréia”.

lugar encharcado por água. Lugar onde, misturada à terra, a água produz lama que, uma vez pisada pode prender os pés.

Mas existe muito exagero nessa expressão popular. Também um conteúdo depreciativo. O Brejo torna-se sinônimo de prejuízo e de lugar imprestável para a agricultura e a pecuária. Afinal, qual o pecuarista que em sã consciência vai querer ver sua vaca ir para o brejo? Sendo assim, vamos recorrer à memória de pessoas que vivenciaram sua infância em Areia, cidade natal de José Américo de Almeida. Vamos adjetivar o Brejo tal como pessoas do lugar o construíram em suas memórias narradas em livro. Escolhemos dois personagens para falar de suas lembranças de infância no município de Areia. São eles: Antônio Washington de Almeida Gondim e a escritora e economista Zélia Almeida. A escolha não é aleatória. Zélia escreveu o livro “Bem-Estar e riqueza no Brejo de Areia”, obra publicada em 2010. O livro é dedicado à memória de José Américo de Almeida, segundo a autora, “origem dos fatos e [de] muitas ideias” postas na obra (Almeida, 2010). O primeiro é autor do prefácio do referido livro.

Antônio Washington de Almeida Gondim é formado em Engenharia Agrônoma e professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em comum com Zélia Almeida, o engenheiro tem a amizade de infância e a naturalidade, pessoas que desfrutaram do mesmo padrão de formação cultural. Em suas memórias de infância, o autor do prefácio a “Bem-Estar e riqueza no Brejo de Areia” afirma:

Durante a leitura [do livro por ele prefaciado] fui dominado por uma espécie de introspecção proustiana. Com o sujeito já reconfigurado pelas experiências da vida...senti o pelo da cana espetar-me; o cheiro do mel, da rapadura batida, da cachaça e o sabor da rapadura quente. Vi canaviais ondulados ao sabor do vento e ouvi o farfalhar repousante de sua folhagem. Ouvi o marulhar incessante de riachos pululantes de piabas, jundiás e, nas beiradas, girinos camuflados nadando sobre o entrelaçado de talos de capim e Ramagens. Cedo da manhã senti a brisa soprando suave e espalhar o aroma das flores silvestres. Pude escutar, na boquinha da noite, o coaxar de sapos pelos baixios alagados completando (Gondim, 2010, 16-17).

Afora o conteúdo poético da narrativa, bem como o teor profundamente saudosista, a referência à fartura da região expressa na citação de alimentos como a rapadura, a cana-de-açúcar, elemento gerador de riqueza, o que podemos destacar, atendendo à demanda de nossa discussão, é a alusão à abundância de água na região. Os “baixios alagados”, bem como o “marulhar incessante dos riachos” certamente diferencia o Brejo de outras regiões do estado da Paraíba.

Zélia nasceu em Areia, onde viveu os seus primeiros quinze anos. Realizou os estudos iniciais no Colégio Santa Rita. Com formação em Economia, Zélia é Professora da Universidade Federal da Paraíba, onde atuou também na coordenação do Mestrado em Economia desta universidade. O livro de Zélia não se constitui propriamente como um livro de memória, embora em sua estrutura possamos encontrar predominantemente uma narrativa memorialística que a autora alterna com análises (implícitas) da economia do Brejo. Escutemos a escritora sobre os anos vividos em Areia:

Fomos habitar em Laranjeiras. Íamos para Laranjeiras. Significava férias verdes, matas de inverno. No verão, mar. Uma vida retilínea, com passos marcados. Vida de natureza. O mar no verão, natureza no inverno. Uma quinta. As matas se estendiam nas encostas. Verde escuro, densas. Olhava as matas que percorriam os limites da propriedade. Quilômetros de matas, matas virgens (Almeida, 2010, p. 29).

Extensos matagais, verdes, escuros, quilômetros de matas. Eis uma adjetivação da paisagem brejeira. A contraparte desses matagais eram os canaviais, que, inclusive, tinham tomado o lugar das matas nas paisagens do Brejo. Ele possui muitos rios.

A altitude e umidade, matas densas, pedras e pedregulhos facilitavam a existência de muitos rios e riachos para formarem maiores densidades após as nascentes e, continuação abaixo, no declive, na força da gravidade (Almeida, 2010, p. 80).

De acordo com Zélia Almeida, os rios constituem-se como parte integrante da paisagem brejeira. Além disso, as “barreiras vermelhas” que compunham as paisagens no Brejo deixavam cair água da chuva armazenada pela vegetação. “Era muita água, provocando uma excitação nos habitantes dessa porção do território paraibano. Diz a menina de engenho em sua narrativa:

Vamos olhar, olha os braços d’água na parede de barro, na barreira. Parece buraco de formiga, mais é saída d’água.
Olha direito, Paula, vê se para um minuto.
Para, Paula, para. Eu quero ver a água sair, posso?
(Almeida, 2010, p. 81).

Águas abundantes que provocam inclusive momentos de sociabilidade. Momentos felizes de observação da água descrevendo trajetórias incertas pelos riachos, córregos, rios.

Zélia Almeida ainda se refere à alegria que era a chegada das chuvas no Brejo. Afirma que “deixava os estudos para ver a chegada das chuvas”, o mais belo momento, “ameaçador”, porque eram “chuvas grossas, fortes contínuas”. As temperaturas caíam, 15 graus, um mundo de espetáculo da natureza com matas enevoadas no horizonte e o barulho das águas nas telhas. Era tanta água que inundava as casas, mesmo as de engenho, construídas nas colinas.

O Brejo é representado também em literatura científica como uma das regiões mais úmidas do Estado da Paraíba. Como afirma Rodrigues:

Na Paraíba a Microrregião do Brejo encontra-se na Mesorregião do Agreste paraibano, se distingue como uma mancha úmida que se encontra na escarpa oriental do Planalto da Borborema, um maciço formado por rochas cristalinas (pré-cambrianas), elemento de maior visibilidade da paisagem, sendo recortado pelo vales de rios e riachos. A escarpa oriental tem o alinhamento de sua direção é no sentido SW-NE, que nas cotas de 200 para 300 metros são de forma abrupta elevadas para as cotas de 600 metros (Rodrigues, et al, 2009, p. 08).

O Brejo constitui-se, senão como “mancha úmida”, pelo menos como espaço sensivelmente diferente de algumas representações do Sertão. No ensaio intitulado “A Paraíba e seus problemas”, publicado em 1923, José Américo postula que a umidade do Brejo acaba sendo uma espécie de celeiro do estado da Paraíba. Além de “socorrer” os sertanejos paraibanos, o Brejo ainda “socorria” os emigrantes de outros estados do Nordeste. Mas Almeida conclui que, mesmo com tanta “exuberância”, sem a ajuda dos “métodos racionais” de exploração da terra, o Brejo não suportaria alimentar nem mesmo a população local. No ensaio, o Brejo ainda é inscrito como uma “pequena parte” da Paraíba livre da seca, mas que não compensa os males da calamidade do restante do estado.

Entretanto, o Brejo assumia outras conotações no pensamento de José Américo. Conforme procuraremos demonstrar, o romancista pensava o homem em conexão com o seu meio, posicionamento que o coloca em relação com estudiosos de finais do século dezenove e primeiras décadas do século vinte, a exemplo de Euclides da Cunha. Pensando o homem imerso em seu meio físico, esses estudiosos postularam que a força, a virilidade, o vigor físico, a coragem e a

masculinidade do homem eram frutos da convivência em uma espacialidade. Quanto mais hostil fosse o ambiente, quanto mais forçasse o homem a lutar contra ele, mais viril, forte, potente seria sua masculinidade. Na obra intitulada “Os Sertões”, publicada em 1902, Euclides da Cunha contrapõe a figura do vaqueiro do norte à do Gaúcho da região Sul. O primeiro é afeito na luta pela vida, “conhece os combates cruentos com a terra árida e exsiccada”, não se entristece diante das cenas de devastação e horror, da miséria, do solo calcinado (Cunha, [1902] 2003, p. 117). O gaúcho, por estar em uma natureza mais carinhosa, por desconhecer os combates obstinados contra o meio hostil, apresenta-se com aspetos mais “cavalheirescos e atraentes”. Na narrativa de “A Bagaceira”, as comparações serão feitas entre sertanejos e brejeiros.

Na narrativa de “A Bagaceira”, os sertanejos e os brejeiros são postos em um mesmo espaço, a bagaceira. Uns e outros agindo, sentindo o mundo, pensando, comportando-se dentro de padrões morais que a narrativa atribui ao mundo de cada um, isto é, ao microcosmo brejeiro e ao mundo sertanejo. Mesmo não estando no Sertão, a narrativa sugere que os homens sertanejos transportariam sua “moral” para onde quer que fossem, embora com o tempo estes homens e mulheres pudessem, devido ao ambiente, no caso particular, da bagaceira, corromperem-se, perderem sua “essência” moral. Sertanejos e sertanejas, brejeiros e brejeiras no mesmo espaço faz com que a narrativa incorpore práticas de classificação, comparação, de hierarquização e, por último, de julgamento.

Na discussão que se segue, iremos utilizar o conceito de moral, pois é a partir dessa noção que o narrador hierarquiza comportamentos e ações, lançando julgamentos explícitos e implícitos que resultam na desqualificação de uns e na exaltação das atitudes de outros.

Em o “uso dos prazeres” Foucault aponta a ambiguidade do termo “moral”. Pode-se entendê-la como “um conjunto de valores e regras de ação proposto aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos” (Foucault, [1984] 2014, p. 32). Por vezes, os preceitos morais são forjados em doutrinas “coerentes” e transmitidos por meio de ensinamentos explícitos. Entretanto, as regras morais e os valores podem ser transmitidos de forma assistemática, difusa, deixando de formar um “conjunto sistemático” e passando a compor um jogo complexo de “elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo assim compromissos e escapatórias” (Foucault, 1984, p. 32).

O conceito de moral ainda pode designar o “comportamento real dos indivíduos em relação aos valores e regras que lhe são propostos” (Foucault, 1984, p. 32). Assim, pode-se avaliar o quanto os indivíduos se submetem a um princípio de conduta; analisar o grau de obediência ou resistência a um código moral; o respeito e/ou a negligência dos indivíduos a determinada prescrição moral. Perceber a moral nesses termos permite uma observação do quanto os indivíduos se submetem a um sistema de valores e regras. O grau em que põem em prática as prescrições bem como o quanto negligenciam. Enfim, a forma como os sujeitos se comportam em relação a um “sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles tem uma consciência mais ou menos clara” (Foucault, [1984] 2014, p. 32-33).

A apropriação do conceito de moral em termos Foucaultianos, permite-nos lançar um olhar diferenciado sobre as relações de poder, vendo naqueles que estão situados em um pólo “fraco” dessa relação, atitudes que se constituem como verdadeiras resistências, como comportamentos que fazem pouco caso do poder. Os “desvios morais” são vistos assim como resistência, como o exercício de poder do mais fraco, não mais como atitudes de alguém que está em falha com dado sistema de valor ou que estaria em um pólo esvaziado de poder. Antes, são atitudes de pessoas que se recusam a participar de determinado sistema que para ele não faz sentido. Iremos analisar a narrativa almeidiana nestes termos, subvertendo a moral defendida implícita ou explicitamente pela narrativa.

Um diálogo entre Lúcio e João Troçulho sugere a visão do bacharel, com mentalidade modernizadora, sobre os trabalhadores do engenho. Nesse diálogo, o filho do dono do Marzagão encontra João Troçulho cedendo “à ociosidade dominical”, “estendido ao sol como um animal cansado”. “Como um lagarto preguiçoso” (Almeida, 2004, p. 82); e pergunta por que o trabalhador não desembaraça um cavalo que está se enforcando. João Troçulho responde que não tem obrigação com animais. Em seguida, Lúcio encoraja o trabalhador a plantar uma roça, ao que João Troçulho responde que não possui tempo para isso, pois todos os seus esforços são dedicados ao trabalho no engenho. Além disso, “não possui ambição”. Lúcio argumenta que a roça iria fazê-lo mudar de vida, mas o brejeiro cita o caso de Xiname, que tinha sua roça e o patrão, Dagoberto Marçau, acabou dela se apropriando indevidamente. O filho do dono do engenho insiste perguntando por que o trabalhador não conserta sua casa, ou cria galinhas para escapar daquela miséria.

O trabalhador sempre responde a mesma coisa. Tudo era do dono do engenho. Percebe-se facilmente que o repouso do trabalhador é visto sob o signo da negatividade. Ele está descansando enquanto deveria está empreendendo. O repouso é visto como preguiça. Lúcio faz, portanto, um julgamento moral. Temos, desta forma, um primeiro elemento que caracterizaria, segundo o que se pode depreender da narrativa, o brejeiro como um homem indolente e, portanto, desvirilizado.

Desvirilizado, com base no que postula Pigenet, (2013), para quem passou a existir no Ocidente, há dois séculos, “Toda uma tradição estética que associa” a figura do trabalhador braçal aos atributos mais evidentes da virilidade. “A forma do corpo e a musculatura... [esta] identificada com energia e resistência... potência física e determinação moral. Corbin, (2013), afirma que um caráter viril está associado historicamente à ação, a atitudes agressivas, a personalidades enérgicas, dominadoras seja da natureza seja de homens e mulheres. Uma virilidade potente deve demonstrar capacidade de vencer o cansaço e de executar tarefas perigosas sem demonstrar medo. A virilidade também está relacionada à dominação. Na Europa do século dezenove, durante o processo de expansão de nações europeias sobre territórios coloniais, a virilidade estava relacionada à conquista de territórios, ao domínio sobre povos considerados menos viris. Nesse período, a virilidade vai ser demonstrada “na exploração e na conquista de territórios, na colonização, em tudo aquilo que demonstra domínio sobre a natureza e que favorece da expansão econômica” (Corbin, 2013, p. 9). Assim, a virilidade está relacionada principalmente à potência de músculos, a ideia de domínio, de poder realizador, de atividade, atributos estes que estariam ausentes do corpo de João Troçulho, na visão de Lúcio.

A imagem do trabalhador livre preguiçoso e indolente remonta ao século dezenove. Após a abolição da escravatura, em 1888, os proprietários rurais, motivados ainda por uma mentalidade escravocrata, passaram a empregar esses homens sob condições degradantes, sendo comuns jornadas de trabalho extenuantes, salários miseráveis e até mesmo castigos físicos (Sá, 2005). No Norte/Nordeste, a mão de obra livre era essencialmente nacional. Desenvolveram-se relações em que o trabalhador passava a ser agregado, isto é, morador da terra com direito a cultivar para si uma pequena porção da propriedade, mas sendo obrigado a fornecer grande parte de seu tempo ao dono da terra. Assim, o proprietário rural tinha o trabalhador a sua disposição por um preço muito pequeno. Além disso:

“quando se integravam à grande propriedade na condição de agregados, estavam sujeitos a serem expulsos a qualquer momento, perdendo suas roças e as benfeitorias que haviam feito com a sua família” (Sá, 2005, p. 75). Essa era a situação de João Troçulho. Trabalhador agregado do Marzagão.

A desqualificação do repouso acontece a partir da lógica de culto ao trabalho. Paul Lafargue fala no livro “Direito à preguiça” sobre essa “estranha loucura” que se abateu nas civilizações ocidentais com o advento do capitalismo.

Uma estranha loucura dominou as classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Essa loucura traz como consequência misérias individuais e sociais que a séculos torturam a triste humanidade. Essa loucura é o amor ao trabalho, a paixão moribunda que absorve as forças vitais do indivíduo e de sua prole até o esgotamento (Lafargue, [1880] 2003, p. 19).

A loucura da qual fala o autor era o amor ao trabalho. Levada ao extremo, os homens passam a amar o trabalho pelo trabalho, não pelos frutos que ele pode gerar. No livro citado, Lafargue, ([1880] 2003), afirma que o trabalho na sociedade capitalista constitui-se como a causa da miséria do trabalhador. Isso porque o trabalhador é o produtor da riqueza e esta acaba sendo o instrumento pelo qual é submetido, instado a ocupar lugar de inferioridade social, excluído do usufruto dos bens que ele mesmo produziu. O “culto ao trabalho”, afirma Lafargue, sustenta-se com base em discursos gestados na economia política e na religião, conforme mostra a citação a seguir: “em vez de reagir contra essa aberração mental, os padres, os economistas, os moralistas sacrossantificaram o trabalho” (Lafargue, [1880] 2003, p. 19). Mas a literatura, sugere Williams, (2014), parece também ter participado da “sacrossantificação” do trabalho.

Williams, (2014), identifica em romances ingleses do século XIX estruturas narrativas que expressam valores ligados à burguesia. Histórias que transferem o interesse pelo nascimento para a riqueza; da posição social herdada para a posição conquistada; da ênfase no trabalho em contraposição à diversão e/ou ao descanso. Nesses romances, afirma Williams, (2014), a pobreza e o fracasso são enfaticamente associados ao vício, à fraqueza, à preguiça e/ou à falta de esforço pessoal, uma moral que responsabiliza o pobre pela sua miséria.

A narrativa almeidiana parece se inserir nessa tradição, tendo em vista que o descanso de João Troçulho é visto como preguiça. Saliente-se, contudo, que o

próprio Lúcio não trabalha. Ora é representado em atitude de devaneio sob largas copas de árvores, ora em diálogo com Soledade e, por vezes, em discussão com Dagoberto Marçau. O descanso torna-se sinônimo de preguiça apenas quando é adotado pelo trabalhador. O “ócio” de Lúcio não é descaracterizado. Sugere-se que, sendo Lúcio membro da classe privilegiada, o trabalho braçal lhe seria infamante, indigno de sua posição. Essa forma de pensar, contudo, não se constitui uma invenção almeidiana, estando presente durante a antiguidade. Foucault, (2014), afirma existir entre os gregos uma posituação do ócio. Este, porém, seria exclusividade de uma aristocracia, grupo que não arava a terra, não estava ocupado em produzir os meios de subsistência, delegando essas atividades aos escravos. Todo seu tempo livre era dedicado aos “cuidados com os treinamentos físicos e guerreiros” (Foucault, 2014, p. 57). A guerra figura, assim, como uma atividade nobre, à qual devem ser direcionadas todas as energias.

Esse comportamento parece estar presente entre as tribos germânicas, de acordo com Bruno Dumézil (2013). Relatos de pensadores romanos sobre os povos germânicos, afirma Dumézil, (2013), apontam que os homens viviam “totalmente ocupados com a guerra, deixando crescer seus cabelos e desconfiando das mulheres, [sem] tempo a consagrar às atividades fúteis” (Dumézil, 2013, p. 132). Esses homens não trabalhavam com as próprias mãos, acreditando ser o artesanato e a agricultura ocupações vis, infames e, portanto, tarefas de mulheres, velhos, doentes e/ou escravos. Sugere-se, assim, uma “preguiça heróica”, uma preguiça viril. Em se tratando de Lúcio, sendo um bacharel, figura representada como cerebral, símbolo de inteligência, pelo menos na narrativa almeidiana, as atividades (braçais) do engenho poderiam figurar como fúteis, indignas, triviais para uma mente bacharelesca.

A narrativa aciona um ideal de virilidade grega e germânica, portanto. Mas também não estaria presente na cena protagonizada por Lúcio e João Troçulho o mecanismo da projeção? De acordo com Peter Gay, que retoma esse conceito de Freud, esse mecanismo leva as pessoas a se defenderem de pensamentos, desejos e/ou comportamentos inaceitáveis, expelindo-os de si para o mundo externo e para o “conveniente Outro” (Gay, 1988-1995, p. 78). A projeção proporciona, assim, uma maneira “extremamente protegida de conviver com suas próprias faltas; nega que a pessoa está sujeita a defeitos, redescobrimo-os em estranhos e/ou em adversários. Sendo assim, quando algo está errado dentro do indivíduo, procura-se as causas no

odiado outro. A preguiça, para Lúcio, seria a causa da miséria, do atraso, um atributo vergonhoso, portanto, inaceitável, reprovável. Estando nele presente, era preciso escamoteá-la, negá-la. Assim, o personagem projeta essa falta em João Troçulho. Preguiçoso, João Troçulho, na visão de Lúcio, seria um dos responsáveis pelo subdesenvolvimento do Marzagão.

Mais a atitude de João Troçulho, para Lúcio, refletia também o “sistema de supressão da personalidade [que] eliminava todo poder de iniciativa” (Almeida, 2004, p. 82), fazendo com que os trabalhadores do engenho desenvolvessem uma natureza passiva e uma atitude fatalista diante da miséria. Sobre o fatalismo, um elemento desvirilizador, Anthony Giddens, (2002), afirma que a modernidade oferece um ambiente permeado ao mesmo tempo de oportunidade e de risco. Esses elementos concorrem para a dominação da natureza e para a construção da história. Assim, as noções de sina e de destino passam a ser rechaçadas no ambiente da modernidade, pois este é visto como um espaço aberto ao “controle humano dos mundos natural e social” (Giddens, 2002, p. 104). A sensibilidade “moderna” nega, portanto, o fatalismo, pois preconiza a atividade e o controle racional [viril] sobre o trabalho, a sociedade e a natureza.

Para o pensador da educação Jorge Larrosa, (2002), a modernidade produziu um sujeito que vive em permanente movimento, um ser que percebe no trabalho a possibilidade de tudo submeter, de reduzir todas as coisas ao seu domínio. O mundo natural, o social, a vida interna e a externa, tudo passa pela ambição de controle do “sujeito da modernidade”. Esse tipo de comportamento do homem moderno produz um “empobrecimento da experiência”. Experiência, para Larrosa, (2002), “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (Larrosa, 2002, p. 21). O culto ao trabalho afasta o homem da experiência que transforma, que toca, que produz impacto, que leva o sujeito a se questionar e a questionar o mundo. O amor ao trabalho está ligado à busca do progresso, sem se perguntar o que este representa para a vida, para a natureza, para os outros seres vivos. De acordo com Larrosa:

O trabalho é esta atividade que deriva desta pretensão. O sujeito moderno é animado por portentosa mescla de otimismo, de progressismo e de agressividade: crê que pode fazer tudo o que se propõe (e se hoje não pode, algum dia poderá) e para isso não duvida em destruir tudo o que percebe como um obstáculo à sua onipotência. O sujeito moderno se relaciona com o acontecimento do ponto de vista da ação. Tudo é pretexto para sua atividade. Sempre está a se perguntar sobre o que pode fazer.

Sempre está desejando fazer algo, produzir algo, regular algo. Independentemente de este desejo estar motivado por uma boa vontade ou uma má vontade, o sujeito moderno está atravessado por um afã de mudar as coisas. E nisso coincidem os engenheiros, os políticos, os industrialistas, os médicos, os arquitetos, os sindicalistas, os jornalistas, os cientistas, os pedagogos e todos aqueles que põem no fazer coisas a sua existência (Larrosa, 2002, p. 24).

Com base na moral de culto à atividade laboral, o filho do dono do Marzagão faz o julgamento moral de João Troçulho. Este deveria amar o trabalho como autêntico homem. Não estando permanentemente trabalhando, o homem cai na miséria. Desta forma, Lúcio encena a mentalidade característica dos grupos hegemônicos da sociedade capitalista, qual seja, responsabilizar o pobre pela sua pobreza, velando assim as injustiças sociais, os mecanismos de exclusão e de perpetuação da miséria. Além disso, a miséria e a pobreza são postos também na conta de etnias, dos homens de cor.

A visão negativista sobre o mestiço aparece fortemente nos denominados discursos “científico/naturalistas” do século dezanove e influenciam muitas reflexões de pensadores das primeiras décadas do século XX (Albuquerque Júnior, 2011). De acordo com Albuquerque Júnior, (2011), Nina Rodrigues alertava em seus discursos para o perigo do esfacelamento da “nacionalidade” brasileira tendo em vista a existência de uma população mestiça e negra ao Norte, e outra “branca no Sul. Conforme Albuquerque Júnior:

Para Nina Rodrigues (uma possível divisão entre Norte e Sul do Brasil)...se explica pela presença majoritária do mestiço indolente, inerte, subserviente na área ao Norte do país e pela dominância do elemento branco, forte, empreendedor, dominador, nas áreas do Sul (Albuquerque Júnior, 2011, p. 70).

A questão racial aparece como um tema saliente em “A Paraíba e seus problemas” publicado em 1923. Cotejamos duas edições desse livro. Uma datada de 1937 e a outra de 1980. A última exclui um capítulo que compõe a edição de 1937, intitulado “Estudo anthroposocial”, que figura como capítulo seis. Apresenta aproximadamente 18 páginas de reflexão sobre o “elemento étnico” paraibano. Este capítulo apresenta ainda como base do estudo, quadros estatísticos referentes a censos realizados tanto no período colonial quanto no imperial. Encontramos na obra, particularmente no capítulo referido, termos como “bárbaro”, “selvagem”, “primitivo”, “raças exóticas” em referência aos grupos indígenas e negros.

Demonstrando afinidade com as teorias evolucionistas, o autor de “A Paraíba e seus problemas” conclui, demonstrando grande preocupação com o quadro “evolutivo” do branqueamento, que:

O elemento português sobressai em todo o território [paraibano]. Foi o tipo de colonização em escala sempre ascendente, ao passo que os outros [elementos étnicos] estacionaram, em seu caráter lidimo, e se fundiram, mais facilmente em outro sangue. Accentua-se a sua hegemonia ethenica nas classes superiores. Não importa que sejam ou não *brancos puros* se conservam os caracteres anthropológicos da raça. Demais, se nos primeiros tempos do povoamento, o colonizador cruzou com maior intensidade, depois, com a constituição da família e a velleidade aristocrática do império surgiu o preconceito de cor, evitando os consócios desiguais (Almeida, 1937, p. 209).

O elemento branco, português, afirma o trecho acima, compõe as “classes superiores”. Essa superioridade seria econômica? Talvez. Retomando o conteúdo do romance “A Bagaceira”, encontramos o personagem Valentin Pedreira, branco, mas submetido ao trabalho no engenho. Aliás, a população sertaneja que, de acordo com as reflexões de José Américo seria essencialmente branca, estaria submetida economicamente a outras regiões da Paraíba, como o Brejo. Leve-se em conta, entretanto, que a classe dominante do Brejo, apesar de decadente, conforme vimos discutindo, também seria branca, de acordo com José Américo.

Retomando o conteúdo da citação acima, percebemos facilmente que não é demonstrada nenhuma preocupação com o “preconceito de cor”. Existe sim uma positivação do conceito, pois este, o preconceito, teria atuado no sentido de impedir um maior cruzamento racial. Um preconceito providencial, com base na afirmação de que “As senzalas continuaram, todavia, a fornecer o elemento menos ponderável da mestiçagem que se recruzava” (Almeida, 1937, p. 2010). Esse cruzamento com o elemento negro, teria se dado em menor, quase que em nenhum grau, no Sertão, pois: no sertão o cruzamento se operou entre índios e portugueses, quase com exclusão do negro (Almeida, 1937, p. 2010).

Temos consciência de que referenciamos textos de gêneros diferentes para pensarmos o mesmo objeto. Contudo, o que procuramos são as representações sobre o mesmo tema que povoam as páginas que pesquisamos. Por isso, não distinguimos textos que seriam “verdadeiros” dos que seriam ficcionais. Saliente-se, ainda, que também não estamos procurando verdades em obra de gênero ficcional, tendo em vista que a noção de representação remete a ideia de construção,

conforme já refletimos anteriormente. O que nos interesse nessa discussão é a associação entre etnia e preguiça, preguiça que implica, segundo o que vimos analisando, em falta de virilidade. Essas associações povoaram várias páginas de livros publicados entre as décadas de 1920 e 1930. Além da associação do homem de cor à preguiça, havia mesmo uma caracterização depreciativa da figura do negro.

O livro de memórias intitulado “Sem me rir, sem chorar”, já referenciado acima, sugere uma visão depreciativa sobre o negro. A primeira crônica da obra intitula-se “Homem de letras”. Nela, José Américo afirma que quando recebeu a notícia de que teria sua primeira professora, entrou em desespero. Imaginava, afirma o escritor, que estudar era sinônimo de “duros castigos e de perda da liberdade”. Além disso, imagina o menino, tragédia ainda maior: “e se a mestra fosse de cor”? Afirma Almeida que, juntamente com seus irmãos passou a imaginá-la sem nunca tê-la visto com “beijola carnuda, a fala pesada e um exame de arapuá na cabeça em vez de cabelo” (Almeida, 1957).

No tocante ao romance “A Bagaceira”, uma cena que narra Lúcio e Soledade apreensivos por suspeitarem estarem sendo vigiados, o narrador conjectura: “Era uma cabeça de preto que os espreitava. Nada: era um cupim indiferente. – Terra de negro! Desdenhava Soledade” (Almeida, 2004, p. 68). Outro exemplo de depreciação da figura do mestiço encontra-se em cena onde Soledade passa pela bagaceira sob os olhares dos trabalhadores. O narrador afirma que os trabalhadores: “Não era a negralhada das senzalas, mais o recruzamento arbitrário, as escórias da mestiçagem, como uma balbúrdia de pigmentos” (Almeida, [1928] 2004, p. 57). Na página seguinte os trabalhadores comentam entre si a respeito da cor de Soledade: “– É branca chega a ser azul!...” (Almeida, [1928] 2004, p. 58). Em outro local, página 53, o narrador já tinha definido Soledade como “o tipo modelar de uma raça selecionada, sem mescla, na mais sadia consanguinidade”. Esses enunciados aproximam-se ou repetem discursos gestados em outros campos do saber.

José Américo repercute algumas afirmações produzidas no campo das ciências sociais de fins do século dezenove e primeiras décadas do século vinte. Oliveira Vianna chega a ser citado no livro “A Paraíba e seus problemas” no que diz respeito à questão da mestiçagem. Segundo Almeida, para Vianna, as etnias diferentes apresentariam naturezas diversas. Sua junção resultaria na formação de seres desequilibrados e moralmente desorganizados.

Nesse ponto, José Américo diverge de Oliveira Vianna. Uma suposta desorganização moral não resultaria de uma herança genética, afirma Almeida.

O que se atribue a uma desgraça hereditária é, simplesmente, um mal social. Os mestiços, sujeitos à precariedade de origem [escavidão], não se libertaram dessa contingência, num meio de péssima organização econômica e de analfabetismo esterilizador (Almeida, 1937, p. 220).

Os mestiços em questão são os que resultaram do “cruzamento” entre brancos e negros. Percebe-se que eles são tratados como problema. Um problema que, para muitos, entre os quais Oliveira Vianna, era de origem étnica, e, para outros, a exemplo de Almeida, um problema ligado a um passado escravista, que produziu um ser imerso em um meio físico, econômico e político que não possibilitava seu desenvolvimento. O olhar de Almeida sobre o mestiço ainda é problemático, pois aciona um passado que para ele – está implícito na narrativa de “A Paraíba e seus problemas”, – teria forjado uma espécie de natureza subserviente naqueles que estariam a ele ligados. Seja como for, a preocupação de Almeida com a mestiçagem estava presente em outras produções da época tidas como “científicas”.

Em livro intitulado – ironicamente – “História Social do Brasil”, publicado em 1937, Pedro Calmon, coerente com o pensamento eugenista da época, procura classificar os grupos étnicos que foram sequestrados na África e escravizados no Brasil. De acordo com Calmon:

Fazia-se [uma] hábil seleção de escravos. Recrutava-se os mais esbeltos, ladinos e honestos, aristocracia da raça, que se metiam em librés e acumulavam encargos... Estes eram em geral os negros sudaneses ou nagôs, “cujo furor e valentia” desde os primeiros tempos os notabilizaram na América. Possuíam qualidades que o cativo respeitara, como a firmeza de caráter, o destemor, um orgulho próprio da estirpe ancestralmente guerreira, e a confiança em si mesmos... Tratavam-se como pretos finos e alguns alegavam descendência real... Não se confundiam com o rebotalho das senzalas, congos ou moçambiques (Calmon, 2002, p. 63).

O autor distingue os escravizados classificados por ele como “bons escravos”, pois, ativos, inteligentes, bom caráter, fortes, daqueles que são o “rebotalho das senzalas”, ou seja, a escória, aqueles que sobraram depois que os melhores foram selecionados. Uma distinção feita com base na ideia de que o trabalho constitui-se como valor superior. Calmon afirma que esses escravizados que não constituíam a elite, eram usados nos trabalhos da fazenda. Estes eram:

Os negros meridionais, principalmente cabindas e congos, em geral os de língua bantu, menos inteligentes e mais dóceis, serviam às maravilhas para a lavoura. Somaram a grande massa escrava, que, três séculos, cultivou os canaviais, furou as minas, moveu os engenhos do Brasil (Calmon, 2002, p. 66).

Encontram-se na obra de Calmon elementos que os aproximam das narrativas emergentes no século dezenove. O mestiço e o negro de Calmon, com exceções, como foi demonstrado na citação acima, são preguiçosos. No capítulo intitulado “O cativo e o trabalho”, o autor afirma que:

Em país de cativo, a liberdade é a primeira das honras. Traduzia-se mais exteriormente pela inação. O trabalho manual caracterizava o servo, a indolência distinguia o liberto. O africano forro começava a gozar sua redenção não trabalhando. Mostrava na sua miséria de preguiçoso, o orgulho da condição (Calmon, 2002, p. 71).

João Troçulho, mestiço, trabalhador rural, portanto, descendente daqueles escravizados considerados menos capazes, é representado com a “docilidade” que é atribuída ao grupo étnico caracterizado por Calmon como inferior. Docilidade que se confunde com passividade, incapacidade de reação. Mas, como sugere o personagem Lúcio na representação construída para João Troçulho, passividade que pode ser confundida com preguiça. Na lógica de culto ao trabalho, o ócio constitui-se como uma maldição. No pensamento moderno, o trabalho é associado à virilidade, a domínio. A preguiça, confundida com falta de virilidade. A “preguiça” de João Troçulho era interpretada como passividade, inação, e falta de ambição.

Contudo, esse pensamento é prerrogativa de uma elite. Faz parte do sistema de sujeição adotado pelas classes hegemônicas para submeter os grupos menos favorecidos. Supondo que essa elite esteja falando por João Troçulho, temos o brejeiro/mestiço passivo, preguiçoso, subserviente e fatalista, portanto, desvirilizado. Se dermos a palavra ao trabalhador da bagaceira, porém, este já não vai mais figurar com tais características. João Troçulho, no diálogo com Lúcio já referenciado acima, faz “troça” com sua autoridade. Troçulho argumenta com o filho do dono do Marzagão, mostrando no final que Lúcio não tinha razão para cobrar mais trabalho. Ele vai explicitar na conversa, a lógica perversa do sistema do engenho, o da apropriação da força de trabalho alheia. Ele vai causar um prejuízo ao dono do engenho deixando o cavalo se enforçar. Ele não quer explorar mais a si mesmo para

produzir riquezas para o Marzagão. O diálogo de Lúcio com João Troçulho mostra uma “relação de poder”. A atitude de João Troçulho constitui uma “resistência” em sentido foucaultiano. Nas relações de poder, as resistências representam o papel de adversário... e estão presentes em toda rede de poder (Foucault, [1976] 2015). As resistências são casos únicos, possíveis, prováveis, imprevistos pelo poder. Muitas vezes, tornam o poder impotente.

Margaret Rago, no livro “Do Cabaré ao lar”, publicado em 1985, discorre sobre o valor das resistências nas fábricas capitalistas de inícios do século XX. As atitudes de resistência dos trabalhadores iam desde à quebra de máquinas, prática de roubo, faltas, até a recusa ao trabalho. Eram as “lutas miúdas” descritas pelos sindicatos da época. Eram consideradas ações fundamentais para minar o poder opressor dos patrões sobre os empregados. Do ponto de vista dos patrões, essas ações constituíam-se como práticas de vadiagem, devendo ser combatidas com leis punitivas com penas que assegurassem mesmo a prisão. No Marzagão, a resistência consistia em fazer só o suficiente. Esquivar-se do trabalho sempre que este não constituísse imposição.

A narrativa ainda apresenta elementos descaracterizadores da masculinidade dos trabalhadores da bagaceira. No episódio que descreve a chegada de Valentin Pedreira ao Marzagão, o narrador exemplifica a modalidade de poder exercida sobre os trabalhadores do engenho. Ao pedir para dar acolhida ao grupo que acabara de chegar do Sertão, Dagoberto Marçau é informado que não havia lugar para abrigá-los. Em poucos instantes, o proprietário encontra a solução: Xiname, trabalhador do Marzagão, deveria deixar a palhoça que ajudara a construir e passar a habitar em uma estrebaria. Diante da recusa do caboclo, sob o argumento de que se submeteria a qualquer coisa, mas não havia nascido para estrebaria, Dagoberto o expulsa sumariamente do Marzagão, argumentando que estrebaria era para cavalo de sela, e o caboclo havia nascido para cangalha.

Xiname passa a “pronunciar frases incompletas”, esboça raciocínios cortados: “coçando a cabeça” para ver se sai alguma idéia. A submissão entremostrada na cena, ao lado das expressões utilizadas por Dagoberto, das comparações entre o caboclo e o animal (de carga) feitas pelo senhor de engenho mostram bem o grau de hierarquia sugerido pela narrativa. A perturbação de Xiname pode ser considerada como resultado direto do ambiente marcado pela repressão no qual ele está inserido, assim como das atitudes autoritárias de Dagoberto. A cena prossegue

com o pedido humilde de Xiname para que pudesse colher o que havia plantado, para escutar de Dagoberto que “o que está[va] na terra é[ra] da terra” (Almeida, 2004, p. 13). Por fim, o caboclo solicita permissão para levar os seus pertences. Vemos então o narrador pronunciar-se: “E o caboclo saiu, levando os cacarecos num braçado, e 400 anos de servilismo na massa do sangue” (Almeida, 2004, p. 13).

Vamos nos deparar com Xiname novamente na cena em que o caboclo entra no latifúndio durante a noite para “furtar” o aipim que havia plantado. Descoberto, o que se segue é uma cena de castigo físico e de humilhação ordenado por Dagoberto Marçau sobre Xiname:

Levado à presença do senhor de engenho, este ordenou ao feitor:
 lanbuze o traseiro de mel de furo e assente no formigueiro. Xiname alarmou-se:
 - Pelo amor de seu Lúcio!...
 - Lambuze, bem lambuzado!
 - Por amor da defunta!...
 - Nesse caso, dê-lhe umas tronchadas.
 - Fica por minha conta. Trinta lamboradas.
 E, ali mesmo, uma, duas, três...Logo na terceira, o caboclo grunhiu e mijou-se (Almeida, 2004, p. 24).

O primeiro castigo sugerido é lambuzar o traseiro do caboclo com mel. O significado desse episódio pode ser buscado no pensamento de Bourdieu (2014). Para o sociólogo francês, o padrão androcêntrico e falocêntrico estabeleceu uma visão do mundo caracterizada pela existência de dois pólos que são vistos como opostos entre si. Um dos pólos recebe um sinal positivo e o outro negativo. O positivo representa as formas de vida valorizadas no mundo social, os comportamentos percebidos como normais. O negativo representa a anti-norma, o feio, o desprezível, o grotesco ou, o que deve ocupar hierarquia inferior na sociedade. Assim, temos os pólos homem/mulher; seco/molhado; fora/dentro; duro/mole; preto/branco; atrás/na frente e assim indefinidamente. A respeito desse último par de opostos, ressaltamos que pode assumir conotação sexual em que o sexo só é legítimo se for na frente. Atrás, figura como desonroso, imoral, reprovável. No ideário masculino, a honra masculina está em se resguardar da violação do seu traseiro por outro homem. A desonra completa, a desmoralização absoluta, a perda da própria identidade masculina seria a consequência dessa violação. Temos assim que a narrativa adota esse ponto de vista para dar o máximo de expressividade a cena do castigo de Xiname. A intenção era mostrar o grau máximo de humilhação

ao qual um trabalhador do engenho era submetido. Xiname é representado como uma masculinidade incapaz de resguardar seu “trazeiro” da violação. Uma masculinidade sem virilidade, portanto.

Concordamos com Araújo, (2011), quando afirma que a honra do homem é afirmada no corpo feminino. Contudo, acreditamos, conforme nos afirma Zica, (2011), que a honra masculina dentro do sistema falocêntrico também está no seu próprio corpo. A violação (sexual) do corpo masculino por outro corpo masculino representa humilhação, desmoralização.

Outro personagem brejeiro a ser castigado por Dagoberto Marçau vai ser Latomia. O motivo teria sido a falta de zelo com o cavalo que morreu embaraçado na corda que o prendia. Acreditamos ter referenciado o simbolismo desse animal em outro momento. No Marzagão, após as primeiras páginas da obra, temos narrada a morte de um cavalo. No episódio que iremos citar adiante, mais um cavalo morto. Levando em consideração a temporalidade linear dos dois episódios, estaria o narrador sinalizando a morte simbólica da figura de Dagoberto e a extinção do poder tradicional? O certo é que após a morte desse segundo animal Dagoberto migra para o Sertão com Soledade e não voltaria mais ao Marzagão. No tocante ao castigo de Latomia, notamos grande representatividade na cena que se segue:

Nisto, chegou Latomia, ainda mais branco:

- Patrão, o cavalo s'embarçou e morreu enforcado!

- Cabra de peia, você foi o culpado!

E, ali mesmo, o senhor de engenho tirou o rebenque do armador e deu-lhe como nunca se dera em negro fujão.

O bravateiro apanhou de cabeça baixa talvez para livrar o rosto de alguma lapada cega (Almeida, 2004, p. 113).

O termo branco na citação não diz respeito à cor da pele de Latomia. Não está relacionado ao grupo étnico. Branco, no trecho citado, diz respeito a uma grande apreensão, a uma profunda ansiedade, a um medo de proporções descomuns que, metaforicamente, faz o sangue fugir das veias. Tomando por base o contexto da cena, podemos dizer que, ficar branco significa ser dominado pelo medo, coisa que, culturalmente, está associada a idéia de covardia, quando é o homem que abriga este sentimento. A cena prossegue com o espancamento de Latomia por Dagoberto Marçau. A cena quer demonstrar que o caboclo não esboça qualquer reação, a não ser a de baixar a cabeça. Representa-se, assim, a passividade do

brejeiro diante da humilhação. A não reação adquire o significado de covardia, cujo sinônimo é desonra, degradação moral.

Esse personagem dentro do enredo é tido como um bravateiro, termo usado pelo próprio narrador para caracterizá-lo. “Bravateiro” vem de bravata, aquele que ameaça, mas não faz. Quer dizer falso valentão. Latomia late/mia; isto é, late [porém] mia; era aquele que ameaçava todos, que prometia sempre resolver conflitos por meio da violência, mas que, na hora em que precisava demonstrar sua bravura, era o primeiro a se esquivar. As atitudes de Latomia enquadravam-se na expressão popular que diz que cão que ladra não morde.

Contudo, retomando o conteúdo da cena, devemos questionar o que se apresenta como “evidência”. A “evidência” da “covardia” do brejeiro é representada na não reação de Latomia ao castigo imposto por Dagoberto. A evidência nos induz ao automatismo e a eliminação de elementos sutis. O que é apresentado como evidente pode estar figurando na narrativa como simples estratégia discursiva.

Se aplicarmos o conceito de moral tal qual o descrito por Foucault em “História da sexualidade: o uso dos prazeres”, podemos lançar outro olhar na cena de humilhação praticada por Dagoberto. Entre os gregos, afirma Foucault, moral estava também relacionado a domínio de si, à “temperança”, ao controle dos desejos e ao domínio de atitudes tidas como inferiores. A ira e as atitudes violentas eram consideradas intemperantes. O ser que cedia a esses comportamentos estava imergindo, portanto, em atitude passiva, deixando-se levar por aquilo que deveria ser controlado, dominado, submetido. A ira constituía-se como falta do exercício viril sobre si mesmo.

Entre os gregos, afirma Foucault, era símbolo de honra o domínio de si. Esse exercício de poder era considerado mais honrado do que o exercício de poder sobre os corpos dos outros. O domínio de si era condição moral para a legitimação do domínio sobre os outros. A virilidade de um homem era medida com base na prática moral do domínio sobre ele mesmo. Sendo assim, Dagoberto dá mostras de que não exercia seu poder sobre si. Não praticava o poder viril, não era portador da masculinidade autêntica. Cedia a seus impulsos, à intemperança. Desta forma, seu poder sobre os trabalhadores não era mostra de virilidade.

Contudo, o narrador almeidiano não exita em sublinhar, insistentemente, o que, para ele, constituíam-se como atitudes de “covardia” dos trabalhadores do eito. Em

cena que representa uma festa organizada no engenho pelos trabalhadores, uma das diversões era a entoação de versos como os que se seguem:

Cabra danado
Se não tem corage, eu tenho
De pegar nessa pistola
E atirar no senhor de engenho...
(Almeida, 2004, p. 45).

A cena prossegue com a fala do personagem Lúcio em um diálogo consigo em tom de amargura. O bacharel verbaliza, melancolicamente, para si mesmo: “musa mentirosa!... Atirar no senhor de engenho nesse estado de subordinação crônica” (Almeida, 2004, p. 45). Lamenta-se a falta de coragem dos homens da bagaceira. Coragem é passar do verbo à ação. É cumprir a promessa, fazer valer o que estava dito nos versos.

O devaneio de Lúcio parece estar se inserindo em um conjunto de narrativas que via no enfrentamento pessoal, na violência do pobre contra o rico uma forma de combate às injustiças sociais e de libertação das arbitrariedades das quais esses homens eram vítimas (Albuquerque júnior, 2008). Nessa sociedade – dos enfrentamentos pessoais, dos homens capazes de resolver por si mesmo seus problemas – a maior virtude era a coragem, a ousadia, a valentia. Conforme Albuquerque Júnior: “Numa sociedade caracterizada pelo mandonismo, pela prepotência do proprietário de terras, da autoridade do rico, somente a violência do pobre pode abrir brechas nesse dispositivo de dominação” (Albuquerque júnior, 2008, p. 296). Violência que os homens da bagaceira seriam, de acordo com a representação para eles construída, incapazes de concretizar e, portanto, estariam condenados pelo destino a carregarem consigo a subordinação, a subserviência.

Albuquerque Júnior, (2008), identifica essa moral dos enfrentamentos pessoais narrada em versos da denominada literatura de cordel. Assim, não afastamos a possibilidade de Almeida nutrir admiração por essas narrativas, em que homens atribuíam a si mesmos a responsabilidade de reparar por meio de sangue uma afronta sofrida. Em terras onde o patrão era uma espécie de rei, exercendo poder sobre o pão e as águas e sobre os corpos de homens e mulheres, onde o Estado parecia não estar presente, a coragem e a valentia apresentava-se como o único remédio. Não devemos, contudo, incorrer na idéia de que a prática da violência na

resolução de conflitos era uma prerrogativa apenas do Nordeste. Matheus Da Cruz e Zica, em estudo da obra de Bernardo Guimarães, demonstrou que as atitudes violentas eram práticas comuns nos sertões de Minas Gerais em finais do século XIX.²⁹

A narrativa estabelece uma comparação entre as atitudes dos brejeiros e a dos sertanejos. O brejeiro é subserviente; a obediência, por outro lado, caracterizaria o sertanejo como alguém que honra a palavra empenhada. O brejeiro é covarde; o sertanejo é valente, não se deixa maltratar, não curva humilhantemente a cabeça. O brejeiro é egoísta, individualista, o sertanejo, solidário. O sertanejo obedece a rígidos códigos de honra em prejuízo da própria vida. Os brejeiros são representados como gente que se amolda em qualquer código de conduta por mera passividade.

Mas a representação de “A Bagaceira” para os brejeiros figura como problemática, pois estabelece uma identidade para esses homens. A identidade, na narrativa, está ligada a uma origem localizada em um passado com o qual ela mantém certa correspondência (Hall, 2009). Ela não está relacionada com aquilo em que homens e mulheres se tornam, com a utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção de sujeitos. A narrativa de “A Bagaceira” sugere uma concepção de identidade essencialista, onde se privilegia a indagação: quem nós somos? E não: quem nos tornamos? (Hall, 2009). A narrativa recorre à noção de essencialismo, concepção baseada na ideia de que as propriedades de um todo complexo existem em decorrência de uma suposta verdade ou essência interior. Essa percepção reduz a complexidade do mundo à suposta simplicidade imaginada de suas partes constituintes e procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos (Weeks, 2000).

A concepção de identidade sugerida na narrativa almeidiana induz à crença de que existe uma espécie de natureza no brejeiro, um “servilismo hereditário”, uma parte integrante da constituição psíquica herdada dos tempos da escravidão que ele estaria fadado a carregá-la indefinidamente. A narrativa alude ao passado para interpretar o presente no qual estava mergulhado. Como afirma Said:

²⁹ A temporalidade na qual Zica, (2015), situa seu objeto de pesquisa é o final do século XIX. Nosso trabalho procura pensar principalmente a década de 1920. Sugerimos, assim, a permanência de certa prática masculinista, qual seja, a do uso da violência para a resolução de conflitos, o que não se distancia dos objetivos dessa dissertação, pois, de acordo com o que vimos mostrando, as rupturas acontecem dentro de uma certa duração de tempo, fazendo que coexistam permanências ao lado de rupturas. Esse pensamento está presente no livro “Apologia da história ou o ofício de historiador”, do Frances Marc Bloc.

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas (Said, 2011, p. 34).

Almeida produz uma narrativa na qual imagina que o passado da bagaceira não havia morrido. O presente se apresentava com a mesma roupagem desse passado. As relações fundadas no autoritarismo, nas humilhações, na submissão de homens a outros homens, heranças da escravidão, criariam identidades impotentes, desvirilizadas.

Contudo, a identidade não é um dado da natureza. Ela não nasce com o indivíduo ou grupo e o condena a carregá-la consigo até o dia de sua morte. Não é um destino irremediável. Tampouco é herdada, legada por antepassados e assumida pelas gerações presentes que se encarregariam de transmiti-la para as novas gerações indefinidamente. A identidade é uma construção tecida por diversos meios, entre os quais, os processos narrativos que podem apelar tanto para a história, quanto para práticas de definição, de comparação, de classificação. Ela é também relacional (Woodward, 2013). Nesse sentido, se faz necessário que, no processo de narrativização de uma identidade, no qual se define determinado grupo, existam duas ou mais partes envolvidas, tendo em vista que dizer o que é uma identidade é ao mesmo tempo dizer o que ela não é. Aquilo que não está presente em uma, passa a ser atribuído a outra identidade.

Vemos na narrativa almeidiana uma investida na produção de identidades. O sociólogo Zigmunt Bauman, no livro “Identidade” fala que existem identidades autoproduzidas e identidades impostas. A afirmação de Bauman, (2005), harmoniza-se com a produção teórica de Chartier, (1990). Para o pensador Frances, as representações são produzidas por grupos que visam à dominação sobre outras parcelas da sociedade. Ao representarem grupos sociais hierarquicamente inferiorizados, as classes hegemônicas produzem identidade para si e para as classes que desejam manter sob controle. A autoprodução de identidade é feita a partir de identificações. Esses grupos “constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-a num leque de ofertas extraordinariamente amplo (Bauman, 2005, p. 44).

Assim, a identidade que estava sendo formada estava em consonância com o projeto burguês. Se prestarmos atenção as palavras de Albuquerque Júnior, (2011), para quem o projeto burguês partia, pelo menos no Nordeste, do grupo de bacharéis filhos dos antigos mandantes da região, os senhores de engenho, iremos notar que nos seus discursos estava se gestando outra identidade em contraposição a antiga, de dono de engenho. Queremos dizer com isso, concordando com Bauman, que esses grupos possuem a liberdade e os meios para produzir suas identidades e as alheias. No outro pólo dessa configuração:

Se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não tem direito de manifestar as suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles mesmos se ressentem, mas não tem permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam (Bauman, 2005, p. 44).

Como não ver na narrativa almeidiana uma produção de identidade para o grupo do qual fazia parte, e para o brejeiro? A do brejeiro, uma identidade imposta, portanto.

Mas na bagaceira estavam também os sertanejos, os que bateram em retirada, que fugiram da seca do Sertão. A representação construída para o sertanejo destoa sensivelmente da representação forjada para o brejeiro. Quais seriam os elementos que diferenciariam sertanejos de brejeiros? Como vimos discutindo até aqui, para o pensamento almeidiano, o meio exerceria um grande papel na formação da virilidade. Sendo assim, o ambiente sertanejo teria fabricado um tipo de homem dotado de uma determinada masculinidade e virilidade.

2. A masculinidade sertaneja

O Estado da Paraíba está dividido em quatro mesorregiões. São elas: Mata paraibana, Agreste, Borborema e Sertão. De acordo com o IBGE, “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”, Mesorregiões são unidades homogêneas a nível maior do que os das Microrregiões, sendo menor, entretanto, do que o estado. Os critérios de divisão do espaço em subunidades são diversos, incluindo ocupação econômica, características climáticas, entre outros.

A ocupação do espaço denominado Sertão, na Paraíba, parece estar ligada ao desenvolvimento da pecuária, tendo em vista encontrarem-se relatos sobre a existência de fazendas entre 1700 e 1800 cujas capelas teriam se transformado nos embriões que originaram vilas e, posteriormente, municípios na região de Pombal, Cajazeiras, Piancó, Santa Luzia, e Monteiro (Moreira, et al, 2003).

O desenvolvimento posterior se deu também através da atividade algodoeira. Moreira, (2003), afirma que entre 1822 e 1889 foi criada uma grande quantidade de novos municípios na atual Mesorregião do Sertão. Esse crescimento esteve ligado ao desenvolvimento da cultura do algodão e resultou na abertura de estradas, na dinamização do comércio, na intensificação do povoamento regional e no surgimento de vilas que se transformaram em cidades e originaram municípios.

O Sertão, porém, foi historicamente associado a imagens múltiplas. Uma representação comum sobre o espaço sertanejo é o que o associa à prática da pecuária, um Sertão pecuarista, portanto. Essa representação constantemente associa-se a um emaranhado de outras imagens. Sertão da seca, Sertão do cangaço, Sertão dos prósperos fazendeiros, Espaço produtor de algodão, são apenas algumas dessas imagens associadas a esse espaço.

“A Bagaceira” aciona múltiplas imagens do Sertão. Nas primeiras páginas do romance, o Sertão representado é o da seca. Essa imagem associa-se às mazelas decorrentes desse fenômeno, como a dos fazendeiros arruinados na época das estiagens prolongadas, a da terra seca que não produz alimento para o gado e nem para as pessoas que, por isso, obriga seus habitantes a fazerem as “retiradas”, fugir para espaços onde possam sobreviver. Essa representação presta-se também a associação do Sertão seco à prática do cangaço. Diante da miséria e da fome decorrentes da seca, o Sertão torna-se um espaço sujeito à atuação de grupos armados que fazem refém uma ampla população sertaneja. Outra representação de Sertão no romance “A Bagaceira”, destoa abissalmente da que foi referida acima. Sertão que ressuscitou após as primeiras chuvas. Essa imagem é a da “mutação improvisada”, “da paisagem que havia morrido só pelo gosto de nascer de novo”, da verdura que chega a ser “um despotismo de cor”, de vegetação viçosa, do gado gordo no curral, dos fazendeiros abastados (Almeida [1928], 1987, p. 97).

À imagem de Sertão próspero ainda associa-se a de um sertanejo viril, montado em seu fogoso cavalo, controlando, a custo, a impetuosidade e indocilidade do animal. Montado sobre o dorso do cavalo, tendo a sua frente, como que saindo

de entre suas pernas, à semelhança de um falo, o potente pescoço, na extremidade do qual encontra-se a cabeça com narinas ofegantes, mostrando não o cansaço mas o vigor, a potência; em suas mãos, o controle desse animal arrogante; o sertanejo é um “centauro”. O sopro do animal “assemelha-se ao vento forte”; o som produzido pelos cascos possui “barulho de terremoto”; o vaqueiro some-se nas vertigens das velocidades fatais, como um vaqueiro voador que leva seu cavalo nas pernas (Almeida, [1928] 2004, p. 127).

A representação do Sertão próspero, com o sertanejo viril, é retomada também no romance “O boqueirão”, publicado em 1935. Eis como o narrador representa este espaço:

Os touros poltrões afogavam-se na caatinga. Cabritos de olhos vivos espiavam de cima dos serrotes. E as ovelhas debandavam, entrançando-se num monte de lã que parecia tecer-se na carreira (Almeida, 1971, p. 91).

Este é um Sertão pecuarista, é certo. Mas também, antes de tudo, Sertão próspero, cheio de vida. Terra que destoa daquela descrita como cenário de violência e desolação, de miséria, de sinônimo de morte.

O Sertão de “O boqueirão” também não é só o pecuarista. É um Sertão cortado por estradas que levam a toda a parte. O sertanejo em “O boqueirão” não está separado, perdido no interior e apartado da “civilização”. Se a seca aparece na narrativa, ocupa espaço reduzido, apenas para desempenhar a função de coadjuvante. Ela está lá apenas para ser renegada. Ela é vencida pelas obras de engenharia que estão sendo realizadas. Na narrativa de “O boqueirão”, o homem vence a seca por meio das “obras contra as secas”, entenda-se a construção de açudes. No Sertão de “O boqueirão”, o personagem Remo sentencia: “não precisamos de chuva, precisamos de água”. Remo estaria pensando no armazenamento de água por meio da construção de açudes. As máquinas possantes do “progresso” imperam na narrativa do romance. A cada página, o avanço do “progresso”. O triunfo do homem sobre o meio.

O romance “Coiteiros”, também publicado em 1935, apresentaria outra imagem do Sertão. Esse sim também enfatizando um espaço castigado pela seca, povoado por cangaceiros e seus aliados (coiteiros) que disseminam a violência num espaço de miséria.

As representações do espaço sertanejo fundamentaram afirmações díspares sobre os homens e mulheres da região durante as primeiras décadas do século vinte. A multiplicidade de imagens sobre os sertanejos e sertanejas procura vincular as características físicas e psíquicas dessas populações às características físicas do espaço. Assim, a hostilidade do meio sertanejo, devido à seca, teria forjado um homem forte, resistente, psicologicamente e moralmente superior. Euclides da Cunha parece ter sido um dos primeiros nessa associação, afirmando que o homem sertanejo teve que enfrentar a vida sob uma ameaça perene, fazendo-se homem quase sem ter sido criança, tendo que enfrentar a existência pela face mais tormentosa (Cunha, [1902] 2003). Essas imagens remetem à noção de virilidade, um tipo de virilidade que, segundo alguns autores, seria característica do sertanejo.

Essas mesmas imagens são com frequência acionadas na obra de José Américo, como iremos procurar mostrar mais adiante. Mas elas permitem também pensar a noção de virilidade sertaneja em conexão com a noção de honra. Para pensarmos a noção de honra sertaneja, procuraremos dialogar com as formulações do pensador francês Michel Foucault.

Entre os gregos, afirma Foucault, o conceito de honra era sempre acompanhado pelo seu oposto, o de vergonha (Foucault, [1984] 2014). Honra era aquilo que provocava elogio, reconhecimento e prestígio social. Era comportar-se dentro de padrões morais estabelecidos e valorizados socialmente – em escala ampla, toda a comunidade, cidade – ou entre grupos restritos do qual se fazia parte. Não ter honra é submergir à temida vergonha, à reprovação social, à exclusão do grupo. Foucault fala que o simples sentimento sobre o afastamento da atitude honrada era o suficiente para fazer com que uma pessoa se sentisse envergonhada. Na Grécia, a honra estava relacionada também àquilo que alguém fazia do seu próprio corpo. Também as atitudes face aos valores estabelecidos. Era o que determinava sua boa ou má reputação.

Sendo a honra pensada em relação com valores, comportamentos e as atitudes face aos valores e comportamentos esperados, ela possui um valor relacional, pois os valores estimulados em dado meio e/ou temporalidade podem não ser os de outros. A honra pode ser medida em relação com a atitude de coragem. Assim, ser honrado é ser corajoso, constituindo a ausência da coragem um comportamento vergonhoso, desonrado. Pode ser pensada em relação com a solidariedade; em relação com o comportamento amoroso, com a fidelidade conjugal

e também associada a determinadas representações de virilidade. Pode ser pensada também em relação com a agressividade. Assim, ser honrado é responder a uma afronta com uma atitude agressiva, é não se deixar maltratar. Pensando a honra nesses termos, podemos então proceder à análise da figura do sertanejo no romance.

Valentin Pedreira é lacônico. Quebra seu laconismo apenas quando sente necessidade. Quando conta suas histórias de aventura, bravura e coragem. Mesmo narrando, fala apenas o necessário. Breves palavras. Frases curtas. Sentenças. As histórias de Valentin unificam, aproximam experiências, conferindo assim a impressão de continuidade identitária. Mais do que intercambiar experiências, (Benjamim, 1994), a narrativa confere sentido à história pessoal, fazendo com que o sujeito se reconheça nos diversos contextos onde é inserido. A autonarrativa é também uma autoprodução. Uma inserção de si no tempo e no espaço.

Na memória, o sertanejo guarda os acontecimentos dramáticos das secas passadas. O sol abrasador, fazendo tremer a vista a quem observa o horizonte. O chão seco, fendido pela ausência prolongada do líquido que fornece a vida. O céu cada vez mais azul, ausentes as nuvens que trazem a esperança de dias melhores. As terras destinadas às roças e aos pastos apresentam apenas paisagens mortas. Os animais esqueléticos, com a resistência esgotada. Ossadas espalhadas pela terra. A narrativa sobre as secas possui sentido para além do sofrimento que ela causa. A seca, antes de tudo, enrijece o organismo, blinda a psique, forja um organismo potente, resistente à dor e ao sofrimento. A resistência resignada inclui a capacidade de não chorar, pois, afirma Valentin, “sertanejo não sabe chorar”.

Não chorar, porque os homens sentem emoções, mas são as mulheres que sabem expressá-las (Thuillier, 2013). De acordo com Thuillier, (2013), um ideal de virilidade latina concebe o choro como sintoma de falta de controle sobre as próprias emoções. Demarca a atitude de um ser fraco, desvirilizado, um homem que não consegue exercer um poder viril sobre si mesmo.

Quando Valentin aciona a memória para narrar sua vida no Sertão, esforça-se para fazer entender que não fraquejou, que resistiu até o último momento e que, mesmo quando abandonara sua terra, a “fuga” do seu Sertão teria sido motivada muito mais pelo desejo de salvar os seus da morte do que pela intenção de conservar a si mesmo. Temos assim uma relação entre meio hostil e organismo forjado por esse meio. Lembramos apenas que essa relação é complexificada com a

introdução do elemento étnico. Como já mencionamos acima e procuraremos aprofundar, para Jose Américo, o sertanejo era essencialmente branco e, em menor proporção, índio.

Em “A Paraíba e seus problemas”, Almeida já afirmava que o sertanejo é “um forte” devido à sua formação menos “heterogena” e ao “caldeamento do meio physico” (Almeida, [1923] 1937). Nesse livro, José Américo questiona Euclides da Cunha, quando este afirma que o sertanejo é um “Hercules Quasímudo”, desgracioso e feio. O sertanejo, para Almeida, seria um “excellente exemplar da raça”. Nesse ponto, Almeida aciona a fala de “um dos filhos da região” sertaneja, Coriolano de Medeiros, segundo o qual no Sertão predominaria um “typo” branco ou um intermediário entre o branco e o índio, um belo tipo de indivíduos morenos de olhos verdes (Almeida, [1923] 1937).

Dos índios, os sertanejos teriam herdado também a resistência à hostilidade do meio. José Américo cita trechos de relatos de Elias Herckman, os quais afirmam que os Tapuyas são robustos e de grande estatura, com ossos grossos e fortes, o que resultaria na formação de homens fortes e resistentes. Tais características se revelariam ainda na infância, onde as crianças, segundo o relato de Herckman citado por Almeida, começariam a andar com apenas nove ou dez semanas de vida. Esses homens, tal como está impresso no relato de Herckman e reproduzido por José Américo, em situação de fartura comeriam por cinco homens, mas em caso de escassez seriam capazes de suportar quatro ou cinco dias sem comer. Para Almeida, “Foi essa resistencia que plasmou o martyr das seccas” (Almeida, [1923] 1937, p. 215). Resistência herdada de uma etnia, a indígena.

Podemos perceber a idéia de que o flagelo da seca havia forjado uma raça forte no Sertão na citação a seguir:

À força destruidora do flagelo, em suas invasões paralelas, através dos séculos, não tinha sido oposta senão a resistência da raça blindada por um longo sofrimento para todas as reservas do instinto de conservação (Almeida, [1923] 1980, p. 161).

Valentin teria, desta forma, sido forjado pelo “meio hostil”, tendo se tornado um ser resistente, forte, viril. Essa virilidade, traduzida em resistência à dor, fabricou ainda um ser paternal, figura masculina, destemida, capaz de proteger, por isso, seres impotentes, frágeis, incapazes de vencer sozinhos as adversidades do “meio”.

Referindo um ataque brutal do fenômeno da seca e ressaltando a sua resistência “viril”, Valentin afirma que: “- Fiquei na estica. Mas, com a vontade de Deus, não pedi nem roubei. Todo o meu pessoal na cacunda e até dei conta de gente que era mesmo que ser minha” (Almeida, 2004, p. 25). Há no trecho citado também a ideia recorrente de solidariedade. Essa noção pode estar figurando na narrativa em referência a uma percepção de que o Estado estaria completamente ausente no interior. Sendo assim, o único remédio seria uma moral em que a solidariedade protagonizasse as relações sociais. O ensaio “A Paraíba e seus problemas resalta bem a noção de que no interior do Nordeste as populações estariam entregues a própria sorte. Havia ausência de recursos para minimizar os efeitos da seca, surgindo daí uma generalizada criminalidade. O combate aos crimes, por sua vez, ficava por conta da resistência viril dos poucos homens que atuavam em nome do Estado. Desprovidos de recursos, esses homens só tinham ao seu dispor sua coragem e valentia.³⁰

Retomando o conceito de solidariedade, notamos que esta possui outras funções na narrativa. Ser solidário é ser corajoso. O valor da solidariedade é medido pelo quanto um sujeito está disposto a sacrificar-se para ajudar o outro. O solidário é o sujeito que despreza, muitas vezes, a própria vida para ajudar o necessitado, que põe seu vigor físico à disposição do mais fraco ou o do mais velho. A cena que narra Valentin Pedreira e Pirunga trabalhando no canavial sugere bem a associação citada acima.

Eis os sertanejos Valentin Pedreira e Pirunga na roça juntos aos demais trabalhadores. Valentin, idoso, mas também enfraquecido em virtude dos sofrimentos ocasionados pela seca, demonstra menos vigor na “limpa do mato” do canavial. Os trabalhadores eram estimulados a iniciarem ao mesmo tempo e terminarem primeiro ou, pelo menos, por igual. Uma ideia de competição, portanto, onde os homens se mostrariam mais viris e fortes se vencessem o “oponente”.

³⁰ No tocante as “crises” da década de vinte, afirma-se que estas havia posto em lados opostos as oligarquias estaduais. Uma dessas crises ocorreu no governo Epitácio Pessoa (1919-1923). Diz respeito à queda das exportações do café. Para salvar os cafeicultores do prejuízo, o governo lançou mão de práticas que fizeram setores nordestinos se sentirem preteridos, levando esses grupos a formularem acusações de que o governo havia abandonado programas importantes de combate à seca para ajudar as oligarquias cafeeiras. Descontentes, setores oligarcas do Nordeste aderiram a novos arranjos sob a liderança das novas gerações. A nova geração, assumindo o controle, lançava-se assim em um projeto de modernização e combate aos vícios do velho sistema político. Os jovens passaram assim a representar-se como praticantes de uma nova política, a solução para problemas seculares.

Percebendo que seu padrinho não iria acompanhar os demais, Pirunga procura deixar sempre a “carreira mindinha”, aquela que acaba antes das outras, para Valentin. Com isso, Pirunga estaria livrando Valentin da “vergonha de chegar por último”, de mostra-se menos vigoroso, o que ocasionaria afrontas da parte do feitor Manuel Broca e dos demais trabalhadores.

Pirunga, para ser solidário a Valentin Pedreira, mesmo também estando alquebrado pelo martírio que lhe acometera, dispõe-se a trabalhar “ainda” mais para não ver um sertanejo ser desonrado. A honra está tanto no sacrifício pessoal – trabalhar mais para praticar a solidariedade – quanto em não deixar que alguém do seu grupo seja humilhado pela ausência da atitude solidária.

Essa representação do sertanejo cruza-se com a representação construída no ensaio “A Paraíba e seus problemas”. José Américo chega mesmo a afirmar que o sertanejo se distinguiria dos demais habitantes do estado da Paraíba pelo apreço devotado à solidariedade.

E' a solidariedade, única em toda a população do Estado, que se manifesta nos auxílios recíprocos da criação e da lavoura. Não ha vaqueiro capaz de deixar no campo sem cura ou sem aviso a rez do seu vizinho atacada de qualquer mal ou de se negar á solicitação de um favor, como seja o ajuntamento de uma boiada (Almeida, [1923 1937, p. 228).

A solidariedade envolve a coragem. Quem é solidário deve estar disposto a colocar sua força, seu vigor, sua juventude, seu bem estar, a serviço dos necessitados. Daqueles que não tem mais força para reparar uma afronta sofrida. Quem não demonstrar mais capacidade para defender sua honra, com sangue, se preciso for, deve contar sempre com alguém disposto ao sacrifício pessoal em nome desse valor. Isso faz da solidariedade o fator de virilidade.

A solidariedade deve ser posta a serviço da defesa da honra. Estimulado por Lúcio a falar sobre a origem de uma cicatriz presente em seu rosto, Valentin relata o episódio “heróico” que deixou a marca em sua face. Percebendo que sua filha era desejada pelos homens do engenho, Valentin sente-se estimulado a contar a história com o objetivo de ameaçar. Empenhava-se em evocar a tragédia para reconstituir seu passado sanguinário afim de amedrontar os maus instintos que lhe rondavam o lar provisório (Almeida, 2004), contar história de valentia, de bravura, de assassinato servia de advertência.

Um amigo seu, chamado Quincão, companheiro de aventuras que incluíam conflitos violentos, havia “desonrado uma moça donzela”, a despeito do alerta que Valentim lhe fizera: “companheiro, você pode se esp’ritar conta sempre comigo; mas, não bula com moça donzela, senão encontra toco”. (Almeida, 2004, p. 387).

Ao saber que Quincão havia negligenciado seu aviso/ameaça, tendo conhecimento também que a idade do pai da moça não permitia que este arquitetasse uma vingança, Valentin decide resolver a situação. Inquiriu o idoso acerca do ocorrido, questionando por que ele, o idoso, não se vingara. O pai da moça falou que queria apenas morrer. Mas Valentin ofereceu outra alternativa: ao invés de morrer, por que não matar quem havia causado aquela vergonha. Saiu da presença do idoso garantindo que Quincão casaria com a mulher que havia “desonrado”. Era isso ou a morte do amigo. Valentim Pedreira era “novo e doido por uma estripulia”, querendo isso dizer que estava em jogo uma certa noção de virilidade ligada à juventude. Intimou o amigo a casar-se com a moça que havia “desonrado”. Negando-se a unir-se matrimonialmente à mulher, Quincão contrai a inimizade de Valentim, provocando um confronto físico entre ambos do qual resulta a morte de Quincão. Sem armas, usando apenas as mãos, Valentin leva o outrora amigo a óbito.

Arnaud Baubérot (2013) afirma que “Não se nasce viril, torna-se viril”. No Ocidente entre guerras, a exaltação da energia e da vitalidade, bem como da vida comunitária e ao ar livre faz emergir um novo estereótipo de virilidade. O estereótipo do pai de família, cidadão responsável abre espaço para “o vigor físico e moral do jovem rapaz, cultivado por uma vida aventureira em contato com a natureza” (Baubérot, 2013, p. 199). Em um sistema permeado pela violência física, força, músculos e potência constituem-se valores maiores. Ser homem é, antes de tudo, ser forte, possuir mãos e braços potentes, verdadeiras armas (Kalifa, 2013). O vigor físico de Valentin é sugerido na luta que ele tem com seu oponente. Ele não usou armas para levá-lo seu oponente à morte.³¹

³¹ Temos nesse episódio também a referência aos chamados crimes de honra. Em “A Paraíba e seus problemas” Almeida afirma que estes eram os crimes mais frequentes no Sertão. Não devemos, contudo, ser levados a acreditar que tais crimes só existiam no Sertão. Os crimes sexuais, que incluíam a desvirginização de mulheres, ganhavam amplo espaço no pensamento jurídico brasileiro, estando presente no código penal de 1890 e vigorando durante os cinquenta anos seguintes (Caulfield, 2000). No Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, a eventual perda da virgindade era reparada através do casamento. Apesar de ocorrerem muitos crimes relacionados à perda da virgindade, afirma Caulfield que as mulheres pobres com mais frequência procuravam as autoridades

O episódio envolvendo o assassinato de Quincão ainda deixa entrever a noção de solidariedade sertaneja, dessa vez dispensada a um homem velho e incapaz, que havia sido “desonrado” pela perda da virgindade da filha. A cena mostra também a noção de honra feminina. A pureza da mulher estava, portanto, no hímem, na membrana que era tida não só nos códigos morais não oficiais como também pelo código jurídico como a fronteira entre a honra e a desonra (Caulfield, 2000).

Outra cena com crime de honra sexual envolve o senhor de engenho e Soledade. Ao saber que Soledade havia perdido a virgindade/honra, Valentin começa a arquitetar sua vingança. Acreditando ser o feitor o autor do mal feito, movido pelo ódio e sentimento de vingança pela honra ofendida, Valentin dispara contra o feitor levando-o ao óbito.

Após descobrir o autor do assassinato, Dagoberto ordena sua prisão. A cena torna-se mais um pretexto para a exposição do tipo de masculinidade e virilidade sertaneja tal como o romance o representa. Cercado “Qual onça acuada por uma matilha de gozos”, o “criminoso detinha com uma imobilidade faiscante a cabroeira poltrona”, “para mais de vinte sujeitos que o cercava, à distância, com enxadas erguidas” (Almeida, [1928] 2004, p. 102). Atente-se para a descaracterização do brejeiro. A comparação com cães, o número dos que cercava Valentin e não conseguiam agarrá-lo, sugerindo-se, desta forma, a covardia dos brejeiros. Valentin, fazendo “frente a vinte, trinta, e quantos mais aparecessem” representaria a valentia do homem sertanejo, um ideal de virilidade fundamentado na violência.

A motivação do assassinato, a “desvirginização” de Soledade, insere a narrativa num tipo de moral que remonta ao século dezenove, segundo a qual “a honra feminina permanece limitada à pureza sexual cujo pudor é a principal manifestação e cuja perda coloca em perigo o capital de honra da família” (Guillet, 2013, p. 110). De acordo com Guillet, (2010), aos homens cabe a responsabilidade de proteger o capital feminino, devendo salvaguardar a honra da esposa, da filha ou de quem estiver sob sua tutela e seja incapaz de defender-se por si. O investimento nesse ideal de honra feminina torna-se pretexto para o exercício de um tipo de masculinidade perpassado por uma virilidade violenta.

políciais. No Sertão, tais crimes eram reparados com o casamento e, na negativa do homem, um assassinato.

Percebemos que há na narrativa almeidiana uma grande preocupação com questões de honra quando esta diz respeito à sexualidade. Valentin Pedreira era viúvo e, na narrativa, ele não volta a casar-se. Sua virilidade não inclui uma sexualidade. Ele é apenas pai. Há, na representação de Valentin, uma grande simpatia por parte do narrador. Dagoberto passa 18 anos na condição de viúvo. Quando decide relacionar-se novamente, a narrativa descaracteriza a nova união. Lúcio fogia das constantes investidas de Soledade. Parece haver uma preocupação em relação a esses pormenores. Algo como a exaltação da prática monogâmica refletida em um comportamento voltado para a valorização do casamento realizado uma única vez, para toda a vida. No caso de Lúcio, percebemos que nesse personagem é valorizada uma atitude casta.

Corbin, (2013), afirma ser a virilidade marcada por uma tradição imemorable. Virilidade possui equivalência na virtude, no cumprimento. Originário do termo “virilitas”, (Corbin, 2013), a virilidade romana permanece um modelo no Ocidente com suas qualidades claramente expressas, onde os atributos sexuais do “marido ativo”, “poderosamente constituído”, “procriador”, ponderado, vigoroso e contido, corajoso, figuram como o ideal a ser alcançado. A virilidade é sempre um ideal a ser atingido. Daí o porquê de as representações fundamentarem-se muito mais na imaginação do que na descrição real dos modelos de virilidade.

As qualidades viris, repetimos, ideais, devem ser entrecruzadas. Homens viris devem possuir virtudes sexuais, mais também psicológicas. Força física ao lado da força moral. Vigor físico, mais também “autocontrole”. Um desses elementos pode ser mais ressaltado do que outro, dependendo do modelo que se deseja fabricar em dado espaço/tempo. Assim, virilidade pode estar relacionada com uma força física descomunal. Mais também se pode ressaltar o autocontrole como sendo um elemento viril por excelência. A virilidade pode ainda estar associada à castidade.

Sobre a “virilidade desvinculada da sexualidade”, Thuillier afirma que os textos romanos sobre as tribos germânicas relatavam com freqüência uma moral germânica fundamentada no ideal de castidade como virtude (Thuillier, 2013). Repudiava-se, punindo-se com leis severas, a violência, a transgressão sexual, os raptos, os adultérios e as violações. Isso porque o pacto conjugal constituía-se como a base da paz entre famílias rivais, sendo assim proscrita toda e qualquer atitude de violação às leis do matrimônio.

Retomando o tema da vingança, percebemos que este se presta a outras associações ligadas a ideais de virilidade. Em “Coiteiros”, obra publicada em 1935, esse tema aparece relacionado à moral dos enfrentamentos pessoais. O enredo envolve uma invasão de terra, um assassinato, uma promessa de vingança e um grupo de cangaceiros capitaneados por Sexta-feira.

A história começa com uma cena em que um grupo de cangaceiros está na residência do fazendeiro Villarim. Na conversa, o líder do bando intimida o dono da casa, lançando mão de um “punhal enferrujado com sangue humano” e riscando a mesa. Villarim, mostrando-se humilde, pede para que o líder do bando não moleste seu futuro genro, Roberto dos Anjos. Irritado, Sexta-feira diz que Roberto não lhe escaparia, que uma vez encontrando, o mataria. A conversa prossegue com uma negociação. O fazendeiro oferece proteção ao cangaceiro e, em troca, o cangaceiro não molestaria pessoas de sua família. O cangaceiro aceita a proposta. Temos assim o tema do “coiteiro” no romance citado.

Coiteiro origina-se da palavra coito, relação sexual. O coito, relação sexual, tem o potencial de originar outro ser, pode fazer procriar, reproduzir. No Sertão, o termo “coiteiro” designa alguém que oferece proteção ao cangaceiro. Em tempos de perseguição, o “coiteiro” é aquele que “acoita”, oferece abrigo ao cangaceiro em sua residência ou fazenda, oferece-lhe proteção, informações sobre o movimento da polícia, comida, bebida, vestuário, armas, munição.

O personagem Sexta-Feira afirma que os coiteiros são aqueles que: “No geral protegem. Uns por medo; outros por interesse. Uns por vingança; outros por dinheiro. Fora à parte, os políticos” (Almeida, 1935, p. 70). O “coiteiro” faz, portanto, o cangaço reproduzir-se, procriar, ele alimenta o cangaço. Sexta-feira possui a profunda consciência dessa assertiva, quando fala que: “No mato, só, a gente [cangaceiros] não podia viver (Almeida, 1935 p. 70). A mãe de Roberto dos Anjos também expressa a mesma opinião. Eis a fala da personagem:

- Gente para fazer mal há em toda parte; mas no sertão há gente capaz de acoitar bandido em sua casa. O governo não tem coragem de entrar de fazenda em fazenda. Prenda os protetores que são os verdadeiros bandidos (Almeida, 1935, p.100)

A cena envolve três personagens: cangaceiro, político e coiteiro/fazendeiro. A narrativa almeidiana sugere uma ordem para essa tríade: político, coiteiro, cangaceiro. Cada qual com sua contribuição para a existência do cangaço.

Sexta-feira entrou para o cangaço após matar o pai de Roberto dos Anjos, fazendeiro da região. A origem do conflito envolve a invasão de terra por parte do fazendeiro às terras do pai de Sexta-Feira. Eis a fala de Sexta-Feira sobre o episódio:

De vez em quando, a boiada arrombava a cerca. Não arrombava, que parece que estou vendo a porteira aberta por ganância e ruindade. Sem mais, nem menos. Era conselho de todo mundo: vá dar parte ao homem. Eu ia. E a senhora se importava? Assim era ele. Ainda por cima mandava endireitar a cerca. Lá vinha a boiada outra vez, arrasando tudo, comendo até as raízes... – Só havia uma defesa do pobre contra o rico: o crime (Almeida, 1935 p. 55).

Dar parte significa reclamar seus direitos por meio de diálogo amistoso. Sexta-Feira afirma que o fazendeiro não dava ouvidos, que não levava em consideração os reclames do ofendido. Temos então, adiante, a tese de Sexta-Feira segundo a qual não havia possibilidade de solucionar o impasse senão por meio da violência³². O personagem expressa, assim, o entendimento de que a justiça solucionaria o conflito de forma injusta para o pobre ofendido. Desta forma, não tendo a quem reclamar, a solução possível era o homicídio. Uma vez praticado o crime, a única solução era o ingresso no cangaço. Isso ou a cadeia. O assassinato do fazendeiro invasor é apresentado como a única alternativa possível contra o agravo cometido pelo fazendeiro. Uma denúncia da ausência do poder público na região do Sertão.

Não tendo a quem recorrer para mediar o conflito – ausência do Estado, o que leva à moral dos enfrentamentos pessoais – o filho mais velho resolve dar cabo da vida do invasor. O ocorrido se deu em uma sexta feira, daí o nome do chefe do grupo de cangaceiros. Temos nesse episódio dois temas: latifundiário, protegido por todo um aparato jurídico, e o pequeno proprietário, vivendo sob ameaça constante dos grandes latifundiários.

Morto o fazendeiro invasor, pai de Roberto dos Anjos, este toma para si a responsabilidade de matar o algoz de seu pai. Configura-se, desta forma, o tema da

³² O pesquisador da obra de Bernardo Guimarães, Matheus da Cruz e Zica, identifica em relatos de viajantes do século XIX pelo Brasil uma referência ao que foi denominada a “lei da faca”. Relatos de assassinatos praticados à luz do dia no Rio de Janeiro sem que houvesse punição, de pessoas que testemunhavam episódios em que homens, pobres e ricos, portavam armas sem serem importunados pelas autoridades em Minas Gerais, sugerem que os crimes de honra, de vingança não eram práticas localizadas apenas no Nordeste, estavam difusas em todo o território nacional. No século XX, temos um indício de que essa prática ainda era comum no Brasil na obra “Em defesa da honra”, de Sueann Caulfield. Pesquisando o Rio de Janeiro de 1918 a 1940, a autora identifica a prática comum dos chamados crimes sexuais.

vingança no Sertão. São os “crimes de honra”, os crimes em que se “lava a honra” ofendida com sangue”, os crimes em que se convocam membros da família, os homens, para mostrar que são homens autênticos, que são machos de verdade. Não era mera questão individual, a sociedade cobrava uma atitude por parte do ofendido. Eis a fala de Roberto dos Anjos:

- Meu pai não pede, mas o mundo pede por ele. Quando me perguntam quem matou meu pai e eu digo o nome de um homem que ainda vive, sinto a vergonha de não ser bom filho. A sociedade não perdoa a quem perdoa um crime assim (Almeida, 1935, p. 31).

Dorita, filha de Villarim e noiva de Roberto dos Anjos, diz que a vingança iria apenas acarretar em outro crime. Ela tenta convencer Roberto a desistir da vingança contra Sexta-Feira. Roberto responde que a sociedade condena o crime, mas escarnece da covardia. Temos assim dois conceitos: vergonha e covardia; vergonha da covardia. Ser covarde é desistir da vingança, é não limpar a honra com sangue, é deixar viver quem matou membro da família. A covardia é vergonhosa e a sociedade (sertaneja) não respeita quem é covarde.

Afirmamos acima que a moral dos enfrentamentos pessoais está ligada à ausência do Estado na intermediação das relações entre os indivíduos. Também. Está em jogo, contudo, uma certa noção de virilidade ligada ao paternalismo e à defesa da dignidade pessoal, o que implica na capacidade de defender e manter a posição sobre a qual repousa a própria estima e a estima do grupo, que concebe a honra como sendo a aptidão de proteger todos aqueles que do homem dependem, sejam idosos, mulheres, filhos e de todos os que são incapazes de se defender sozinhos (Guillet, 2013).

Ser homem é livrar-se da vergonha. Nesse momento estamos pensando no sentimento que levou Valentin a assassinar o feitor Manuel Broca. A narrativa sugere que seu maior desejo era retornar ao Sertão. Mas o personagem sacrifica seu sonho para concretizar a vingança, eliminando o feitor Manuel Broca por ter desvirginado Soledade. Valentin sabia que o crime poderia impedir seu retorno ao Sertão, condená-lo a terminar seus dias de vida no degredo, o que, para ele era insuportável. Mas ele não poderia conviver com a “vergonha” de não ter sido capaz de vingar a “honra” ofendida. Para Valentin era mais honrosa a prisão pelo crime do que o retorno ao seu Sertão.

A honra é “poesia do dever”, conforme nos afirma Guillet, (2013), com base em Vigny. É uma “virtude cardeal, a essência da virilidade” (Guillet, 2013). Esse ideal de honra apela para o sentimento do dever de vingança contra uma afronta. A recusa de adotar uma atitude “honrada”, isto é, violenta, faz o homem cair na suspeita de frouxidão, a ver sua qualidade de homem viril ser negada socialmente (Guillet, 2013).

O ideal de honra concretizado na vingança inclui a capacidade de materializar a palavra empenhada. Palavra que equivale a uma promessa, aproxima-se de uma sentença. Só uma vontade potente e obstinada, viril, é capaz de cumpri-la. Uma vontade capaz de intervir nos eventos do mundo do sublunar e fazer com que o dito se transforme no feito, mesmo contra todas as potências, contra todas as resistências.

Citando Georg Simmel, Guillet, (2013), procurando mostrar o quanto o ideal de honra citado acima incide no comportamento masculino, afirma que se “a religião quer levar o indivíduo a fazer de sua salvação seu dever, o ideal de honra é o de conduzir o homem a fazer de seu dever a sua salvação pessoal” (Guillet, 2013, p. 103). Não “honrar a palavra”, deixando de concretizar a vingança, é incorrer “na morte social”, é deixar de usufruir da consideração, do respeito e da admiração do grupo no qual o indivíduo está inserido. Um pai assassinado não vingado, uma filha “desvirginada” sem que o autor do “mal-feito” seja exemplarmente castigado, lança o homem na lama, na desonra.

Contudo, as masculinidades e virilidades, como já foi falado, são ideais a serem atingidos. Ideais baseados na crença da existência de “super-homens” com os quais os homens reais tem que se assemelharem (Zica, 2015). Do masculino que aprende – ainda criança – que a única coisa que importa é o sucesso; que aprendem a sexualizar os sentimentos, confundindo-os com desejo e potência sexual (Zica, 2015). Sem dúvida, essas representações sobre masculinidades e virilidades tornaram-se fonte de ansiedade, angústia e medo.

Os ideais de masculinidade e virilidade ainda se transformaram em fontes perenes de ódio, combustíveis para a agressão física, para crimes privados muitas vezes em esfera familiar, para justificativa de atrocidades, pretextos para os encontros pessoais, lenitivos psicológicos para justificar a eliminação física e/ou simbólica do outro (Gay, 1988-1995).

Conclusão

O recorte temporal estudado nessa dissertação, 1928 com recuos ao início da década de 1920 e avanços para a de 1930, foi marcado por profundas discussões em torno da modernização política, econômica e artístico/literária. No campo político, temos a Revolução de 1930 que colocou Getúlio Vargas no poder. Na Paraíba configurava-se, desde o início da década de 1920 conflitos de poder no qual José Américo estava pessoalmente e partidariamente envolvido. Em 1928, ano da publicação do romance “A Bagaceira”, o escritor já participava da administração do então Presidente da Paraíba, João Pessoa, governo que elegeu como tarefa “eliminar velhas práticas políticas oligárquicas”. No campo artístico/literário, o início da década de 1920 foi marcado pela divulgação dos ideais de renovação no campo das artes, cuja manifestação máxima teria sido a Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo em 1922.

A década de 1920 também foi marcada pela retomada de ideais que preconizavam um pensamento ligado a um espaço reduzido em relação ao todo nacional. Era o Movimento Regionalista. Este defendia que o espaço reduzido face ao todo, uma Região, possuiria uma história particular, uma sensibilidade, uma forma de ser regionais, sendo por isso necessário a produção de uma arte, literatura, uma estética voltadas para dizer “Regional”. Esse entendimento chocou-se com os ideais Modernistas, pois os últimos buscavam um pensamento e uma arte que pensasse o Brasil como um todo, um espaço não fragmentado.

O período em estudo também viu insurgir-se, atrelado à ideia Modernista e Regionalista de entender o Brasil, decifrar/construir sua identidade, um conjunto de discursos que procuravam pensar o quadro étnico, a miscigenação brasileira em sua relação com o progresso. Muitos desses discursos, partindo da constatação de que o Brasil era um país miscigenado, percebiam a “mistura étnica como negativa, como fator limitante para que o país alcançasse o desenvolvimento. Consideramos e procuramos mostrar que José Américo participou intensamente desses debates intelectuais e políticos e, mais que isso, defendeu explícita e/ou implicitamente os ideais preconizados por uma ou outra corrente política, econômica e/ou artístico/literária. Sendo assim, as representações construídas nas obras almeidiana precisam ser inseridas no contexto no qual foram produzidas.

Trouxemos para essa dissertação alguns discursos que ora inserem José Américo no quadro do Modernismo, ora o percebem dentro dos ideais preconizados pelo pensamento Regionalista. Concluimos que o autor de “A Bagaceira” não se sentia confortável quando posto no quadro dessa última corrente de ideias. Nesse sentido, nossa posição aproxima-se da posição de José Américo. Elencamos elementos que o vinculam muito mais a uma sensibilidade Modernista, com suas preocupações “universalistas”, do que ao Regionalismo com sua defesa do ideal voltado para dizer o Regional. Afirmamos que um elemento diferenciador entre uma corrente e outra foi a atitude em relação ao passado. Modernistas, quase sempre com uma visão depreciativa do passado, Regionalismo, pelo menos uma vertente, a “passadista”, preconizando o ideal de glorificação do passado.

Contudo, percebemos limites no desejo de modernização propalado por José Américo, procurando elencar elementos que o aproximam da tradição. No que diz respeito à masculinidade, percebemos que o escritor questionou o modelo de masculinidade e de virilidade do senhor de engenho, sugeridos pela narrativa como tradicionais. Também pôs em questão a masculinidade e virilidade dos trabalhadores da bagaceira. Exaltou o tipo de virilidade sertaneja atribuindo sentido positivo à noção de honra, manifestada em atitudes de solidariedade, comprometimento com a palavra empenhada, e de vingança contra homens que subtraia a “honra” feminina, entendida esta, no imaginário sertanejo, segunda a narrativa, como perda da virgindade. A representação da masculinidade sertaneja pelo viés da exaltação dos valores mencionados, constitui ainda um elemento de tradição em José Américo. No tocante à Modernização, o escritor elegeu o tipo de virilidade bacharelesca, representada por Lúcio como sendo o tipo de masculinidade moderna, investida de valores e de potencial para superar o atraso do Brasil. Porém, Lúcio é representado como defensor do latifúndio. Nesse ponto encontra-se uma ambiguidade no pensamento de Almeida, pois, em última instância, representa o predomínio do homem branco sobre o homem de cor. A posse do latifúndio também representa a incorporação de determinados valores viris ligados ao campo. José Américo também não questionou a hierarquia de gênero, representando como “natural” a dominação masculina sobre a mulher, já que na relação de Lúcio com sua esposa, todo o protagonismo é encerrado no homem.

Pusemos em questão, sobretudo, o argumento desqualificador da masculinidade brejeira. Para nós, o argumento da narrativa de “A Bagaceira”

privilegia a noção de hierarquia racial, a superioridade do elemento étnico branco sobre a população de cor. A narrativa de “A Bagaceira” sugere que os trabalhadores do engenho eram pouco viris, covardes, passivos, devido a uma suposta “herança escravista”. Uma relação entre etnia e virilidade, portanto. Consideramos, inclusive, que este constitui um ponto fértil de pesquisa que deva ser desenvolvida em trabalhos posteriores.

Desta forma, procuramos mostrar o lugar de José Américo em meio aos debates políticos e literários, bem como sua defesa do ideal de virilidade bacharelesca no romance “A Bagaceira” através da conservação de elementos da tradição relacionados à privilégios elitistas de gênero e de etnia.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaço e identidade regional*. Recife, Bagaço, 2008.

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

_____. *A invenção do falô: uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2 ed. São Paulo, Intermeios, 2013.

ALMEIDA, José Américo de. *A Bagaceira* 37 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004.

_____. *A Bagaceira*. 23 ed. Com ilustrações de Poty e trabalhos de Alceu Amoroso Lima [ET al]. Rio de Janeiro, José Olympio; João Pessoa, Secretaria de Educação do Governo do Estado da Paraíba, 1987.

_____. *A Bagaceira*. 11 ed. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1972.

_____. *Eu e Eles – A União*, 3 ed. João Pessoa, 1994.

_____. *Sem me rir, sem chorar*. Fundação Casa de José Américo, João Pessoa, 1984.

_____. *O ciclo revolucionário do Ministério da Viação*, 2 ed. Fundação Casa de José Américo, coleção mossoroense, vol. CLXXVIII, 1982.

_____. *A Paraíba e seus problemas*. 3 ed. João Pessoa, Paraíba, 1980.

_____. *A Paraíba e seus problemas*. 2 ed. Edições Globo, 1937.

_____. *Coiteiros*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. *O boqueirão*. Rio de Janeiro, INL. Editora Leitura, 1971.

_____. Como me tornei um escritor brasileiro In: Revista de Antropofagia, ano 1, número 6, São Paulo, outubro de 1928. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2014/02/andrade-oswald-de-revista-de-antropofagia.pdf>

_____. *Homem de letras*. In: Revista O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 29 de junho, 1957, edição 37.

ALMEIDA, Zélia. *Bem-Estar e riqueza no Brejo de Areia*. João Pessoa, Ideia, 2010.

ANDRADE, Manoel Corrêa de. *A terra e o homem no nordeste: uma contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. Edição atual. rev. Ampl. 7 ed. Cortês Editora, São Paulo, 2005.

_____. *Uma visão autêntica do Nordeste*. In: FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7 ed. Ver. São Paulo, Global, 2004.

ARAUJO, Eronildes Câmara de. *“Fazer de algumas passagens, quadros e quem sabe um dia, você possa Assinar”*: homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor – Campina Grande, 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)

ARAÚJO, Emanuel. *A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia*. IN: *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2013.

BAUBÉROT, Arnaud. *Não se nasce viril, torna-se viril*. In: COBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade; a virilidade em crise?* Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

ASSIS, Guaracy Medeiros. *“A Paraíba pequenina e doida”*: José Américo e a revolução de 30 – Recife, PE, 2007. (Dissertação de mestrado).

ATHAYDE, Tristão de. *Uma revelação*. In: ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 11 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p. 39-45.

BENJAMIN, Walter. *O narrador* In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade: entrevista concedida a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

BIBAUD, Eric. Depressão adolescente e tempo vivido: uma abordagem do tédio. *Estilos clin.* Vol. 6, nº 11, São Paulo, 2001. Disponível em: [HTTP://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141571282001000200010&script=sciartt_ext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141571282001000200010&script=sciartt_ext). Acesso em: 19-08-2015.

BOSI, Alfredo. *As letras na primeira República*. In: *O Brasil republicano tomo III: sociedade e instituições*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 295-319.

_____. *José Américo de Almeida*. In: *História concisa da literatura brasileira*. 43 ed. São Paulo, Cultrix, 2006. Pgs. 395-396.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. Páginas 25-57.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 1ª ed. Rio de Janeiro, BestBolso, 2014.

_____. *A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região* in: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, Lisboa: Difel, 1989.

BRANDÃO, Nilvanda Dantas. *Trajétoria intelectual de José Américo: contribuições para o pensamento social brasileiro*. João Pessoa, 2012. (Tese de doutorado).

BURITI, Iranilson Oliveira. *Gritos de vida e morte: a construção da ideia de decadência do patriarcado rural nos discursos da Primeira República*. Recife, UFPE, 1997. (Dissertação de Mestrado).

CABRAL, Nelson Lustoza. *Introdução bibliográfica*. In: ALMEIDA, José Américo de. *Reflexões de uma cabra*. Rio de Janeiro, INL Editora Leitura, 1971.

CAULFIELD, Seann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, Centro de pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CALL, Gilberto. *A nova face do movimento*. Revista de História da Biblioteca Nacional, RJ, ano 6n 61, outubro 2010.

CALVINO, Ítalo. *Assunto encerrado: discursos sobre literatura e sociedade*. Tradução Roberta Barni. 1 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

_____. *O mundo escrito e o mundo não escrito: artigos conferências e entrevistas*. Tradução Maurício Santana Dias. Companhia das letras, 1 ed. São Paulo 2015.

CALMON, Pedro. *História social do Brasil: espírito da sociedade imperial*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

CASTRO, Ângela Bezerra de. *Releitura de A bagaceira: uma aprendizagem de desaprender*. João Pessoa, Secretaria de Estado da Educação e Cultura, Conselho Estadual de Cultura, gráfica JB, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica* p. 65-76 In: *A escrita da história*, 2 ed. Rio de Janeiro, Forence Universitária, 2007.

_____. *A invenção do cotidiano: vol. 1 Artes de fazer*, 16 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. *Do livro à leitura* IN: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. 5 ed. São Paulo, Estação Liberdade, 2011.

CORBIN, Alain. *A virilidade reconsiderada sob o prisma do naturalismo*. IN: *A história da virilidade. O triunfo da virilidade*. Vol. 2. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

_____. *A necessária manifestação da energia sexual*. IN: *A história da virilidade*. O triunfo da virilidade. Vol. 2. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

_____. *A obrigação da virilidade, fonte de ansiedade e angústia*. IN: *A história da virilidade*. O triunfo da virilidade. Vol. 2. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

COUTINHO, Afrânio. *A explosão modernista*. In: *A literatura no Brasil*. 7 ed. Ver. e atual. São Paulo, Global, 2004. Pg. 278.

COUTINHO, Fernanda. *A Bagaceira*: um mundo visto de dentro. In: *Jornal O Momento*. Paraíba, 24 de maio de 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Alceu Amoroso Lima*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores)

D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa* IN: *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2013.

JABLONKA, Ivan. *A infância ou a "viagem rumo a virilidade"*. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade; a virilidade em crise?* Vol. 2. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. IN: *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2013.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009.

FAORO, Raymundo, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12. ed. Editora Globo, São Paulo, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito* - 2 ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *A ordem do discurso*. 14 ed. Edições Loyola, São Paulo, SP, 2006.

_____. *Os intelectuais e o poder*. IN: *Microfísica do poder*. 2 ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

_____. *História de sexualidade: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. 2 ed. São Paulo, Paz e terra, 2015.

_____. *História de sexualidade: o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2 ed. São Paulo, Paz e terra, 2015.

_____. *História de sexualidade: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, revisão técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 1 ed. São Paulo, Paz e terra, 2014.

_____. *História de sexualidade: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, revisão técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 1 ed. São Paulo, Paz e terra, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7 ed. Ver. São Paulo, Global, 2004.

_____. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. Ver. São Paulo, Global, 2006.

_____. *Sobrados e Mucambos: introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil* 11 ed. Rio de Janeiro, Record, 2000.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. São Paulo, Companhia das letras, 1988-1995.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Editora Unesc, 1991.

_____. *Modernidade e Identidade*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

GONDIM, Antônio Washington de Almeida. *Entre Canaviais, Assustados e Virtuosos*. IN: ALMEIDA, Zélia. *Bem-Estar e riqueza no Brejo de Areia*. João Pessoa, Ideia, 2010.

GOULEMOT, Jean Marie. *Da leitura como produção de sentidos* IN: CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. 5 ed. São Paulo, Estação Liberdade, 2011.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das oligarquias* João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1994.

GUILLET, François. *O duelo e a defesa da honra viril*. In: COBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade; a virilidade em crise?* Vol. 2. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9 ed. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2009.

HOBSBAWN, Eric. O sentido do *passado*. IN: *Sobre história*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil* 26 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. "*Torrentes de emoções*": Lendo romances e imaginando a igualdade In *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Tradução Rosaura Eichenberg.— São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INOJOSA, Joaquim. *Os Andrades e outros aspectos do modernismo*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1975.

JABLONKA, Ivan. *A infância ou a "viagem rumo a virilidade"*. In: COBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade; a virilidade em crise?* Vol. 2. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

KALIFA, Dominique. *Virilidades criminosas?* In: COBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade; a virilidade em crise?* Vol. 2. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Editora Claridade, São Paulo, 2003.

LARROSA, Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. IN: Revista Brasileira de Educação. I Seminário Internacional de Educação de Campinas. Jan/Fev/Mar/Abr 2002 Nº 19.

LE Goff, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão (et. al.) 7 ed. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 2013.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* 3 ed. – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro, Record, 1993.

LIMA, Elaine Aparecida. *A Bagaceira: marco móvel e literário*– Londrina, 2007. (Dissertação de mestrado).

LIMA, Luis Costa. *José Américo de Almeida*. In: *A literatura no Brasil*. 7 ed. Ver. atual. São Paulo, Global, 2004. Pgs. 337-341.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. Proposições, V.19. Nº2 56 maio/ago, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>, acesso dia: 10-04-2015 às 16:37.

LOURO, Guacira Lopes. (et al) *O corpo educado pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. *José Américo de Almeida, João Pessoa, A união* Editora, 2000.

MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistência* A União Editora, 1994, Biblioteca paraibana.

MONTELO, Josué. *José Américo aos 90 anos IN: No limiar do século*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1979.

MOREIRA, Emília. *Estruturação do território municipal paraibano: na busca das origens*. Cadernos do Logepa, João Pessoa, Vol. 2, n., Jul-Dez-2003, p. 81-93. Disponível em: file:///C:/Users/CARLOS/Downloads/10976-15899-1-PB.pdf. Acesso em: 21-04-2016: 12:21

NOLASCO, Sócrates. Marc Lépine: *violência e masculinidade no contemporâneo*. P.29- 45. In: *Interfaces Brasil/Canadá*. V.1, n.3. Belo Horizonte: UFMG. ABECAN, 2003.

O'CONNELL, Mark. *O grande livro dos signos & símbolos: identificação e análise do vocabulário visual que formam nossos pensamentos e dita as nossas reações com o mundo à nossa volta*, Vol. I. São Paulo, editora Escala, 2010.

PEREIRA, Fernando da Silva; SOUZA, Luciana Rosa de. *Problematização da reforma agrária como política social no Brasil em anos recentes*. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008 Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS UNICAMP – Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/841.pdf>. Acesso em 07-09-2015 às 10:30.

PERROT, Michelle. *Os atores*. In: *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução Denise Bottmann, Bernardo Jofily. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

PIGINET, Michel. *Virilidades operárias* In: *A história da virilidade: O triunfo da virilidade*. Vol. 2. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

PINNEIRO, Paulo Sérgio. *Classes médias urbanas: formação, natureza intervenção na vida política*. In: *o Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

PROENÇA, M. Cavalcanti. *A bagaceira*. In: ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 11 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p.47-8.

QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. 75 ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 2004.

RABELLO, Adylla Rocha. *Exposição comemorativa dos sessenta anos de A bagaceira*. João Pessoa, Fundação Casa de José Américo, 1988.

RAGO, Luzia Margaret. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1985.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. (ET al) “*Do doce da rapadura aos novos desenhos do brejo paraibano*”. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-20. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Rodrigues_LPM.pdf. Acesso em: 24-06-2015 às 10:25.

SÁ, Ariane Norma de Meneses. *Livres: da itinerância à inserção no mercado de trabalho*. IN: SÁ, Ariane Norma de Meneses. *Escravos, livres e insurgentes Parahyba (1850-1888)*. João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, 2005.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Daniel dos. *Sobre os corpos (in)visíveis* – ou sinais de masculinidades, estéticas, mitos e estereótipo sexuais do homem negro escravizado no Brasil colonial e imperial. IN: *Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades: Direito, Relações Etnorraciais, Educação, Trabalho, Reprodução, Diversidade Sexual, Comunicação e Cultura* 04 de Setembro de 2011 Salvador – BA. Disponível em: <https://nugsexdiadorim.files.wordpress.com/2011/12/exercc3adcio-nc2ba-3-sobre-os-corpos-invisc3adveis-ou-sinais-de-masculinidades-estc3a9ticas-mitos-e-esterec3b3tipos-sexuais-do-homem-negro-escravizado-no-brasil-colonial-e-imperial.pdf>, acesso no dia: 06-04-2015 às 11:28.

SARTRE, MAURICE. *Virilidades gregas*. In: COBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade; a virilidade em crise?* Vol. 1. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

SILVA, Jomar Ricardo da. *A educação da mulher em Lima Barreto*. Campina Grande, EDUEPB, 2010.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Elizabeth Teixeira e a luta agrária: das ligas Camponesas ao MST, agente da Memória e da História*. IN: *Eu marcharei na tua luta! A vida de Elizabeth Teixeira*. 2 ed. Eduepb, Campina Grande, PB, 2012.

SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. IN: *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2013.

TARAUD, Christelle. *A virilidade em situação colonial: do final do século XVIII à grande guerra*. IN: *A história da virilidade: O triunfo da virilidade*. Vol. 2. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

TELLES, Norma. *Escritores, escritas, escrituras*. IN: *A história das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2013.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

THUILLIER, Jean-Paul. *Virilidades romanas: vir, virilitas, virtus*. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *A história da virilidade: a invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes*. Vol. 1. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

VERAYNE, Sylvain. *Os valores viris da viagem*. In: *A história da virilidade: O triunfo da virilidade*. Vol. 2. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fieding*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

WEEKS Jeffrey *O corpo e a sexualidade* In: *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* Guacira Lopes Louro (organizadora) 2 Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *A produção social da escrita*. Tradução: André Glaser. 1 ed. São Paulo, Editora Unesp, 2014.

WOODWARD, Kethryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. IN: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9 ed. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2009.

ZICA, Matheus da Cruz e. *Diversificação dos modos de ser masculino e estatização da violência masculina na escrita literária e jornalística de Bernardo Guimarães (1869-1872)*. Belo Horizonte Faculdade de Educação 2011. (tese de doutorado).

_____. *Masculinidades possíveis: representações de gênero em disputa no século XIX brasileiro*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2015.

OLIVEIRA, Roncalli Ponce Leon de. O movimento modernista em Pernambuco: a correspondência... *Imburana* – revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses/UFRN. n. 6, jul./dez. 2012